

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E
SABERES NA AMAZÔNIA**

**MEMÓRIA, DÁDIVA E DISTOPIA: IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS DA UHE DE ESTREITO SOBRE A
ILHA DE SÃO JOSÉ - TO.**

CÍCERO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR

**Bragança
2014**

CÍCERO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR

**MEMÓRIA, DÁDIVA E DISTOPIA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA UHE DE
ESTREITO SOBRE A ILHA DE SÃO JOSÉ - TO.**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Linguagens e saberes na Amazônia para efeito de obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof.º Dr. Pere Petit

**Bragança
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA
AMAZÔNIA**

CÍCERO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR

**MEMÓRIA, DÁDIVA E DISTOPIA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA UHE DE ESTREITO
SOBRE A ILHA DE SÃO JOSÉ - TO.**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia como requisito para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pere Petit Peñarocha (Orientador)

Prof^a. Dra. Temis Gomes Parente (Examinadora)

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira (Examinador)

Apresentado em 01 / 08 / 2014

Conceito: EXCELENTE

Para Heloísa e Eloah.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar aqui minha gratidão a todas as pessoas de diversas maneiras tornaram esta pesquisa possível.

A meus pais pelo constante apoio.

À minha esposa Heloísa, companheira e interlocutora, pela compreensão e paciência diante das ausências que a confecção do trabalho por vezes exigiu.

Ao professor Pere Petit, cuja relação ultrapassou o âmbito da orientação e adentrou o terreno da amizade. Pelas orientações precisas, respeito para com minha escrita e pelo companheirismo.

Aos meus colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia pelos debates e diálogos enriquecedores.

Aos ex-moradores da Ilha de São José, em especial à família de dona Maria da Ilha, que me acolheu em seu lar, contou-me suas histórias e confiou-me suas memórias.

Às funcionárias da Biblioteca Pública de Imperatriz por sua solicitude e disponibilidade.

Uma história narrada pode significar o mundo com
tanta profundidade quanto um tratado de filosofia.

Maurice Merleau-Ponty.

Dei as costas
a meu rio,
vim seguindo meu
país
Vou cumprir a minha
sina
Pois assim a sorte quis
Eu nunca tive
endereço
Só do meu pai
a benção

Raimunda Marreteira

RESUMO

Este trabalho possui o intento de compreender os impactos sociais, ambientais e culturais da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA, a partir da memória dos ribeirinhos atingidos que moravam na Ilha de São José – TO, localidade diretamente impactada pelo empreendimento. Os depoimentos mostram que os transtornos ocasionados pelos empreendimentos hidrelétricos começam antes mesmo de sua construção, já com o anúncio do projeto, que por um lado causa euforia e expectativa com as promessas de emprego e indenizações e, por outro, acarreta insegurança ocasionada pela incerteza e o receio de que as novas condições de vida nos reassentamentos não reproduzam as anteriores. Para compreender isso apropriei-me do conceito moussiano de *Dádiva* abstraindo-o como uma tradução da relação travada entre ribeirinho, terra e rio, que possui como elo simbólico o trabalho. Por meio do conceito de Distopia procurei compreender a maneira como os moradores da Ilha de São José, mormente os mais velhos, a partir de suas memórias, mostram a tessitura que foram tomando os conflitos entre moradores e o CESTE, assim como dos atingidos entre si. São examinadas também a maneira como mídia local tratou o empreendimento e a forma como as elites políticas e econômicas locais procuraram se apropriar dele a partir de um discurso desenvolvimentista.

Palavras-chave: UHE de Estreito – Memória – Distopia

ABSTRACT

This work has the purpose to understand the social, environmental and cultural impacts of Hydroelectric Plant Strait - MA, from the memory of those affected riparian who lived on the Island of St. Joseph - TO, town directly impacted by the project. The statements show that the problems caused by hydropower projects begin even before its construction, already with the announcement of the project, which on one hand cause euphoria and expectations with promises of employment and compensation, and secondly, causes uncertainty and insecurity caused by concerns that the new living conditions in resettlement not reproduce earlier. To understand this I appropriated the concept of moussiano Gift abstracting it as a translation of the waged relationship between coastal, land and river that has a symbolic link work. Through the concept of Dystopia sought to understand how the inhabitants of the Island of San Jose, especially the elders, from their memories, the fabric shows that conflicts between residents and the CESTE were taking, as well as the hit each other . Are also examined how local media treated the venture and how local political and economic elites sought to appropriate it from a development discourse.

Keywords: UHE de Estreito - Memory - Dystopia

Lista de Figuras

01	Vista aérea das duas margens do canteiro de obras da UHE de Estreito.	p. 44
02	Início das obras para o desvio do rio em 2008. Lado do Maranhão.	p. 45
03	Vista aérea do vertedouro e casa de força em 2009.	p. 45
04	Imagem da hidrelétrica de Estreito, totalmente construída.	p. 46
05	Imagem atual da Hidrelétrica de Estreito	p. 46
06	Capa do jornal “O Progresso” de 14 de Janeiro de 2005.	p. 54
07	Páginas de “O Progresso” referentes respectivamente aos dias 14 de Março de 2005 e 31 de Julho de 2005 com imagens da hidrelétrica de Lajeado.	p. 72
08	Imagens de jornal da hidrelétrica de Lajeado.	p. 73
09	Imagens do rio intercaladas com informações técnicas sobre a UHE de Estreito.	p. 76
10	Classificação dos atingidos com direito a indenizações proposta pelo CESTE.	p. 83
11	Imagem da página de apresentação da cartilha de remanejamento fornecida pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE).	p. 85
12	Imagem da Capa da cartilha de remanejamento fornecida pelo Consórcio Estreito Energia.	p. 87
13	Maria Raimunda da Silva Oliveira a “Raimunda Marreteira”.	p. 90
14	Maria dos Anjos Nunes da Silva, a “Maria da Ilha”.	p. 98
15	José Carlos Alves da Silva (Seu Leonardo).	p. 98
16	Francelina Coelho de Sousa, “Dona França”.	p. 99
17	Francelina Coelho de Sousa, “Dona França” em fevereiro de 2014.	p. 99
18	Residência atual de Francelina Coelho de Sousa, “Dona França”.	p. 100
19	Raimundo Carvalho Pereira da Silva, Raimundo “Novato”.	p. 100
20	Adelaide Pereira Carvalho.	p. 101
21	Raimundo Vicente em 2008.	p. 101
22	Vazante localizada à beira do rio Tocantins, na Ilha de São José.	p. 106
23	Roça de feijão, plantada após a saída das águas.	p. 107
24	Interior do Barco “Coração de Mãe” de propriedade de seu Moadir.	p. 108
25	“Coração de Mãe” abandonado às margens do lago da barragem	p. 109

26	Local onde ficava a Ilha de São José	p. 110
27	Foto tirada do centro de onde ficava a Ilha de São José	p. 110
28	Casa de dona Maria da Ilha.	p. 112
29	Babaçuais nativos da Ilha de São José	p. 112
30	A unidade escolar da Ilha de São José	p. 113
31	Entrada para o reassentamento Mirindiba.	p. 118
32	Estrada de acesso para o reassentamento.	p. 119
33	Lugar por onde passa o riacho na época das cheias no reassentamento.	p. 121
34	Aspecto do riacho na época da cheia	p. 121
35	Casas do reassentamento Mirindíba.	p. 122
36	Casas do reassentamento Mirindíba.	p. 123
37	Poços instalados para resolver o problema de abastecimento do reassentamento.	p. 123
38	Casa de tábuas construída pela família de Maria da Ilha no reassentamento.	p. 136
39	Casa de morador ampliada	p. 136
40	Antigo porto que ficava na Cidade de Estreito.	p. 145
41	Porto construído pelo Consórcio Estreito Energia a montante da barragem de Estreito em 2008.	p. 146
42	Porto construído pelo Consórcio Estreito Energia a montante da barragem de Estreito em 2012.	p. 146

LISTA DE TABELAS E MAPAS

Tabela 1	Usinas Hidrelétricas em funcionamento e em fase de projetos no Rio Tocantins.	p. 42
Mapa 1	Mapa mostrando as cidades do Maranhão e do Tocantins impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito.	p. 47
Mapa 2	Mapa de Babaçulândia – TO.	p. 111

LISTA DE SIGLAS

ACII	Associação Comercial e Industrial de Imperatriz
AMFORP	<i>Americam Foreign Power Company</i>
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CESTE	Consórcio Estreito Energia
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CME	Companhia Mineira de Eletricidade.
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CEEE	Comissão Estadual de Energia Elétrica.
CEMIG	Companhia Elétrica de Minas Gerais.
CHESF	Companhia Hidrelétrica de São Francisco.
CCPESE	Comitê Coordenador do Planejamento de Expansão do Sistema Elétrico.
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
EBASCO	<i>Electric Bond and Share Company</i>
ELETROBRÁS	Centrais elétricas Brasileiras S.A.
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
LIGHT	<i>Brazilian Traction, Light & Power</i>
IEA	International Energy Agency
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica.
MPF	Ministério Público Federal
NOS	Operador Nacional do Sistema
OTN	Obrigações do Tesouro Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PT	Partido dos Trabalhadores

PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PND	Plano Nacional de Desestatização
PPP	Parcerias Público Privadas
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SPE	Sociedades de Propósito Específico
UHE	Usina Hidrelétrica
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
URSS	União das Repúblicas socialistas Soviéticas
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1.- A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA ENERGÉTICO BRASILEIROE SEUS DESDOBRAMENTOS NA REGIÃO AMAZÔNICA: UMA BREVE HISTÓRIA.	19
1.1.- O CENÁRIO DA POLÍTICO-ECONÔMICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990 E SUAS RESSONÂNCIAS SOBRE O SETOR ELÉTRICO.....	28
1.2.- O GOVERNO FHC E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR ELÉTRICO.	30
1.3.- AS ESTRATÉGIAS DO GOVERNO LULA PARA O SETOR HIDRELÉTRICO	32
1.5 - USINAS HIDRELÉTRICAS DO RIO TOCANTINS	41
1.6. - A UHE DE ESTREITO	44
CAPÍTULO 2.- QUANDO O PODER MOLDA A INFORMAÇÃO.....	50
2.1.- “ARRUMANDO” O CENÁRIO.	53
2.2.- OS ATORES POLÍTICOS	63
2.3.- A DISSONÂNCIA NA HARMONIA.....	66
2.4.- AS OCUPAÇÕES	67
3.5.- A GUERRA DAS IMAGENS, A GUERRA DAS SIGNIFICAÇÕES.....	71
2.6.- OS PANFLETOS.....	77
2.7.- DO LUGAR À POSIÇÃO	78
2.8.- FORMAÇÃO DISCURSIVA (NÃO SAIA DE CASA SEM ELA).....	79
2.9.- A CARTILHA.....	83
CAPÍTULO 3.- ILHAS DE MEMÓRIA	90
3.1.- OS NARRADORES DE JOSÉ	97
3.1.1.- MARIA DOS ANJOS NUNES DA SILVA (MARIA DA ILHA)	99
3.1.2.- JOSÉ CARLOS ALVES DA SILVA (SEU LEONARDO)	99
3.1.3.- FRANCELINA COELHO DE SOUSA (DONA FRANÇA).	100
3.1.4.- RAIMUNDO CARVALHO PEREIRA E ADELAIDE PEREIRA CARVALHO.....	101
3.1.5 RAIMUNDO VICENTE	102
3.2.- OCUPAÇÃO, ALAGAMENTO, REASSENTAMENTO: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E LUGARES.....	106
3.2 Os IMPACTOS DO EMPREENDIMENTO A RE-CONSTRUÇÃO DA VIDA.....	120
3.3.- O TERRITÓRIO EM QUESTÃO.....	133
3.4.- MEMÓRIA E TERRITÓRIO	138
3.5.- QUANDO A DIS-TOPIA COMPÕE O CENÁRIO.	139
3.6.- A DÁDIVA	149
3.7.- OS CAMPOS DO CONFLITO OU PORQUE A ABNT NÃO CONTEMPLA SENTIMENTOS	154
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
RELAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS	165
BIBLIOGRAFIA	166

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a entender os impactos socioambientais da construção e funcionamento da Usina Hidrelétrica de Estreito, localizada entre os estados do Maranhão e Tocantins, especialmente sobre as famílias que residiam na Ilha de São José (Tocantins), ilha que foi submersa em 2010, famílias que passaram a residir em diferentes reassentamentos localizados entre as cidades de Araguaína e Babaçulândia, no estado do Tocantins.

Quando iniciei minha pesquisa tinha como meta mostrar as ressonâncias nocivas dos empreendimentos hidrelétricos sobre as populações ribeirinhas, tais como a perda do rio e as agruras decorrentes do traslado compulsório. Nas viagens percebi dois fatos que me intrigaram. O primeiro deles foi que tanto durante os depoimentos gravados, quanto nas conversas informais, havia uma disparidade entre o discurso dos velhos, principalmente no daqueles que já viviam na ilha a mais de quarenta anos e o dos jovens. Estes últimos, não concordavam com a inundação da ilha, mas entendiam a barragem como uma oportunidade de mudança de vida a partir da aquisição de um emprego formal e a possibilidade de morar na cidade. Os mais velhos, por seu turno, por estarem mais enraizados ao *modus vivendi* construído ao longo dos anos no lugar, abstraíam o empreendimento como uma catástrofe iminente, sentiam que suas vidas iriam afogar-se junto com a ilha. Durante as conversas com meus interlocutores mais idosos, deparei-me não poucas vezes com a frase: “aprender a viver novamente”.

O segundo fenômeno foi perceber a mudança de opinião entre os ribeirinhos desde as primeiras notícias sobre a construção da barragem, em 2004, passando por minha primeira incursão à ilha, em 2008, até minha última visita ao local, no ano seguinte. Conforme os relatos, boa parte dos moradores, inclusive alguns velhos, receberam as notícias sobre a hidrelétrica como alvíssaras; só posteriormente, quando as negociações com o Consórcio Estreito Energia (CESTE) tomaram andamento é que os moradores começaram a se dividir e os mais velhos já não aceitavam mais a implantação da UHE. A partir daí comecei a entender que os depoimentos não seriam suficientes para tentar compreender o que estava acontecendo. Assim, comecei a coletar outras informações que circulavam na região, sobretudo as informações e opiniões publicadas nos jornais locais sobre a construção da hidrelétrica e os conflitos entre os impactados e os representantes do Consórcio Estreito Energia, assim como na análise de panfletos que o próprio CESTE distribuía para a comunidade.

Minha experiência de campo, sempre enriquecida pela convivência que tive com as famílias, primeiro na Ilha de São José (2008 e 2009), e depois nas novas moradias do

reassentamento (2013 e 2014), direcionou-me para a análise das memórias dos atingidos tendo como instrumental metodológico as fontes orais que articulam-se não somente como procedimento teórico-metodológico, mas como uma relação ética, em que o face a face é importante, e presenteia o pesquisador com a dádiva da troca. A própria entrevista é uma relação de dádiva em que o historiador recebe do entrevistado suas histórias, fragmentos de sua visão-de-mundo e assume o compromisso ético de fazer um uso correto dos discursos e memórias que lhes são confiados.

Esta relação introduz o historiador num âmbito da experiência do passado que escapa aos documentos escritos, qual seja, o da troca de subjetividades e a oportunidade de olhar a história a “contrapelo”. Isto não implica necessariamente em apresentar “outra” versão dos fatos, mas em confrontar outras fontes a fim de proliferar as possibilidades de interpretação e entender de que forma as relações de poder mais capilares travadas entre os indivíduos envolvidos no processo, podem interferir na maneira como abstraímos os acontecimentos. Ademais tomei a memória como uma categoria individual ancorada a uma quadratura social que alcança níveis coletivos. Isto é, em última instância é sempre o sujeito que rememora que escolhe o que dizer e como fazê-lo, não obstante utilizar para isso categorias sociais e transparecer em seu discurso marcas coletivas. Esta abordagem não postula nenhum tipo de dicotomia entre memória coletiva, social e individual, nem tampouco advoga a inexistência de qualquer uma delas. Assume somente a postura teórica de que a face coletiva da memória dá-se em alguns casos – como nas comemorações cívicas, por exemplo – e muito depois das complexas articulações entre escolhas individuais e pressões sociais sobre o que deve ser recordado. Dessa maneira, a questão deve ser conduzida no sentido de entender o porquê de determinadas memórias tornarem-se coletivas.

Para entender a relação estabelecida entre os ribeirinhos, o rio e a terra apoiei-me no conceito de Dádiva de Marcel Mauss (1974), tal qual é interpretado por estudiosos de diversas áreas, entendendo-o fundamentalmente como uma troca simbólica entre rio, ribeirinho e terra na qual o ribeirinho imprime subjetividade ao rio e a terra estabelecendo com eles uma relação de prestação total no sentido de que o homem deve retribuir a dádiva da fertilidade ofertada pelo rio e a terra com a preservação de ambos e com o trabalho. Esta relação dadivosa é desvirtuada com a inserção do empreendimento na vida dos ribeirinhos que, por conta do caráter inevitável da hidrelétrica pararam de cultivar a terra e entraram num estado *distópico* (CHAUÍ, 2011; CARDOSO, 2006) que foi detectado como uma constante nos depoimentos dos ribeirinhos, principalmente os mais velhos.

Para ilustrar esta interpretação, além das contribuições de Marilena Chauí e Ciro F. Cardoso sobre o conceito de Distopia, entendida como um antípoda da Utopia e como um “des-lugar”, procurei dialogar com o trabalho de Zigmunt Bauman (1999, 2011) acerca do fenômeno da liquidez da modernidade configurado na fluidez e volatilidade que marcam as relações humanas hodiernas e na forma como a identidade transforma-se num processo contínuo de des-centramento e re-centramento. Ademais procuro argumentar que esta conjuntura acarreta um conflito socioambiental cujo eixo é norteado pela distinção quase que radical entre as cosmovisões dos atores sociais envolvidos no processo, mormente no que concerne ao rio e ao território: Enquanto os atingidos dão à terra e às suas moradias uma tonalidade axiológica, atribuindo-lhes não somente valor econômico, mas principalmente importância sentimental; o Consórcio Estreito Energia entende o lugar a partir de sua cotação no mercado imobiliário e avalia o valor das moradias, roças e pomares a partir de normas técnicas.

Ao iniciar a pesquisa fui levado a acreditar que a linha que a costurava eram os impactos sociais e ambientais que os projetos hidrelétricos acarretavam às populações que residiam nas áreas de influência das barragens. Todavia, sem descartar esta linha, apercebi-me que existia outro fio que ajudava a compor o tecido do trabalho, qual seja, a maneira como os governos brasileiros foram construindo e moldando o paradigma de progresso e desenvolvimento que norteou as políticas públicas destinadas ao setor energético. Dessa maneira o modelo energético adotado pelo governo brasileiro está essencialmente relacionado ao discurso desenvolvimentista que perpassou as várias administrações do país, com algumas distinções logicamente, que, no entanto, privilegiaram o desenvolvimento econômico em detrimento dos outros. Este discurso desenvolvimentista prolifera-se na esfera nacional e em âmbitos locais e regionais, geralmente tendo como ponto de apoio apelos identitários e nacionalistas. Por este motivo, passei a tentar entender quais as articulações entre o discurso desenvolvimentista na região amazônica e os grandes projetos destinados a esta região e suas relações com os empreendimentos hidrelétricos, tomando-os não somente como obras estratégicas de infraestrutura, mas como forma de dominação do território. Tudo isso inserido nas políticas públicas dos diversos governos brasileiros para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A parte inicial do trabalho refere-se à construção histórica do paradigma hidrelétrico no Brasil, que aparece como condição necessária para o desenvolvimento industrial do país. Este processo envolveu fortes relações entre a iniciativa privada e o poder público, tendo em determinadas épocas a hegemonia do primeiro sobre o segundo e vice-versa, até que a partir

da década de noventa, este cenário foi tornando um pouco mais complexo e acompanhou a entrada do Brasil nas engrenagens do sistema neoliberal que se tornava aos poucos hegemônico a partir da década de 1980. Atualmente poder público e empresas privadas transitam numa rua de mão dupla na qual as instituições estatais responsabilizam-se pela viabilização dos projetos emitindo licenças ambientais e disponibilizando incentivos financeiros por meio de bancos como o BNDES, enquanto que a iniciativa privada encarrega-se de construir os empreendimentos, gerar e fornecer energia. Em seguida, discorro sobre os impactos dos empreendimentos hidrelétricos na região amazônica tomando como recorte principal as barragens destinadas ao rio Tocantins. Estas construções que visam possibilitar infraestrutura propícia para a execução dos projetos localizados na região e vistas como essenciais ao progresso econômico do país, acabam acarretando efeitos danosos em todos os âmbitos para as populações que vivem no entorno dessas construções e sofrem os impactos diretos decorrentes de sua implantação, mormente no âmbito Cultural, social, econômico e ambiental. Esses impactos podem ser visibilizados nas inundações de porções consideráveis do território nacional dentre as quais estão inseridas terras indígenas, habitats de animais silvestres, espécies vegetais e glebas que se constituem não somente como morada, mas como meio de sobrevivência de populações tradicionais que sobrevivem da agricultura de vazante e da pesca. Essas inundações obrigam às famílias a deslocarem-se compulsoriamente de suas terras para reestabelecerem suas vidas em reassentamentos que, no mais das vezes, não reproduzem as condições anteriores de produção da existência e de qualidade de vida.

No segundo capítulo examino como a mídia local tratou as notícias referentes à construção da barragem, em especial as que se referiam à liberação para o início das obras e o processo de resistência dos impactados. Nesse sentido, procurei privilegiar o periódico imperatrizense *O Progresso*, jornal de larga circulação, tanto no sudeste do Maranhão - região na qual a hidrelétrica de Estreito foi construída - quanto no Sul do Pará e no Tocantins. As informações foram cruzadas com dois sites, o *Conexão Tocantins* e o *Brasil de Fato* que se ocuparam em registrar notícias sobre a barragem. *O Progresso* manteve uma linha editorial radicalmente favorável ao empreendimento hidrelétrico publicando matérias que procuravam corroborar todas as iniciativas do CESTE a partir do discurso de que a construção da barragem traria o tão sonhado desenvolvimento e crescimento econômico para a região e dando mais espaço aos membros das elites políticas que se posicionavam a favor da execução do projeto. Nesta análise aparece como as elites locais, políticas e econômicas, procuraram se apropriar da importância social e econômica da construção da hidrelétrica. Dessa maneira, privilegiando estes atores sociais, as matérias veiculadas por *O Progresso* contribuirão para

criar um clima discursivo favorável à obra, tomando o desenvolvimento como um fenômeno de cunho soteriológico e exógeno repetindo exaustivamente que a hidrelétrica resolveria os problemas mais agudos da região, desde a falta de empregos até a distribuição de renda. Os dois sites, *Conexão Tocantins* e o *Brasil de Fato*, demarcaram um espaço discursivo mais heterogêneo registrando também as vozes que se opunham à construção da barragem, como as lideranças indígenas, membros de movimentos sociais ligados aos impactados por hidrelétricas, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e os próprios ribeirinhos. Nesta seção procurei analisar também o as estratégias discursivas utilizadas pelo CESTE a partir de panfletos informativos distribuídos à população das cidades na área de influência da hidrelétrica, assim como uma cartilha dada às famílias impactadas “ensinando-lhes” como proceder durante o processo de remoção. A análise mostrou que além de mostrar as ações mitigatórias do CESTE nas cidades, o objetivo dos panfletos era dar aos seus leitores a sensação de que o canteiro de obras era um processo quase que “natural”, posto que o potencial de geração de energia do rio Tocantins não poderia ser desperdiçado, além de mesclar fotografias de paisagens naturais com a própria hidrelétrica como já fazendo parte daquela paisagem, dando a entender que o processo dava-se de forma tranquila e pacífica.

O último capítulo se destina a entender os impactos socioambientais da UHE de Estreito tendo como principal fonte documental as narrativas dos moradores afetados pelo empreendimento. Para dar conta da análise fiz dois recortes: primeiro optei pelos depoimentos das famílias ribeirinhas cujo modo de vida estava estreitamente ligado ao rio. Dentre as famílias ribeirinhas escolhi aquelas que moravam na Ilha de São José, localizada entre Estreito no Maranhão e Babaçulândia, no Tocantins, mas que faz parte da zona rural de Babaçulândia. As fontes orais das quais me servi foram coletadas em abril de 2008, maio de 2009, agosto e novembro de 2013 e fevereiro de 2014. As entrevistas realizadas entre 2008 e 2009 foram aconteceram na Ilha de São José, com os moradores ainda em suas casas e negociando com o CESTE os reassentamentos. As entrevistas feitas a partir de 2013 já se deram no reassentamento Mirindiba – local onde as famílias escolhidas para a pesquisa residem atualmente. .

Em 2008 os moradores da ilha encontravam-se bastante revoltados com o rumo das negociações concernentes às indenizações. O canteiro de obras da hidrelétrica já havia sido erguido e o rio estava prestes a ser desviado para a construção da barragem. Em 2009 alguns reassentamentos já haviam sido negociados e outros estavam em vias de negociação e as famílias preparavam-se para a mudança no próximo ano. Atualmente estas famílias

encontram-se distribuídas em quatro reassentamentos, Baichão, Mirindiba, Santo Estevam e Bela Vista, situados nos municípios de Araguaína e Babaçulândia.

A análise dos depoimentos revelou-se bastante prolífica porque além ajudar-me a entender de que forma os então moradores da Ilha de São José acompanhavam os acontecimentos relacionados à barragem, possibilitou-me entender que o apego dos moradores mais antigos à ilha não estava ligado ao local propriamente dito - posto que durante vários anos ele mostrou-se inóspito, por conta das cheias do rio Tocantins que, além de destruírem as roças, forçavam os moradores a periodicamente saírem de suas casas – mas correspondia maiormente aos anos que decorreram do processo de ocupação do lugar pelos moradores, a maneira como aos poucos foram demarcando as terras, organizando as roças, criando os animais e constituindo suas famílias. Esta territorialidade foi esboçada em suas memórias.

As entrevistas também mostraram que as opiniões acerca da barragem não eram tão dicotômicas, mas foram marcadas por diversas negociações que acabaram emergindo nas entrelinhas de seus discursos. Mesmo os moradores que apoiavam a barragem revelaram não concordar com algumas ações dos representantes do Consórcio responsável pela hidrelétrica, mormente as direcionadas ao processo de realocação. De qualquer forma, essas contradições nos discursos e memórias, servem para mostrar que todo processo histórico que envolve conflitos e interesses políticos é marcado mudanças de posição determinadas pelas relações de poder em que estão envolvidos seus atores sociais.

CAPÍTULO 1.- A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA ENERGÉTICO BRASILEIRO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA REGIÃO AMAZÔNICA: UMA BREVE HISTÓRIA.

“A dominação da natureza envolve a dominação do homem [...]. Quanto mais artifícios inventamos para dominar a natureza, mais devemos nos submeter a eles se queremos sobreviver”

- Max Horkheimer -

É em meio às fugidias manchas alaranjadas do crepúsculo que se abatia sobre o Império que as Usinas Hidrelétricas encravam-se no território brasileiro alterando drasticamente sua paisagem geográfica, econômica e social. O produto dessas construções, a eletricidade, tornar-se-á sinal de progresso, desenvolvimento e civilização num país que, nos estertores do século XIX, ansiava por abraçar a modernidade importada, logicamente, dos países europeus (SEVCENKO, 1998).

As hidrelétricas além de proporcionarem energia elétrica como bem de consumo e de mercado, provocam transformações violentas no cotidiano de populações urbanas, tradicionais e indígenas subvertendo laços de convívio, relações sociais e ocasionando conflitos que se desdobram em diversos âmbitos. Todavia, a face catastrófica desses empreendimentos é encoberta pela incessante propaganda patrocinada tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada de que o país necessita de energia para alimentar sua caminhada rumo ao progresso e ao desenvolvimento econômico. Assim sendo, desde o final do século XIX, os projetos hidrelétricos aparecem como eixo basilar no interior da conjuntura energética brasileira e são encarados como imprescindíveis ao desenvolvimento econômico do país, mormente porque se tornaram, ao longo do tempo, ações estratégicas cruciais para subsidiar o funcionamento da indústria nacional.

Estas intervenções não ocorreram de maneira isolada, desdobraram-se em consonância com outros investimentos em infraestrutura tais como a construção de uma malha ferroviária que pudesse viabilizar um possível escoamento de produtos de exportação dos principais centros de produção para as cidades portuárias, assim como o transporte de matérias-primas e combustíveis dos portos e do interior (WIRTH, 2004)¹. Dessa forma, o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro aconteceu de forma coetânea às necessidades que

¹ Warren Dean (2004) afirma que a demora na construção de ferrovias atrasou muito a indústria brasileira. Suas análises apontam que aos nove mil quilômetros de trilhos que existiam no final do Império, foram acrescentados mais 17.000 nos 25 anos iniciais da República. Também é importante por em relevo que aproximadamente 40% das construções ferroviárias federais em andamento até 1928 concentravam-se entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul (WIRTH, 2004).

emanaram dos problemas concernentes ao seu início tardio e à lenta e cambaleante formação² de nosso parque industrial³, à urbanização e, evidentemente, ao crescimento populacional⁴ implicado às cidades que abrigavam os estabelecimentos industriais que acabaram aumentando o consumo de energia elétrica e, portanto, exigindo políticas públicas que pudessem suprir estas demandas.

No que tange à urbanização deve-se pôr em relevo que se a eletricidade por um lado, modificou a percepção dos indivíduos da vida pública e privada, assim como interferiu na maneira de organização o espaço doméstico. Por outro lado, este bem não era privilégio de todos, servindo assim como equalizador social porque excluiu diversas camadas da população. Ora:

Com a eletricidade, já se podia substituir o ferro de passar aquecido com brasas e obter gelo para conservar os alimentos. De acordo com a condição de riqueza, a dona de casa poderia escolher o tipo de fogão, a lenha, a carvão, a gás, elétrico ou querosene [...]. Apesar da aparente facilidade, traduzida por uma gama de aparelhos elétricos oferecidos ao público [...], ainda era muito restrito o acesso a novos utensílios e a serviços como eletricidade e água encanada. Os novos bens de consumo beneficiavam apenas uma parcela da população, composta daqueles que podiam pagar (MALUF; MOTT, 1998, p. 403).

² Autores como Paul Singer (2004a) e Francisco de Oliveira (2004) observam que a entrada do Brasil na conjuntura do capitalismo industrial aconteceu de forma descontínua às potências europeias. Na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, o capitalismo desta natureza começa tomar corpo e a tornar-se hegemônico entre 1770 e 1870, seguido da França e Alemanha. A partir de 1870 os Estados Unidos passam a disputar a hegemonia dos mercados com as potências europeias dinamizando a busca por mercados consumidores e fornecedores de matérias primas para as indústrias. A industrialização chegaria ao Brasil somente vinte anos depois e estaria pouco voltada ao mercado externo por conta da precariedade dos centros urbanos pouco articulados entre si e pela infraestrutura deficiente. Sem falar que os principais itens de exportação do país eram produtos agrícolas como o algodão, o cacau e, principalmente o café.

³ Conforme as análises de Caio Prado Júnior (2004), um dos óbices que a indústria brasileira encontrou em seus primórdios, além da mão de obra desqualificada e da carência de maquinário adequado, era a insuficiência de fontes de energia para o funcionamento das máquinas, pois “não podiam fornecê-la entre nós em quantidade apreciável, nem a lenha nem a força motriz da água ou do vento que eram as únicas fontes (além da humana e da animal) que então possuíamos” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 257). O problema da mão de obra seria resolvido a partir da inserção de imigrantes estrangeiros “frequentemente mais alfabetizados do que a classe brasileira inferior, trouxeram habilidades manuais e técnicas que raro se encontravam no Brasil” (DEAN, 2004, p. 252). Outro fator que também incidiu a favor da nascente indústria brasileira era que os imigrantes eram na maior parte, homens jovens que em sua maioria já estavam familiarizados a rotina das fábricas, o trabalho assalariado e, principalmente, com o manuseio das máquinas. O problema do maquinário foi inicialmente contornado pela importação de peças e máquinas dos países já industrializados.

⁴ Dentre os fatores que concorreram para que a população das cidades começasse a avolumar-se consta o significativo declínio da mortalidade nessas áreas decorrente da menor precariedade do sistema de saúde pública. Tamanho acuro com a saúde pública possuía o intento de tornar o ambiente urbano mais atrativo para os imigrantes estrangeiros cuja mão de obra foi determinante para o processo de industrialização brasileiro. (Cf. DEAN, 2004; PETRONE, 2004). Outrossim, só para citar o caso de São Paulo, consta que em 1920 cerca de dois terços da população desta cidade é constituída de imigrantes e seus descendentes que no Estado de mesmo nome, por esta época, 64,2% dos estabelecimentos industriais estão registrados no nome de imigrantes. O que denota que os imigrantes participaram do processo de industrialização brasileiro não somente como mão de obra, mas também como empreendedores (Cf. PETRONE, 2004).

Outro nuance que merece ser tomado em consideração é que a questão energética, no caso aqui a que se refere à geração de energia por meio hidráulico, ajudou a reconfigurar as relações do Brasil com o mercado externo no sentido de inserir o país, juntamente com os outros países latino-americanos, nas engrenagens do sistema capitalista não somente como nação agroexportadora, mas como país que começa a ensaiar, mesmo que de maneira um tanto desordenada, seus primeiros passos no capitalismo industrial. Todavia, esta entrada do Brasil no sistema fabril no contexto mundial deu-se não como fornecedor de produtos manufaturados, logicamente, mas como comprador de equipamentos e maquinário necessários à composição e manutenção da estrutura mecânica de suas usinas hidrelétricas⁵. Esta premissa é assumida por Sonia Seger ao argumentar que o sistema energético brasileiro, juntamente com o de outros países da América Latina, constrói-se como parte das demandas dos países desenvolvidos por novos mercados consumidores para seus produtos⁶. O que, em outros termos, implica dizer que a nascente industrialização brasileira não rompeu com a antiga lógica colonial; somente a atualizou. Segundo sua análise, a constituição do sistema energético brasileiro:

Não foi fruto da antevisão de um governante, nem derivou de um projeto de desenvolvimento nacional. Foi, antes, reflexo de um contexto histórico e geográfico, muito influenciado pelo papel que coube à América Latina na divisão internacional do trabalho desde o advento do mercantilismo, de colônia de exploração, caracterizado justamente pela falta de autonomia ao conduzir seus rumos políticos e econômicos. Essa região reunia condições que a tornaram muito atrativa como “zona de expansão” para as empresas elétricas (SEGER, 2012, p. 108).

Assim, sendo, as primeiras iniciativas voltadas para a geração de energia por meio hidráulico não vieram do Estado, mas do setor privado. Aliás, de seu limiar até os dias que nos alcançam, a construção do setor elétrico brasileiro transitou entre a iniciativa privada e a esfera pública (PASE&ROCHA, 2010; PASE, 2012). Assim, desde seu início no derradeiro quartel do século XIX até a década de 1930 todos os investimentos no setor elétrico

⁵ Quando ao final do século XIX o problema energético passa a ser crucial para o desenvolvimento do sistema capitalista as grandes empresas europeias e norte americanas passaram a constituir cartéis e oligopólios articulados ao sistema financeiro. Dentre as empresas que compunham a IEA – *International Electrical association*, em 1936 e que competiam pelo emergente mercado da América Latina estavam as alemãs Siemens e AEG; a norte-americana International General Electric e a britânica General Electric Co. Ltda, que forneciam turbinas a vapor, compressores rotativos, disjuntores de alta e baixa tensão, transformadores, alternadores acionados por turbinas hidráulicas, etc. Para uma listagem completa Cf. SEGER, 2012; GONÇALVES JUNIOR, 2002, 2007.

⁶ Seger (2012) esclarece que no início a eletricidade não possuía tanto valor agregado quanto os equipamentos necessários à sua produção, por este motivo era mais lucrativo fornecer o maquinário que produzir propriamente eletricidade. Logicamente, este panorama se transformou. No Brasil, o governo Lula terá papel fundamental na incursão da energia como mercadoria (PASE&ROCHA, 2010).

provinham do capital privado que repassava o excedente da produção para que o governo local atendesse às necessidades de uma precária iluminação pública e serviços do gênero como os bondinhos elétricos que em 1895 já circulavam pela capital federal (DEAN, 2004).

O Estado pioneiro no emprego da hidroeletricidade foi Minas Gerais. Os empresários de Diamantina egressos da indústria têxtil e do setor de mineração, num esforço conjunto, inauguraram em 1883⁷ a Usina Hidrelétrica de Ribeirão do Inferno⁸, rio afluente do Jequitinhonha. Seis anos mais tarde, seria inaugurada pela CME - Companhia Mineira de Eletricidade, a Usina de Marmelos, no rio Paraibuna, em Juiz de Fora, a primeira Usina Hidrelétrica brasileira de “grande porte” voltada para a geração de energia de utilidade pública e também para suprir as necessidades do setor industrial têxtil⁹. Em 1901 começa a funcionar em São Paulo uma usina elétrica com potencial de 8.000 HP, subsidiada por capitais belgas, franceses e ingleses (PRADO JUNIOR, 2004). Assim, entre 1890 e 1908 a capacidade elétrica instalada no Brasil saltou de um megawatt para cem, respectivamente (DEAN, 2004).

A partir dos anos 1930 o Estado brasileiro passou a investir pesadamente tanto na infraestrutura adequada para a produção e oferta de energia, quanto na articulação de uma legislação referente ao uso da água e ao direito de concessão e comercialização da energia produzida¹⁰. Estas ações tinham sempre como ponto de referência o crescimento industrial do país. Este interesse do setor privado na questão energética delineou o campo estratégico no qual os atores sociais passaram a mover-se a partir da articulação entre políticas públicas e ações empresariais. O capital privado será hegemônico neste processo até a década de 1930, momento em que o governo passará a assumir o setor energético aplicando políticas públicas

⁷ Warren Dean (2004) argumenta que neste mesmo ano foram instalados em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, geradores elétricos acionados por força hidráulica e no ano seguinte foi a vez da cidade de Rio Claro, no Estado de São Paulo. Ambos os geradores eram empregados na iluminação de algumas ruas.

⁸ Esta usina era do tipo fio d'água e gerava energia suficiente para movimentar bombas d'água para desmonte das formações das minas de diamante. Foi desativada. Após os bons resultados econômicos decorrentes da implementação de Ribeirão do Inferno, outras pequenas usinas foram instaladas em Minas Gerais tendo o setor têxtil, minerador e agrícola como principais empreendedores. Dessa forma, foi instalada em Viçosa, em 1885 a hidrelétrica da companhia de Fiação e Tecidos São Silvestre e, dois anos mais tarde, a hidrelétrica de Ribeirão dos Macacos.

⁹ O aumento da demanda exigiu constantes expansões desta usina, que começou a operar gerando 150 kw e, atualmente, possui 4 MW de potência instalada. Em 1980 a CEMIG - Companhia Elétrica de Minas Gerais, adquiriu os direitos sobre a hidrelétrica e em 1983 o Patrimônio Municipal de Juiz de Fora tombou a Usina de Marmelos transformando-a em espaço cultural, desde 2000 administrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁰ Até 1931 a legislação que contemplava o setor elétrico era escassa e resumia-se a tentativas eventuais de normatização da área, tais como o Artigo 123 da Lei 1.145/1903 que autorizava o governo a aproveitar os recursos hidráulicos para serviços federais. Em 1906 foi expedida a Lei 1.167 que autorizava o governo a elaborar o Código de Águas (que só viria à luz em 1934). Cf. SEGEL, 2012.

que visavam expandir a produção e distribuição de energia para o parque industrial brasileiro e para os centros urbanos (PASE&ROCHA, 2010).

Essa postura centralizadora do Estado brasileiro durou até meados da década de 1980, quando o país passou por diversas transformações políticas, sociais e econômicas, tais como a abertura política e o processo de transição de um governo autoritário para um regime democrático e, ato contínuo, a inclinação dos governos brasileiros à proposta neoliberal. Na década de 1990, por conta da priorização do Estado em desonerar-se o máximo possível de gastos públicos retirando-se de alguns setores econômicos houve uma retomada da iniciativa privada na questão energética e, a partir da conjuntura que tornou possível a rearticulação nas relações de poder no governo brasileiro com as eleições de 2002 o Estado volta a tomar as rédeas do setor hidrelétrico só que dialogando mais proximamente com a esfera privada.

O problema da geração e distribuição de energia começa a ganhar visibilidade para o Estado brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas, principalmente o período que vai de sua tomada de poder em 1930 até o a ditadura do “Estado Novo” (1938-1945), momento em que Vargas concentrará suas energias em articular forças políticas e econômicas em prol de um projeto desenvolvimentista para o país tendo como base o fomento da indústria. Outrossim, justamente pelo fato de que o controle do capital estrangeiro sobre os recursos naturais renováveis era quase absoluto é que “no que diz respeito às questões institucionais, a indústria de energia elétrica constituía-se, por excelência, num alvo de intervenção” (LIMA, 1995, p. 18). Esta preocupação do governo em inserir-se de maneira mais proeminente no campo da produção energética torna-se diáfana num discurso pronunciado por Getúlio Vargas em 1931 sobre o problema da indústria siderúrgica. Na ocasião o presidente aproveita para expressar a sua não indiferença à questão energética e utiliza como estratégia de convencimento uma retórica nitidamente nacionalista, antecipando as premissas que dariam corpo ao Código de Águas e alguns artigos normatizados na Constituição, ambos promulgados três anos depois. Vargas expressou-se da seguinte maneira:

[...] não sou exclusivista nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio do capital estrangeiro a empregar-se no desenvolvimento da indústria brasileira [...]. Mas quando se trata do ferro [...]; do aproveitamento das quedas d’água, transformadas na energia que nos ilumina e alimenta as indústrias de guerra e de paz; das redes ferroviárias de comunicação interna [...]; quando se trata – repito – da exploração de serviços de tal natureza, de maneira tão íntima ligados ao amplo e complexo problema da defesa nacional, não podemos aliená-los, concedendo-os a estranhos, e compre-nos previdentemente manter sobre eles o direito de propriedade e domínio (VARGAS, apud. LIMA, 1995, pp. 20-21).

Este rumo escolhido por Vargas para a política econômica adveio tanto de uma opção de fortalecer o governo federal em detrimento da autonomia dos Estados e Municípios, quanto de tentar contornar os problemas que decorreram do colapso econômico mundial ocorrido após 1929 e que prejudicou bastante a balança comercial brasileira reduzindo nossa capacidade de importação, além de desvalorizar o café, nosso principal produto no mercado internacional, como organizar uma produção que atendesse aos esforços de guerra nos anos que se sucederiam. O governo, então, concentrou seus esforços em criar mecanismos que impulsionassem de forma mais incisiva o movimento de industrialização brasileiro, posto que este se tornasse o paradigma norteador da postura de quaisquer países que quisessem entrar na corrida rumo ao desenvolvimento e ao progresso econômicos, mormente após a depressão de 1929 que mostrou claramente o esgotamento do liberalismo econômico, além de fazer ver aos governantes dos países periféricos seus efeitos nocivos para as nações subdesenvolvidas extremamente dependentes da divisão internacional do trabalho. Assim sendo, Vargas fomentou o aceleração da industrialização brasileira a partir de duas estratégias (SKIDMORE, 2010), primeiro deslocou os insumos destinados à importação e canalizou-os para a produção industrial que tinha por meta abastecer o mercado interno. Em seguida procedeu em intervenções diretas e indiretas na economia, por intermédio de ações pontuais e determinantes sobre alguns incentivos como “impostos, controles cambiais [...] controle de créditos e demandas salariais; e [...] por meio de investimentos públicos em ferrovias, navegação, serviços públicos e indústrias básicas, com petróleo e aço” (SKIDMORE, 2010, p. 76), indo de encontro aos preceitos liberais¹¹. Logo:

A política de industrialização e nacionalismo de Vargas atingiu o setor energético, tido como estratégico. O processo de industrialização brasileiro tinha na disponibilidade de energia um dos obstáculos a serem superados, pois o carvão de pedra, combustível principal da indústria moderna, tinha pouca qualidade e era de difícil exploração. Juntamente com a industrialização, a urbanização aumentava a demanda de energia, e a hidroeletricidade aparecia como alternativa mais plausível para o caso brasileiro (PASE, 2012, p. 119-120).

¹¹ É importante notar que o processo de industrialização fomentado pelo governo Vargas não aconteceu “espontaneamente”, mas foi fruto de uma política autoritária feita “de cima para baixo” e que contou com um sólido apoio da esfera militar que via na indústria metalúrgica uma das saídas para que o Brasil se transformasse numa potência militar. Sem falar que Vargas teve que enfrentar a forte oposição dos intelectuais adeptos do liberalismo econômico que insistiam na “vocação” agroexportadora do Brasil. Paul Singer menciona, no final da década de 1920, a visceral resistência das classes cafeicultoras paulistas e das classes médias urbanas aos projetos de proteção da indústria brasileira. Os primeiros temendo represálias aos produtos brasileiros no exterior e os segundos por acharem os artigos brasileiros mais caros que os importados. Cf. SKIDMORE, 2010, pp. 74-75; SINGER, 2004b.

Dessa forma, foram feitos investimentos em infraestrutura e criado, em consonância, um aparato jurídico, político e institucional que auxiliasse essas ações. Começando pela Constituição de 1934 que vai propor as bases do monopólio jurídico-normativo do Estado acerca da produção e distribuição de energia no Brasil. Em seu primeiro capítulo já observamos a intensão do governo de estabelecer o controle hegemônico sobre os potenciais energéticos do país a partir do argumento segundo o qual é de única e exclusiva competência da União legislar em matéria de, “bens de domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e sua exploração” (BRASIL, 1934, p. 03) ¹².

No mesmo ano entra em vigor, vinculado ao Ministério da Agricultura, o Código de Águas que atualizava a legislação acerca da utilização dos recursos hídricos nacionais, corroborando o que as premissas promulgadas na Constituição asseveravam e reafirmando que caberia ao poder público manter o controle sobre o aproveitamento industrial das águas e o fomento desta atividade por meio de concessões e autorizações para a exploração do potencial energético dos rios brasileiros. Na verdade, a intenção do código era a de demarcar claramente a presença do estado no setor energético, tendo como base uma malha jurídica própria que assumisse e ampliasse as proposições normatizadas na Constituição. Conforme o artigo 139 do referido código: “O aproveitamento industrial das quedas de águas e outras fontes de energia hidráulica, quer do domínio público, quer do domínio particular, far-se-á pelo regime de autorizações e concessões, instituído neste Código”. (BRASIL, 1934b [2003], p. 38).

O Código de Águas, além de estipular uma distinção entre águas públicas e privadas, assim como as normas que regulamentariam o direito de uso de ambas, destina uma seção exclusivamente para tratar da questão energética no que tange à legislação direcionada à produção, consumo e comercialização da hidroeletricidade¹³. Esta estrutura do código fez dele um instrumento decisivo de intervenção estatal em todos os âmbitos do setor de energia elétrica. O artigo 145 do referido código enfatiza que as quedas d’água e outras possíveis fontes de energia hidráulica são bens imóveis distintos dos solos nos quais correm seus caudais e que, portanto, “[...] a propriedade superficial não abrange a água, o álveo do curso no trecho em que se acha a queda d’água, nem a respectiva energia hidráulica, para o efeito de

¹² Na constituição atual estas atribuições da União encontram-se Título III, Capítulo II Art.20 – III e § 1º. Cf. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999, pp. 20 -21.

¹³ Isto consta no Livro III, Título I, Capítulo I, cf. BRASIL, 1934b [2003].

seu aproveitamento industrial” (BRASIL, 1934b [2003], p. 40). O artigo supramencionado apenas endossa a normatividade dos artigos precedentes (Art. 140) que prescreviam que todas as quedas d’água com potência superior a 150 KW só poderiam ser exploradas mediante a concessão ou autorização da União (Ibid, p. 39) ficando de fora apenas as quedas d’água com potencial igual ou inferior a 50 KW, logicamente por serem inviáveis economicamente para o Governo. Na década de 50, não obstante as normatizações impostas pelo Código de Águas, assim como os acirrados debates em torno de sua promulgação, e os esforços do aparelho estatal para aumentar sua presença no campo, a partir da criação de empresas estatais destinadas a regular a produção e distribuição de energia elétrica, tais como o CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, em 1939, cuja função se reduziu a adequar os dispositivos normatizadores do Código de Águas para a ampliação dos sistemas de geração, o setor energético brasileiro ainda era controlado por empresas estrangeiras.

A AMFORP - *Americam Foreign Power Company*, instalada no país desde 1924, era dirigida pela empresa norte-americana EBASCO – *Electric Bond and Share Company*. Esta empresa fundou a Companhia Paulista de Força e Luz como resultado de um processo de compra de pequenas empresas de geração, transmissão e distribuição de energia. Outra empresa importante nesta conjuntura foi a LIGHT - *Brazilian Traction, Light & Power*, que responsabilizou-se desde meados do século XIX pela distribuição e exploração de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo. Neste interim esta empresa empreendeu a construção das hidrelétricas de Edgar Souza e Henry Borden I, em São Paulo; e as hidrelétricas de Fontes, no Rio de Janeiro e Pombos (MG-RJ).

Em 1945 foi criada a CEEE - Comissão Estadual de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul. No mesmo ano, entre os estados de Alagoas e Bahia é fundada a CHESF - Companhia Hidrelétrica de São Francisco, cujo intuito principal era resolver os problemas resultantes dos poucos recursos energéticos de que a região nordeste dispunha a partir da exploração do potencial hidroelétrico do rio São Francisco, assim como de sua navegabilidade e irrigação. Em 1952 aparece a CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais – no Estado de Minas Gerais e quatro anos mais tarde a FURNAS. Nesse ínterim é fundado o BNDE que possuía o encargo de administrar, no sentido de criar fundos e financiar projetos, o Fundo Nacional de Eletrificação, ambos criados respectivamente em 1952 e 1953. Foi criado também o Imposto Único sobre a Energia Elétrica, que deveria ajudar a subsidiar as empresas públicas que se destinavam a administrar o setor energético. Em 1957, como resultado do consorciamento entre o Governo Federal e os estados de Minas Gerais, São Paulo, mais a Light e a CPFL, aparece a FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

Somente em 1962 é criada a ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – que adquiriu as ações da Light e da Ebasco com a finalidade de estatizar a produção de energia no país. Com a instituição desta empresa de economia mista, houve um deslocamento importante na política energética brasileira que concerniu no fato de que o Estado ficaria responsável pela ampliação da geração de energia, enquanto que a distribuição desta energia ficaria a cargo da iniciativa privada. Conforme publicação da Biblioteca do Exército (1978) acerca do panorama da energia elétrica no Brasil até a criação da Eletrobrás e que procurava justificar as ações governamentais concernentes à produção de energia no país:

[...] a *ELETROBRÁS* atua como uma empresa holding dos concessionários federais; banco de financiamento do setor; órgão de planejamento setorial; coordenadora da operação dos sistemas interligados; impulsionadora de novas interligações de sistemas, bem como na relação de sistemas elétricos de países vizinhos; responsável pelo relacionamento do setor com a indústria de materiais e equipamentos e a pesquisa orientada para o setor elétrico (BRASIL, 1978, p. 18).

A Eletrobrás¹⁴ assumiu, assim, toda a logística concernente ao aproveitamento do potencial energético dos rios brasileiros. Por esta forma, se na década de 1960 houve um movimento de estatização do setor elétrico brasileiro, no qual “as empresas públicas federais e estaduais assumiram um papel fundamental na geração, transmissão e integração de sistemas isolados e mesmo na distribuição de energia” (GOLDENBERG, 2003, p.221), é importante lembrar que o que deu condições de possibilidade para estas ações foi a estrutura jurídica, econômica e política articulada entre as décadas de 30, 40 e 50.

Entre as décadas de 1950 e 1960 entraram em operação as usinas hidrelétricas de Paulo Afonso, no Rio São Francisco (1955), Salto grande no Rio Paranapanema (1960) e Três Marias, também no rio São Francisco (1962). Em 1962, no intuito de fazer um mapeamento do potencial hidrelétrico dos rios do sul e do sudeste do País o governo brasileiro, em parceria com o Banco Mundial e órgãos especializados das Nações Unidas, cria o consórcio Canambra Consultoria, pondo-o sobre a responsabilidade da empresa norte-americana *Gibbs & Hill* e das empresas canadenses *Montreal Engineering* e *Crippen Enginnering* (BRASIL, 1978).

Essas estratégias governamentais para controlar do setor elétrico nacional ganham mais força ainda por intermédio da criação em 1960 do Ministério de Minas e Energia¹⁵. Entre o final da década de 60 e início dos anos 70 começam os projetos de grandes

¹⁴ Só para termos uma ideia da relevância da Eletrobrás e da atenção dada pelo governo à questão energética, o capital desta empresa, em 1977 girava em torno de 27,5 Cr\$ bilhões. O que a tornava, na época, a segunda maior empresa brasileira em patrimônio líquido. Cf. Brasil. Energia Elétrica no Brasil. Da primeira lâmpada à ELETROBRÁS. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1978.

¹⁵ Lei n. 3.782, de 22 de Julho de 1960.

hidrelétricas cujas pontas de lança foram Itaipú e Tucurí. De 1970 em diante o movimento de centralização do setor elétrico recrudesce: A Eletrobrás, por meio de suas subsidiárias, CHESF, FURNAS, Eletrosul, fundada em 1968 e Eletronorte, criada em 1972, toma para si o planejamento da expansão dos sistemas elétricos do país.

No governo de João Goulart a Eletrobrás já dominava o setor elétrico de boa parte do território nacional a partir de suas subsidiárias no Sul (ELETROSUL), no Sudeste (FURNAS), no Nordeste (CHESF) e no Norte (ELETRONORTE) além de suas consorciadas na região Sudeste como a Light Serviços de eletricidade S.A. e a Escelsea.

1.1.- O cenário da político-econômico brasileiro na década de 1990 e suas ressonâncias sobre o setor elétrico.

O Brasil adentrou a década de 1990 imerso numa conjuntura bastante problemática, mormente nos âmbitos econômico, social e político. No que concerne às relações exteriores o país precisava articular sua política econômica ao pensamento neoliberal que se apresentava, desde os anos 1980, como único caminho para a resolução da crise econômica pela qual passavam, de formas distintas logicamente, a Europa, o continente africano, os Estados Unidos e os países da América Latina, posto que nos anos oitenta a América Latina sofrera acentuada estagnação econômica o que levou a maioria dos países a repensarem suas políticas econômicas e sociais, porquanto o modelo econômico baseado na substituição de importações, no endividamento externo e no intervencionismo estatal na economia, posto em prática desde os anos 1930 – para, inclusive, solucionar outra crise do sistema – dava nítidos sinais de desgaste:

O grande tripé do nacional-desenvolvimentismo latino-americano – intervenção estatal, capitais nacionais e endividamento externo – esgotara sua capacidade criativa e muitos países conhecerão daí em diante uma nova fase de suas vidas econômicas, a desindustrialização (DA SILVA, 1990, p. 385).

No campo político o país atravessava um delicado processo de redemocratização, depois de decorridos vinte longos e conturbados anos de regime autoritário (1964-1985). Esta redemocratização foi marcada por um cenário constituído por políticos que foram fortemente ligados à ditadura civil-militar, um ainda forte aparelhamento estatal escorado numa

administração pouco eficiente que não havia conseguido debelar a inflação¹⁶ que chegara ao paroxismo de 1.764,8% em 1989 (DA SILVA, 1990).

Outra nuance relevante era que um ano antes, em 1989, o Brasil passara pelas primeiras eleições diretas para presidente desde 1960. Todo o processo que transcorreu durante o pleito - das campanhas eleitorais à ação da mídia - até às urnas, mostrou indícios de uma rearticulação do cenário político partidário – como a emergência de partidos como o PT e o PDT – visível nas tensões entre partidos historicamente ligados à ditadura militar e outros que desejavam seu quinhão nos destinos políticos da nação¹⁷; e o desejo da população em geral e de setores organizados da sociedade de que a conjuntura política¹⁸ do país sofresse modificações profundas, o que manifestou uma crise de hegemonia política. Crise esta que

¹⁶ Para tentar conter a inflação, o Governo Sarney (1985-1989) lançou três planos econômicos que acabaram por soçobrar. Em 1º de março de 1986, sob a condução de Dílson Furtado, é lançado o Plano Cruzado que pretendia estabilizar a economia tendo como eixo central uma reforma monetária. Criou-se uma nova moeda, o Cruzado, e se procedeu no congelamento de preços e salários, abono de 8% para todos os trabalhadores e a criação de um “gatilho salarial” que entrava em ação quando a inflação ultrapassasse 20% e a instituição do salário-desemprego. Num primeiro momento as medidas impostas pelo plano geraram efeitos positivos, posto que a inflação declinou de 237,7% (1985) para 57,4% (1986) ao ano. No entanto, os gastos públicos superaram a capacidade de arrecadação do governo que se via obrigado a tomar empréstimos no mercado financeiro e a emitir títulos para financiá-los. Sem falar que a dívida externa continuava a pressionar o câmbio. O preço da maioria dos produtos e serviços subiu mais de 60%: alimentos e bebidas alcançaram 100%, enquanto que as tarifas públicas saltaram para 120% em poucos meses. Assim, em novembro de 1986 o governo decreta o Plano Cruzado II abandonando as medidas distributivas do plano anterior: os preços dos aluguéis são liberados e a inflação passa a ser medida pela cesta básica. Em janeiro de 1988 o governo faz uma última tentativa: é lançado o Plano Bresser – conduzido pelo novo ministro da economia Carlos Bresser - que não consegue reduzir o avanço da inflação e ainda promove grandes perdas salariais. Em 1988 o índice inflacionário alcança 933,6% ao ano. Por fim, foi lançado o PLANO VERÃO, em 1989, que criou o Cruzado Novo em paridade com o dólar, congelou preços e salários, alterou rendimentos em cadernetas de poupança e extinguiu a Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), um título da dívida pública. Cf. DA SILVA, 1990; AURÉLIO, 2010.

¹⁷ O processo eleitoral de 1989 levou 82 milhões de brasileiros às urnas (DA SILVA, 1990) e concentrou um número recorde de vinte e dois candidatos distribuídos entre partidos que se denominavam de esquerda como PT e PDT cujos candidatos eram respetivamente Luís Inácio “Lula” da Silva e Leonel Brizola e agremiações compostas por legendas que se entendiam como “centro-esquerda” como o PMDB encabeçado pela paradigmática figura de Ulisses Guimarães, o PSDB representado por Mário Covas e o PFL, que lançava a candidatura de Aureliano Chaves; e partidos ditos de direita como o PDS, sob a liderança de Paulo Maluf e o PSD e a UDR. Além de outras legendas como o PRONA, de Enéias Ferreira Carneiro e o PRN de Fernando Collor de Melo que ganharia a eleição no segundo turno com 37,8% dos votos válidos, contra 31% dados a Lula. Cf. DA SILVA, 1990 e AURÉLIO, 2010.

¹⁸ Esta ânsia por transformações profundas nos destinos no país tornou-se palpável no resultado das urnas, posto que a esmagadora indiferença dos eleitores aos candidatos tradicionais, tanto às lideranças históricas como Ulisses Guimarães que fizeram oposição à ditadura quanto aos candidatos que recordavam os anos do regime civil-militar acabou retirando do páreo todos os partidos de maior visibilidade e polarizaram a disputa em torno do ascendente Partido dos Trabalhadores (PT) do líder sindical Luís Inácio Lula da Silva e o desconhecido Partido da Reconstrução Nacional (PRN) cujo candidato era o jovem ex-prefeito biônico de Maceió e deputado federal pelo PDS, Fernando Affonso Collor de Mello que, juntos, acabaram aglutinando 44,6% dos votos válidos – 28,52% Collor e 16,08% Lula. Os outros candidatos ficaram distribuídos da seguinte forma: Brizola, 15,45%; Mário Covas, 10,78%; Paulo Maluf, 8,28%; Guilherme Afif Domingos 4,53% e Ulisses Guimarães 4,43%. Os outros candidatos obtiveram um índice percentual igual ou menor que 1%, cada. Cf. DA SILVA, 1990; AURÉLIO, 2010; http://pt.wikipedia.org/wiki/Eleição_presidencial_no_Brasil_em_1989. Acesso em 17/07/2013 e http://www.archontology.org/nations/braz/braz_rep3/color_de_melo.php. Acesso em 17/07/2013.

não tomou proporções concretas porquanto, o pleito eleitoral foi ganho por um jovem político egresso da oligarquia política alagoana e ligado à ditadura militar.

O Governo Collor (1990-1992) tratará de inserir de forma definitiva a política econômica brasileira nas engrenagens do pensamento hegemônico que ganhara força após o colapso da URSS e da queda do Muro de Berlim¹⁹ (MACIEL, 2011). A política de “Estado Mínimo” do governo abriu um vasto programa de privatizações de empresas estatais, extinguiu órgãos públicos e demitiu milhares de funcionários públicos²⁰. O primeiro objetivo era “enxugar” a máquina estatal e, em seguida, fortalecer a moeda para combater a inflação.

A partir de 1990 o governo cria uma malha jurídica para implementar e acelerar o processo de privatização. Dessa maneira foi criada a lei n. 8.031/90 que instituiu o Plano Nacional de Desestatização (PND) que materializará o maior processo de privatização do mundo (GONÇALVES JÚNIOR, 2007). Conforme dados do BNDES (2002), entre 1990 e 2002 o setor elétrico²¹ correspondeu a 31% do montante do deslocamento do patrimônio estatal para a iniciativa privada.

1.2.- O governo FHC e as políticas públicas para o setor elétrico.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) utilizou como principal estratégia de sua política energética a abertura do mercado energético para investidores privados tendo como intuito basilar aumentar a competitividade deste setor e canalizar as divisas públicas que seriam direcionadas para este âmbito para outras finalidades. Ao término de sua administração, como resultado desta política, o setor energético brasileiro contava com várias empresas estatais e privadas de grande porte tanto no setor petrolífero quanto no de eletricidade. Esta abertura ao mercado para incentivar a competitividade no setor energético tinha como pano de fundo outro objetivo geral do governo FHC, qual seja, o de estabilizar a economia por meio do combate à aguda inflação que se havia tornado mais corrosiva durante o processo de redemocratização do país acontecido no decorrer da década de 1980.

¹⁹ É importante ressaltar que não é o Governo Collor que introduz no Brasil as ideias neoliberais, nem é o primeiro a servir-se delas. Já no governo Figueiredo (1979-1985) foram tomadas algumas medidas alinhadas ao liberalismo e no governo Sarney (1985-1989) começa a tomar corpo um projeto de medidas liberais visando diminuir a atuação do Estado na economia. Cf. MACIEL, 2011 e DA SILVA, 1990.

²⁰ Conforme Maciel (2011), foram privatizadas no governo Collor 18 empresas estatais que, somando o valor das vendas e das dívidas contraídas, resultaram em 5.371 milhões de dólares.

²¹ Todavia, no que concerne ao setor elétrico, as privatizações só se efetivarão a partir de 1995, já no governo FHC, com a venda da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa. Cf. www.bndes.gov.br (Acesso: 18/07/13).

Esta meta foi alcançada ao custo do endividamento do país decorrente da valorização do câmbio e de negociações com o FMI - Fundo Monetário Internacional, junto com outros organismos financeiros internacionais, que forneceram subsídios financeiros que possibilitaram a estabilização da economia brasileira que se comprometera a sanear suas contas públicas para obter o equilíbrio fiscal almejado. Todos esses esforços foram conferidos em prol da consolidação do Plano Real.

Estas medidas estavam em consonância com a política econômica neoliberal, que se consolidava na década de 90 como a proposta hegemônica para resolver os problemas econômicos dos países, mormente os em desenvolvimento. Conforme a perspectiva neoliberal, para combater o descontrole fiscal e financeiro oriundos da crise econômica, assim como evitar a estagnação da economia, seriam necessários um ajuste fiscal e o distanciamento do Estado de políticas sociais e, principalmente da economia, lançando mão de privatizações para desonerar o Estado (PASE&ROCHA, 2010; PASE, 2012, p. 121). Desta forma, como o setor elétrico apresentava desequilíbrio fiscal, acabou passando por uma incisiva reforma. O intento do governo era reduzir a dívida do setor público o que daria condição de possibilidade para um crescimento a longo prazo. O caminho parecia ser a privatização do setor elétrico, como justificativa para o ingresso do Brasil na engrenagem da conjuntura econômica global:

A privatização em andamento do setor elétrico no Brasil e a implementação de um novo modelo para este setor são parte da transição econômica do Brasil do modelo de crescimento impulsionado pelo Estado para o crescimento impulsionado pelo mercado. Também é consistente com a necessidade do setor de serviços públicos de aumentar a produtividade e reduzir custos através do aumento da eficiência, um objetivo a ser alcançado pela economia como um todo, para uma integração bem-sucedida no mercado global. A privatização do setor elétrico também ajuda a reduzir a dívida do setor público, contribuindo para a sustentação do crescimento a longo prazo do Brasil (FERREIRA, 2000, Apud. GOLDENBERG, 2003, p. 225).

Conforme Goldenberg (2003) a finalidade de primeira ordem do governo em instituir esta série de reformas descentralizadoras da ação do estado no setor energético era criar condições necessárias para distinguir e separar as atividades relacionadas a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, transferindo para a iniciativa privada a responsabilidade pelos investimentos neste setor tornando o mercado, assim, mais competitivo.

Em 1996 a lei N. 9.427/96 cria a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. A ANEEL possui o encargo de emitir concessões e fiscalizar o setor elétrico. Também é de sua incumbência criar regras e preceitos para o setor com força normativa e impingir penalidades aos que desobedecerem às leis de concessão. A

ANEEL agia em consonância com duas entidades de direito privado o ONS (Operador Nacional do Sistema) que possuía a o encargo de criar e aplicar normas e regras para que o gerenciamento da geração e transmissão de energia fosse mais harmônico, e o MAE (Mercado Atacadista de Energia Elétrica) cuja função era criar um conjunto de regras comerciais que deveriam ser seguidas por quaisquer agentes ou concessionários que negociassem energia por atacado.

Em 1999, com o intuito de organizar as atividades de planejamento da expansão elétrica foi instituído o CCPESE - Comitê Coordenador do Planejamento de Expansão do Sistema Elétrico. No ano 2000 foi a vez da regulamentação do órgão responsável pelo assessoramento do presidente da república em questões referentes à política energética, o CNPE - Conselho Nacional de Política Energética. Como resultado dessa reforma, em 1998 aproximadamente 50% da distribuição de energia do país já estava nas mãos do setor privado (FERREIRA, 2003).

Outro marco importante para a articulação entre os capitais públicos e privados iniciado pelo governo FHC e concretizado na administração do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva foi a lei n. 9.074/1995 que inaugurava as PPP - Parcerias Público Privadas, que foi ratificada em 2004 através da lei 11. 079 que estabelecia suas normas gerais. As Parcerias Público Privadas abriam a possibilidade legal de uma associação entre empresas privadas e Estado, na qual o governo brasileiro, por meio da ANEEL assumiria o papel de regulador das atividades do setor elétrico enquanto que os empreendimentos hidrelétricos propriamente ditos seriam executados por Sociedades de Propósito Específico (SPE) organizadas para cada empreendimento.

1.3.- As estratégias do governo Lula para o setor hidrelétrico

As políticas públicas para o setor elétrico realizadas durante a gestão de Luís Inácio “Lula” da Silva não estabeleceram com a administração precedente rupturas significativas; pelo contrário, acabaram estabelecendo uma solução de continuidade com as políticas públicas anteriores visando prioritariamente a prestação de serviços no interior do ambiente competitivo do mercado (PASE, 2012).

Analisando as políticas públicas do governo Lula a partir de quatro categorias analíticas, quais sejam, o Incrementalismo, o Ciclo da Política, as Arenas Sociais e o Gerencialismo Político, o cientista político Hemerson Luiz Pase (2012), sustenta que a gestão petista não rompeu com as políticas públicas de infraestrutura direcionadas ao setor elétrico

conduzidas pelos governos precedentes, mas assumiu uma postura reformista – adotada primeiramente por Collor e consolidada no governo FHC - , isto é, introduziu reformas que mantiveram e fortaleceram as medidas dos governos anteriores no sentido de empreender um movimento de privatização do setor energético tendo como espinha dorsal o consorciamento entre Estado e iniciativa privada.

Pase (2012) argumenta que existem algumas razões que ratificam esta inferência. A primeira delas consistiu na tentativa de manter a governabilidade; a segunda materializou-se na postura do então candidato Luís Inácio Lula da Silva e de seu partido, o PT, expressa na “Carta aos brasileiros”, em 2002, por conta da situação de insegurança do mercado exterior indicada no aumento do índice do “risco Brasil”, na qual assegurava o comprometimento de seu governo em honrar todos os compromissos contraídos pelos governos anteriores. Assim, o governo de Luís Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) não rompeu com as políticas públicas destinadas à infraestrutura do setor elétrico²² dos governos que precederam seu pleito, pelo contrário; aprofundou o movimento reformista do Estado em vista de manter a governabilidade interna e a credibilidade do país diante dos credores externos.

Dessa maneira, a gestão de Lula não foi marcada pela ruptura, mas por reformas que expressaram uma opção pela pragmática política em detrimento de um programa de governo que se propunha a fazer mudanças sociais profundas. Dentre os fatores que contribuíram para esta mutação programática no discurso do governo Destacou-se a opção estratégica pela aproximação do eleitor da classe média. Conforme a análise de PASE&ROCHA:

Os compromissos assumidos pelo presidente Lula ao viabilizarem sua eleição impedem rupturas com as políticas públicas anteriores mantendo intacta boa parte das concepções e, principalmente das decisões anteriores. [...] O processo de reforma do Estado nos governos Collor e FHC retiraram várias prerrogativas e fontes de recursos do Estado com os quais o governo Lula não pode contar. Não obstante, os compromissos eleitorais buscando a credibilidade internacional e o apoio eleitoral e legislativo interno, assumidos por Lula, determinam limites para a ação das políticas públicas (PASE&ROCHA, 2010, p. 52).

Assim sendo, a postura do governo Lula para o setor hidrelétrico será a de estimular as ações da iniciativa privada no setor viabilizando os projetos por meio de financiamentos. Destarte, o que se dá na prática é que o Estado continua tendo um papel importante como financiador e liberando licenças ambientais que permitiriam a execução das obras, enquanto

²² Devo enfatizar que a análise presente não pretende ser um balanço de todas as políticas públicas implementadas pelo governo Lula, mas volta-se prioritariamente para a análise das políticas públicas destinadas ao setor energético, mormente ao relacionado às hidrelétricas.

que a iniciativa privada aumenta seu acesso à produção e distribuição de energia elétrica e tem os lucros e o gerenciamento das obras sobre sua tutela.

A seguir, refletiremos como, num âmbito mais direcionado à região amazônica, as estratégias de desenvolvimento tendo como pano de fundo o setor energético, articularam-se como políticas públicas que visavam mais a dominação que o desenvolvimento da região.

1.4. - Projetos hidrelétricos e a dominação do espaço amazônico

Como já foi pontuado anteriormente, a hidroeletricidade – fundamentalmente o modelo da Grande Hidrelétrica - articulada a outros megaprojetos²³ executados pelo regime autoritário, iniciado com o golpe civil-militar de 1964 (PETIT; CUÉLLAR, 2012), desde meados da década de 1970 do século passado, tem despontado, no Brasil, como alternativa e modelo para a geração de energia. Esta preocupação redobrada do governo brasileiro com a geração de energia elétrica – como já foi pontuado no capítulo precedente - foi precipitada pela articulação de diversos fatores relativos tanto à conjuntura mundial quanto ao cenário que se formava no país, dentre os quais podemos destacar a crise energética mundial ocasionada pela alta do petróleo entre 1973²⁴ e 1979. Esta crise acabou por acelerar os debates em torno da mudança nos rumos da política econômica mundial²⁵, apontando o esgotamento do modelo de “Estado de Bem-estar social”, posto em operação entre os anos 50 e 60 e o tipo de

²³ Os Grandes Projetos configuraram-se, desde o Plano de Metas de Juscelino Kubtscheck até a instauração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) no governo Geisel, em 1974, como um conjunto de intervenções de grande porte realizadas ou induzidas pelo governo federal com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico das regiões contempladas e de sua área de influência. Essas intervenções concentravam-se principalmente no setor de infraestrutura como grandes estradas e rodovias que visavam a penetração em áreas de difícil acesso, assim como sua integração ao resto do território nacional (as Rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, por exemplo). Nessa conjuntura podemos dar destaque ao Programa Grande Carajás. Cf. COSTA, 1994; PETIT, 2010).

²⁴ De 1950 até o início da década de setenta, o petróleo saudita custava em média menos de dois dólares. Em 1970 já era negociado a um preço médio de 2,53 U\$ o barril. Em 1973, sob a pressão da OPEP, o barril custava quatro vezes mais e no final da década, após a revolução Iraniana, seu preço triplicou. Em 1980 o barril já custava cerca de 41 dólares. Cf. HOBSBAWM, 1995, pp. 258; 458; VISENTINI, 2010 e ARRIGHI, Giovanni, 1996, p. 375.

²⁵ Os governantes que assumiram o controle das potencias mundiais a partir da década de 80, em especial Ronald Reagan (1980-1987), nos Estados Unidos e a britânica Margareth Thatcher (1979-1990) – representante do Partido Conservador britânico -, ambos adeptos do neoliberalismo, eram visceralmente avessos ao intervencionismo estatal na economia e apontavam o saneamento fiscal como antídoto à crise causada pelo Estado de Bem-estar Social e propunham medidas desestatizantes para aquecer a economia, pois defendiam que os gastos do governo com programas sociais e políticas públicas do gênero, eram entraves seríssimos ao desenvolvimento pleno do mercado e, por conseguinte, ao crescimento econômico. Dessa forma, “os governos e a ortodoxia ocidentais concordavam em que o custo da seguridade social e da previdência social públicas estava demasiado alto e tinha de ser reduzido, e a redução em massa de empregos nos até então mais estáveis setores de ocupação terciárias [...] tornou-se comum” (HOBSBAWN, 1995, p. 551).

“capitalismo assistencialista” executado por seus defensores como estopim da crise²⁶; o crescimento, mesmo desordenado²⁷, do parque industrial brasileiro que em 1977 consumia 57 kW de cada 100kWh produzido²⁸ (BRASIL, 1977), assim como, o aumento do consumo de energia elétrica por parte da população brasileira²⁹ por ocasião de seu processo de urbanização e, como já foi citado, o já longo projeto de desenvolvimento nacional que tinha como um de seus eixos basilares a integração da Amazônia ao restante da nação. Isto pode ser inferido pelo fato de que, atualmente, 90% da geração de energia do Brasil³⁰ é proveniente do potencial hidrelétrico de seus rios³¹ (ANEEL, 2001), ficando atrás somente da Noruega, cujo setor hidroelétrico é responsável por quase 100% do fornecimento de energia elétrica para aquele país (ROSA, 2011).

Conforme dados da Agência Nacional de Águas, os potenciais estimados para as regiões hidrográficas Amazônica e Araguaia-Tocantins apresentam, respectivamente

²⁶ Eric Hobsbawm chama a atenção para o fato de que essa crise foi muito mais devastadora nos países Africanos, da Ásia Ocidental, da América Latina do que nos países de economia plenamente desenvolvida. Conforme o historiador britânico a economia dos países capitalistas desenvolvidos não estagnou por completo; somente cresceu mais lentamente do que nas décadas anteriores. Dessa forma, o que dará força às argumentações de líderes políticos adeptos das teorias neoclássicas não foi menos a conjuntura de crise atual do que o “fantasma” da depressão de 1930, que a retórica liberal explorou ao limite. Em termos estatísticos, os países de economias desenvolvidas encontravam-se mais ricos e produtivos no início da década de 90 do que no início dos anos 1970. Sem falar que a economia global encontrava-se bastante dinâmica. Segundo suas análises, “o crescimento do PIB das economias avançadas até 1991 mal foi interrompido por breves períodos de estagnação nos anos de recessão de 1973-5 e 1981-3 [...]. O comércio internacional nos produtos da indústria, motor do crescimento mundial, continuou, e nos anos de *boom* da década de 1980 até mesmo se acelerou num ritmo comparado ao da Era de Ouro” (HOBSBAWM, 1995, p. 395).

²⁷ Em um *post scriptum* para sua clássica obra “História Econômica do Brasil”, Caio Prado Júnior, em 1976, fez uma percuciente análise sobre o chamado “Milagre econômico” brasileiro denunciando seu caráter falacioso e reiterando sua tese de que a estrutura sócio-econômica brasileira, “embora numa forma mais complexa e exteriormente revestido de aspectos mais conformes com maneiras de ser dos dias de hoje” (PRADO JÚNIOR, 2004, p.355) continuava a mesma do sistema colonial baseada na exploração e na produção de gêneros primários para o mercado exterior. Dessa maneira, o processo de urbanização estava estreitamente ligado ao defeituoso crescimento industrial que aproveitava os que fugiam da miséria do campo para utilizá-los como “mão-de-obra barata e menos reivindicadora” (Id Ibid, p. 354).

²⁸ Os outros 43kWh estavam distribuídos entre a iluminação pública (12), as residências (19) e o comércio e outros serviços (12) (BRASIL, 1977, o. 17).

²⁹ No entanto, a distribuição do consumo era bastante desequilibrada, mormente no que concerne à região amazônica que em 1977 consumia apenas 1,6% da energia produzida, índice irrelevante se comparado ao do sudeste que no mesmo ano fora responsável por 71,7%. Em contrapartida, a região Norte, onde a maior parte da Amazônia brasileira encontra-se distribuída, no mesmo ano, havia aumentado seu consumo em 13% em relação às décadas anteriores, já o Sudeste ficou em 11,4%, abaixo da média nacional que foi de 12,7%.

³⁰ Conjuntura que caminha na contra mão da situação mundial. Uma pesquisa feita pela Inertational Energy Agency - IEA (Agencia Internacional de Energia) em 2011 apontou que no ano de 2009, 85,4% da produção de energia elétrica no mundo provinha de combustíveis fósseis, sendo que a oriunda da hidroeletricidade correspondia a apenas 16,2%. Cf. (BERMAN, 2011, p. 17).

³¹ Para se ter uma ideia, somente a sub-bacia do rio Xingu comporta aproximadamente 14% do potencial inventariado no Brasil (ANA, 2005, p. 38). Um dado não desprezível, posto que o Brasil utiliza somente 30% de seu potencial hidrelétrico (ROSA, 2005). Também conforme dados da Agência Nacional de Águas as bacias do Tocantins-Araguaia, Xingu e Tapajós concentram um potencial hidrelétrico de cerca de 51 GW (Cf. ANA, 2005, p. 22).

potenciais de 107.143 MW e 26.285 MW (ANA, 2005). Ademais, os rios Tocantins, Araguaia, Madeira, Xingu e Tapajós respondem aproximadamente por 63% do potencial hidrelétrico não aproveitado do Brasil (BERMANN, 2012).

Outra razão que levou a hidroeletricidade ao status de paradigma tecnológico é que a implantação de Usinas Hidrelétricas viabilizaria de forma mais profícua e rentável o desenvolvimento industrial no país e em especial o da região amazônica. Mormente o desenvolvimento da Amazônia Oriental³², área na qual se encontra a Usina Hidrelétrica de Estreito, e que segundo Marcos Kowarick (1995), é atualmente a porção mais desenvolvida da região amazônica. Isso se deve ao fato de que, do ponto de vista econômico e geopolítico, esta é a região brasileira mais próxima dos Estados Unidos e da Europa. Ademais, apresenta condições naturais muito favoráveis para as navegações de pequeno e médio porte, sem falar que abriga a maior bacia hidrográfica do planeta (PINTO, 2012).

Outro fator de relevância é que a Amazônia Oriental também é o ponto de contato da Amazônia Legal³³ com as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, sem falar que nos 895.265 km² que sua extensão abarca – 10,6% do território nacional – existe um enorme potencial florestal, mineral, agropecuário, pesqueiro e energético (BECKER, 1990; KOWARICK, 1995). Assim, por ser uma região importante sob a ótica estratégica é que vários projetos desenvolvimentistas passaram a assolar o solo amazônico:

A Amazônia tem sido o grande experimento da tecnocracia brasileira nas últimas cinco décadas. Ainda nos primeiros anos da ditadura militar, uma região que compreende 54,4% do território brasileiro e encerra 78% da reserva de água doce nacional foi julgada culpada pela sua geografia e condenada a passar por um processo de domesticação chamado de ‘desenvolvimento’ (IORIS, 2008, p. 10).

Esse “processo de domesticação” não se deu por acaso, mas foi embalado primeiramente pela tentativa de mitigar os problemas engendrados pela dicotomia Centro/Periferia³⁴, configurada pelo Sudeste (mormente Rio de Janeiro e São Paulo) industrializado e fornecedor de produtos manufaturados e o Norte e Nordeste estigmatizados pelo baixo contingente demográfico, uma área considerável de terras ainda não ocupadas –

³² A Amazônia Oriental corresponde ao Sul e leste do Estado do Pará, o Tocantins e o Oeste do Maranhão.

³³ A Amazônia legal é constituída por três conjuntos: A Amazônia Oriental; A Amazônia Meridional que compreende o Mato Grosso e Rondônia. A porção Ocidental é constituída pelos estados do Amazonas, Acre, Roraima e restante do Pará. (BECKER, 1982, p. 76; 1990 pp. 56; 98-107)

³⁴ Conforme Bertha Becker (1982), a construção do parque industrial brasileiro acabou por engendrar uma estrutura espacial de tipo centro-periferia, na qual, sob a égide de um centro dinâmico, desenvolve-se o território nacional concomitante ao aparecimento de disparidades sintomáticas regionais, do tipo, “sudeste dinâmico e industrial” e “nordeste agrário e subdesenvolvido”.

principalmente o primeiro – e pela escassez de terras e “o superpovoamento relativo e o baixo padrão de vida para a maior parte da população” (BECKER, 1982, p. 29) – no caso do segundo. Assim, desenvolver estratégias que tenham por meta incorporar a Amazônia ao sistema econômico nacional articular-se-ia, para o governo, como um imperativo eficaz para solucionar de forma conjunta os estorvos dessas duas regiões-problemas e ainda beneficiar o crescimento econômico do “centro”. Em outubro de 1970, o então presidente da república, Emílio Garrastazu Médice, expressava num discurso a preocupação em ocupar sistematicamente a região Amazônica a fim de encontrar uma solução para diversos óbices enfrentados pela região centro-sul, conforme suas palavras:

O atraso e pobreza da Amazônia e do Nordeste, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul. Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e desenvolvimento com o mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente riqueza para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homem na Amazônia (Apud. BECKER, 1982, p.28).

O discurso acima reitera a tese de Becker segundo a qual o desenvolvimento obedece a uma ótica centro-periferia, posto que a proposta de desenvolvimento vem alinhada à tentativa de “colonização” do território, entendendo a Amazônia e o nordeste como regiões subdesenvolvidas, despovoadas, enfim, como “espaços vazios” que precisam se tornar produtivos, gerar divisas para a nação.

Outra variável importante nesse processo de “domesticação” foi a turbulência econômica mundial acarretada pela crise do petróleo, que forçou a comunidade industrial a perseguir uma maneira alternativa para a produção de energia destinada a suprir as necessidades do parque industrial e que fosse, além de tudo, barata e renovável. Esse espasmo econômico ocorrido nos anos 70 acabou por acarretar uma alta nos preços, o que forçou os países centrais a transferirem seu parque industrial para países periféricos que tinham um considerável potencial energético, como o Brasil. Assim, reiterando o que foi asseverado a pouco podemos afirmar que: “a questão energética mundial e a crise advinda de sua base em combustíveis fósseis e fontes não-renováveis trouxe implicações diretas nas perspectivas de exploração da Amazônia e dos países tropicais economicamente dependentes” (KOWARICK, 1995, p. 113). Dessa maneira a hidroeletricidade resolveria dois problemas de um único

modo: criaria uma fonte de energia para o parque industrial e possibilitaria ao governo o controle efetivo da região amazônica³⁵.

A rede hidrelétrica articular-se-ia por meio de duas frentes: A primeira com o intuito de proporcionar energia de proveniência mais barata para a indústria aproveitando a abundância de recursos hídricos e a segunda de promover, no caso estrito da Amazônia, a (re) colonização de áreas até aquele momento fora do controle efetivo do Estado³⁶, por intermédio de redes de integração social e espacial que se delineariam como estratégias do Estado voltadas para o controle técnico e político do território (BECKER, 1990). Em outras palavras, era proceder “através da colonização oficial, [para] preencher o ‘perigoso vazio econômico’ e ‘vazio demográfico’ da Amazônia” (KOWARICK, 1995, p. 38).

Entre 1970 e 1980, se expandiu em todo o território nacional a construção de Usinas Hidroelétricas³⁷. Apenas para citar um exemplo, tivemos na região nordeste, no íterim existente entre 1971 e 1988, a construção de três empreendimentos desse porte – Moxotó, Sobradinho e Itaparica. E no Pará foi construída a Usina de Tucuruí (1975-1984)³⁸ que, segundo o sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto (2012) chegou a inundar uma área de três mil quilômetros quadrados (ou trezentos hectares).

Esses empreendimentos, todavia, além de produzirem energia, ocasionam uma série de mudanças sociais, territoriais e geopolíticas, visto que, além de submergirem parte não desprezível do território nacional habitado, acabam por deslocar compulsoriamente populações inteiras de seu espaço de convivência socialmente construído, com *modus vivendi* e relações sociais estruturados. Portanto, os moradores não são obrigados apenas a abandonar suas moradias, mas também a abdicar de toda uma rede de relações que fora organizada durante anos. Prefaciando um trabalho conjunto acerca das implicações entre a produção elétrica brasileira e as alternativas de sustentabilidade, Marina Silva argumenta que:

³⁵ Evidentemente que as estratégias de colonização do espaço amazônico não se deram apenas por intermédio da implantação de usinas hidroelétricas neste território; foram articuladas outras linhas de ação para abarcar as glebas amazônicas, tais como a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), em 1959, que visava solucionar as dificuldades sócio-econômicas do Nordeste (não esqueçamos que o oeste do Maranhão encontra-se na Amazônia Oriental) e a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em 1967, voltada para a valorização desta região. Cf. BECKER, 1982, p. 27ss.

³⁶ Conforme Bertha Becker (1990) a rede hidrelétrica, juntamente com a implantação do PIN (Programa de Integração Nacional) que previa a construção de rodovias transversais e intra-regionais (Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Porto Velho - Manaus) e uma rede de telecomunicações comandada por satélite, articularam-se como uma das estratégias governamentais para a integração da Amazônia legal ao restante do território brasileiro.

³⁷ Em 1987 entra em vigor o projeto 2010 criado pelo Ministério das Minas e Energia e pela Eletronorte que visava implantar uma rede hidrelétrica com vistas a estimular o desenvolvimento industrial da região.

³⁸ Entre as décadas de 1970 e 1980 tivemos também a construção das barragens de Passo Fundo (1968-1973), Salto Santiago (1975-1984) e Itaipu (1974-1983), na Região Sul e Itumbiara (1974-1980) na Região Central.

Esse modelo é gerador de significativos impactos, como por exemplo, a perda de biodiversidade, estímulo à formação de intensos fluxos migratórios e explosão demográfica e artificialização das bacias hidrográficas. Tudo isso gera impactos devastadores sobre Povos Indígenas e populações tradicionais. Essas grandes represas de geração de energia precisam ainda irradiar-se por milhares de quilômetros de linhas de transmissão, pondo abaixo, de forma contínua e permanente, a floresta e a vida que lá existe (SILVA, In. MILIKAN, 2012, p.08).

O relatório da Comissão Mundial de Barragens questionou a equação custo-benefício que envolve a construção de hidrelétricas afirmando que os prejuízos, principalmente relacionados ao meio ambiente e as populações que habitam os entorno dos rios, são muito maiores do que os benefícios. Tanto é assim que um debate mundial passou a ser fomentado para discutir não somente a viabilidade econômica de se construir uma hidrelétrica, mas essencialmente seus custos ambientais e humanos (sociais, culturais, etc). Destarte, também faz menção a estes impactos afirmando que as barragens “fragmentaram e transformaram os rios do mundo, enquanto que estimativas globais sugerem que entre 40 e 80 milhões foram deslocadas pelas barragens” (CMB, 2000, p. 07).

Essa reconfiguração territorial por qual passam as populações atingidas pelas hidrelétricas – no caso de nosso trabalho a população ribeirinha da Ilha de São José, situada no braço esquerdo do rio Tocantins entre Babaçulândia, no Estado do Tocantins, e Estreito, no Maranhão – incorre de forma bastante problemática na vida dessas comunidades ribeirinhas/camponesas porque a maioria dessas populações tradicionais têm no Rio a fonte principal da produção de sua existência e na terra circundada por ele o complemento de sua sobrevivência por meio da agricultura de subsistência, bioma que os reassentamentos e as políticas de realocação induzidas pelas empresas responsáveis pelas construções de hidrelétricas dificilmente reproduzem, situação que força grande parte dos impactados a abandonarem os reassentamentos a procura de localidades mais propícias ao seu modo de vida. Ademais, o debate suscitado acerca dos reflexos danosos, mormente para as populações que moram à beira dos rios ou deles tiram seu sustento, é subsumido ou minimizado por uma retórica desenvolvimentista que prioriza o progresso econômico e o coloca como condição necessária para o desenvolvimento social. Assim:

Essas grandes construções, como todo empreendimento de grande porte, geram impactos imediatos a médio e longo prazo no meio ambiente e nas sociedades tradicionais, ultrapassando os limites de sua abrangência. No que se refere aos discursos para justificar esses efeitos, no caso das construções das hidrelétricas, predomina o de levar o desenvolvimento às regiões antes atrasadas (PARENTE, 2007, p. 102).

Outrossim, a relação dos ribeirinhos com esses dois elementos – o rio e a terra – dá-se de maneira dadivosa e não apenas sob a perspectiva de um simples meio de sobrevivência. É a partir desta ótica que Sonia Barbosa Magalhães tece o seguinte argumento:

[...] se pode pensar que a um nível geral, esta inundação de grandes parcelas do território nacional traz, por consequência, um reordenamento espacial que incide sobre o uso e apropriação do solo, sobre as potencialidades de desenvolvimento da economia extrativa – mineral e vegetal -, a nível específico têm-se como consequência, para os camponeses a redefinição de todo o modo de vida associado ao padrão mesmo de uso e de apropriação do território (1994, p. 448).

Nesta mesma linha de raciocínio, Bertha Becker (1990) argumenta que existe um vínculo muito tênue entre poder e territorialização, esta última entendida como construção de espaços sociais e o poder como estratégia de dominação/resistência. Dominação por parte do empreendimento e resistência por parte dos indivíduos diretamente atingidos pelas hidrelétricas.

As estratégias de dominação não se desdobram por coação essencialmente física, pelo contrário; desenvolvem-se por intermédio de táticas mais sutis e eficazes, como a disseminação de um discurso aparentemente científico e legalizado que procura demonstrar que o empreendimento é essencialmente benéfico porque as perdas atuais são ínfimas em relação aos ganhos vindouros e que a maioria dos prejuízos podem ser remediados. Em outros termos, empreende-se uma estratégia direcionada a (des) nortear discursivamente a visão-de-mundo³⁹ de todos os atores sociais implicados no processo. Esse “norteamento” dá-se por intermédio da construção de uma opinião pública favorável ao processo fabricando não apenas a informação, mas também o informado. Pierre Bourdieu aborda esta tentativa de tornar a visão-de-mundo dos outros atores sociais minolítica e fortemente ancorada ao discurso do grupo hegemônico, a partir dos esforços deste mesmo grupo de impor seus valores como universais e não oriundos de sujeitos organizados. Conforme sua análise:

O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhes princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade (BOURDIEU, 2003, p.117).

³⁹ *Weltanschauung* é um conceito proposto por Edmund Hurssel, que, grosso modo, está relacionado a como os homens abstraem o mundo, por intermédio da relação que eles travam com este mesmo mundo enquanto espaço de significados e significações. Isto é, enquanto construção de sentido. Portanto o “mundo” (*Welt*), não seria o conjunto de objetos dispersos ao meu redor, mas a relação que construo com esses objetos dando a eles um sentido mediado pela linguagem. Cf. HURSSSEL, 1988.

A tentativa é, portanto, a de fazer com que todos os atingidos solidarizem-se com o empreendimento, primeiro porque este já se apresenta como inevitável, depois porque qualquer oposição a ele configura-se como impedimento ao progresso da região. Esse estratagema acaba por neutralizar grande parte das tentativas de organização com vistas a questionar as ações propostas e concretizadas pelo empreendimento, posto que todo aquele que o questiona é encarado como um óbice ao suposto progresso.

A categoria territorialização não está relacionada apenas à construção ou demarcação⁴⁰ de espaços puramente físicos, mas implica na elaboração de um *topos* traspassado de uma série de negociações simbólicas e também de relações de poder bastante capilares que acabam por influenciar ou produzir modos de ser e ver o mundo. Ou seja, a territorialização supõe uma construção de percepção do mundo. Isso demonstra que esta relação entre poder e territorialização não se dá apenas ao nível da dualidade Estado/Sociedade civil, mas esquadrinha-se em micro-relações que envolvem negociações simbólicas e representações coletivas. Segundo Bertha Becker:

Por um lado, as elites locais disputam o aparelho do Estado, [...] mas por outro, conflitos se estabelecem entre interesses regionais e extra-regionais, não só ao nível de interesses econômicos e políticos, mas também simbólicos, das reações coletivas, e que podem eventualmente constituir base de resistência coletiva (1990, p. 97).

Dessa forma, essa nova (des) ordenação espacial/territorial engendra, no interior da conjuntura desenhada pelo impacto, aquilo que podemos chamar de conflito sócio-ambiental, porquanto, como já foi explicitado acima, não somente a organização social é desbaratada, mas também a relação que o camponês/ribeirinho possui com o bioma que o cinge. Este conflito, do qual falaremos mais adiante, tomará corpo porque a cosmovisão dos atores sociais envolvidos (no caso aqui, os ribeirinhos da ilha da São José e o Consórcio Estreito Energia - CESTE) no empreendimento são opostas, mormente no que concerne ao rio, à terra e ao conceito de desenvolvimento.

1.5 - Usinas hidrelétricas do rio Tocantins

O Rio Tocantins⁴¹ – que no dialeto tupi significa *Bico de Papagaio* - nasce com o nome de rio Maranhão e assume a denominação pela qual é mais conhecido após a

⁴⁰ A territorialização está por demais imbricada ao conceito de fronteira.

⁴¹ Dados referentes ao Rio Tocantins foram cotejados nos seguintes trabalhos: ARAÚJO, Rubens Milagre. Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso da região de

confluência com o rio Paranã. Possui suas cabeceiras na serra de mesmo nome a cerca de 60 km de Brasília. Após um percurso de 2.500 km acaba por desaguar na Baía do Marajó, no Golfão Amazônico, com o nome de rio Pará. É o segundo maior rio totalmente brasileiro, ficando atrás apenas do São Francisco. Outrossim, dos rios que compõem a bacia da Amazônia Oriental (Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós) que dispõem de 78% do potencial energético da Amazônia (67,6 mil mW), a bacia Tocantins-Araguaia possui cerca de 20 mil mW. O que explica o grande número de usinas hidrelétricas instaladas em suas águas, o que praticamente o está transformando numa piscina de grandes proporções⁴².

Cronologicamente a implantação de usinas hidrelétricas no rio Tocantins deu-se da seguinte forma: 1995, retomadas as obras da UHE de Serra da Mesa (inicia seu funcionamento em 1998), envolvendo diretamente as cidades de Uraçu, Minaçu e Niquelândia no Estado de Goiás; 2001, entra em atividade a primeira máquina da UHE de Lajeado; em junho desse mesmo ano, o consórcio Enerpeixe vence a leilão da ANEEL⁴³ referente à construção da UHE de Peixe Angical; em novembro é a vez da UHE de São Salvador ter sua concessão ganha pelo grupo belga Tractebel; a Usina de Cana Brava começa a operar em maio de 2002 cujas cidades mais envolvidas foram Minaçu, Cavalcante e Colinas do Sul em Goiás. No Estado do Tocantins há também a usina de São Salvador, sem falar em projetos ainda na planilha que contemplam os estados do Pará, Tocantins e Maranhão como os das Usinas hidrelétricas de Ipueiras e Tupirantins no Tocantins, Serra Quebrada no Maranhão e Tocantins e a de Marabá, no Pará. A próxima tabela expõe de maneira mais sintética as informações acerca das usinas hidrelétricas do rio Tocantins.

Lajeado – Palmas – Porto Nacional, (TO), 1996-2003. Campinas, 2003, 174 p. (Dissertação de Mestrado apresentada á comissão de pós-graduação da faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas); BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 233p; BECKER, Bertha K. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990, 112 p.; IORIS, Antônio A. R. Águas que não correm mais pro mar. In. Interações, Campo Grande, v.9, n.1, jan/jun, 2008, pp. 9-17; KOWARICK, Marcos. Amazônia/Carajás: Na trilha do saque. São Paulo: Editora Anita, 1995, 336 p.

⁴² Estima-se que até o ano de 2020 serão construídas 12 usinas hidrelétricas ao longo do rio Tocantins o que evidentemente corresponderá a 12 lagos que “afogariam” cada um 180 km de rio o que ao cabo sobrarão apenas alguns quilômetros de rio entre uma usina e outra.

⁴³ Agência nacional de Energia Elétrica, criada em 1996 com o objetivo de ser o principal regulador do setor elétrico.

Tabela 1: Usinas Hidrelétricas em funcionamento e em fase de projetos no Rio Tocantins.

HIDRELÉTRICA	ESTADO	LOCALIDADES	ANO
Tucuruí	Pará	Tucuruí, Itupiranga, Novo Repartimento, Breu Branco.	1984
Serra da Mesa	Goiás	Minaçu, Uruaçu, Niquelândia	1998
Lajeado	Tocantins	Lajeado, Miracema, Palmas, Porto Nacional	2001
Cana Brava	Goiás	Minaçu, Cavalcante, Colinas do Sul.	2002
Peixe Angical	Tocantins	Peixe, Palmeirópolis, Paranã	
São Salvador	Tocantins	Paranã, Palmeirópolis	
Estreito	Tocantins/ Maranhão	Palmeiras, Darcinópolis, Estreito, Carolina, Barra do Ouro, Goiatins, Itapiratins, Aguiarnópolis, Filadélfia, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Babaçulândia, Ilha de São José, Barra de São José e Tupirantins.	2007
Ipueiras (Projeto)	Tocantins	Brejinho de Nazaré, Ipueiras	
Tupiratins (Projeto)	Tocantins	Tupiratins, Pedro Afonso	
Serra Quebrada (Projeto)	Tocantins/ Maranhão	Sítio Novo, Itaguatins	
Marabá (Projeto)	Pará	Marabá, Imperatriz	

Fonte: ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso da região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional, (TO), 1996-2003.** Campinas, 2003, 174 p. (Dissertação de Mestrado apresentada á comissão de pós-graduação da faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas).

1.6. - A UHE de Estreito

A Usina Hidrelétrica de Estreito situa-se entre o município de Estreito no Maranhão (margem direita) e as cidades Tocantins de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (margem esquerda). Localizado ao norte do Tocantins e no Sudoeste do Maranhão, o barramento, que situado às margens da BR-010, no sentido Estreito-Carolina, dista 752 km da capital maranhense, São Luís, 130 km de Imperatriz/MA e 513 Km de Palmas, capital do Tocantins.

As empresas que inicialmente compunham o consórcio Estreito Energia (CESTE)), consórcio responsável pelo empreendimento, no início das obras eram a Suez Energy South America (40,07%), a Companhia Vale do Rio Doce (30%), a Alcoa (25,49%) e a Camargo Corrêa Energia (4,44%). Atualmente o consórcio é composto pela GDF Suez-Tractebel Energia (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e Intercement (4,44%).

Conforme estimativas fornecidas pelo CESTE⁴⁴ o investimento no empreendimento chegou ao montante de 5 bilhões de reais, mais que o dobro das estimativas iniciais que eram de R\$ 1.890.950.580,00 (ALMEIDA, 2007) e de 3,6 bilhões de reais, em 2008⁴⁵.

Excluindo a calha do rio, o reservatório possui uma área de 400 km² com extensão de 290 km ao longo do rio e 400 km² de terrenos efetivamente inundados. A obra dividiu-se em três etapas que corresponderam à instalação do canteiro de obras, o processo de concretagem da casa de força e do vertedouro⁴⁶ e, a edificação da barragem destinada a conter o rio e a ligar as duas estruturas mencionadas anteriormente, cuja dimensão abrange de 60 metros de altura por 480 metros de extensão. Possuindo oito unidades geradoras com capacidade para 135, 87 MW cada, destinadas a proporcionar potencia de 1.087 MW é previsto que a usina gere aproximadamente 584,9 MW⁴⁷ médios⁴⁸.

Após o processo que envolveu o estudo de viabilidade da região e escolha do local sobre o qual se ergueria a usina, realizado em 2001 e o arremate do leilão realizado pela

⁴⁴ Em leilão realizado na bolsa de valores do Rio de Janeiro aos 12 de junho de 2002, as empresas Suez Energy, Vale, Alcoa e Camargo Corrêa Energia, venceram a licitação para a concessão de uso de bem público para a exploração do aproveitamento hidrelétrico de Estreito.

⁴⁵ Dados cotejados nos informativos produzidos pelo consórcio em questão.

⁴⁶ A Casa de Força encontra-se no lado Maranhense, enquanto o Vertedouro localiza-se na parte correspondente ao estado do Tocantins.

⁴⁷ De acordo com relatórios do Consórcio Estreito Energia (CESTE) esta quantidade de energia abasteceria sem problemas uma cidade com mais de 4 milhões de habitantes.

⁴⁸ Estas informações nos foram concedidas no centro de informações do CESTE, em Estreito, por meio de um relatório cujo título é “Dados sobre a Usina Hidrelétrica de Estreito”.

ANEEL⁴⁹, em julho de 2002, que dava concessão para a implantação do projeto, as obras foram iniciadas em fevereiro de 2007 e o funcionamento da primeira turbina, previsto para setembro de 2010, só aconteceu em dezembro de 2011. Sendo que sua inauguração oficial deu-se em outubro de 2012. No entanto, sua primeira unidade geradora funcionava desde abril de 2011.

Fig. 01 - vista aérea das duas margens – 2007.



Fonte: www.uheestreiro.com.br/ver_secao.php. Acesso 19/09/2013.

⁴⁹ Por meio do "Contrato de Concessão ANEEL n. 094/2002 – UHE de Estreito", assinado em 27 de dezembro de 2002, o CESTE obteve o direito de aproveitamento hidrelétrico do rio Tocantins por um período de 35 anos susceptível a prorrogação pelo mesmo período.

Fig.02 – Início das obras para o desvio do rio em 2008. Lado do Maranhão



Fonte: Cícero Júnior, 2008.

Fig. 03 – vista aérea do vertedouro e casa de força em 2009.



Fonte: www.uheestreiro.com.br/ver_secao.php. Acesso em 19/09/2013.

Fig. 04 – Imagem da hidrelétrica de Estreito totalmente construída.



Fonte: Cícero Júnior, 2014.

Fig. 5 - Imagem atual da Hidrelétrica de Estreito



Fonte: Cícero Júnior, 2013.

As localidades diretamente impactadas são Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no estado do Tocantins e, do lado do maranhense os municípios de Estreito e Carolina. O mapa a seguir ilustra o argumento acima com mais propriedade.

MAPA 01 – Mapa mostrando as cidades do Maranhão e do Tocantins impactadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito.



Fonte: www.uheestreiro.com.br. Acesso 19/09/2013.

A seção a seguir concentrar-se-á em entender a maneira como os jornais e sites mais populares da região em que a hidrelétrica de Estreito está situada, fizeram circular informações acerca de todo o processo de sua construção, assim como todos os eventos e conflitos se sucederam a partir do início das obras. O argumento central repousa na premissa de que os jornais acabaram criando um “solo discursivo” favorável à implementação do empreendimento, dando enfoque às perspectivas de progresso e desenvolvimento da região e privilegiando em suas páginas as elites econômicas e lideranças políticas regionais e locais.

CAPÍTULO 2.- QUANDO O PODER MOLDA A INFORMAÇÃO

O escopo deste capítulo encontra-se em entender de que maneira as mídias impressa e eletrônica acompanharam as tensões entre os atingidos pela barragem de Estreito e os representantes do consórcio responsável por sua construção, bem como as relações de forças que emergiram em torno do empreendimento a partir do momento em que atores políticos, sociais e econômicos compostos por associações, políticos locais, movimentos sociais e ribeirinhos, passaram a definir suas posições estratégicas em relação a ele. O esforço concentrar-se-á em entender, a partir do cruzamento das informações contidas nas matérias, os efeitos de poder e verdade (FOUCAULT, 1979), suscitados pelos debates que encontraram solo discursivo bastante fértil nas páginas impressas e *on line*. Com essa finalidade, foram esquadrihadas algumas notícias que os periódicos locais fizeram circular acerca da construção da hidrelétrica de Estreito entre os anos de 2005 e 2011. O recorte documental teve como base o jornal “*O Progresso*”⁵⁰ (2005-2010), de circulação diária, editado em Imperatriz – MA. A escolha deste Jornal deu-se por dois motivos: o primeiro, de ordem pragmática, pela facilidade de acesso aos números anteriores do referido hebdomadário na Biblioteca Pública de Imperatriz; o segundo porque este periódico assumiu posição favorável à construção da barragem e direcionou as notícias de forma a criar um discurso bastante homogêneo em que as elites políticas locais e os grupos ligados às atividades comerciais de Imperatriz e região obtiveram visibilidade hegemônica.

Bem antes do início de sua construção, em junho de 2007, passando pelo funcionamento da primeira turbina, em 2010, até sua inauguração em 17 de outubro de 2012, diversos eventos relacionados à Hidrelétrica de Estreito ilustraram páginas e manchetes de jornais maranhenses e sites dedicados a registrar os episódios da política na região tocantina. Dentre as mídias eletrônicas pesquisadas foram escolhidos o “*Brasil de Fato*”⁵¹ e o “*Conexão Tocantins*”⁵². Ambos foram selecionados por também acompanharem e noticiarem quase que mensalmente, entre os anos de 2006 e 2012 notícias relativas à hidrelétrica de Estreito. As razões que deram vazão a esta escolha consistiram na constatação de que os sites proporcionaram um registro menos monolítico dos acontecimentos por cederem mais espaço à perspectiva das populações atingidas, mormente as que passaram pelo processo de

⁵⁰ O Jornal *O Progresso* iniciou suas edições no dia 3 de maio de 1970. Circula em Imperatriz e região de terça-feira a domingo.

⁵¹ Pode ser consultado em www.brasildefato.com.br.

⁵² Pode ser encontrado pelo endereço www.conexaoto.com.br.

reassentamento. Também foram cotejados panfletos informativos que o CESTE, distribuiu entre 2006 e 2009 pelas localidades que se encontravam na área de impacto do empreendimento, com vistas a deixar a população a par do andamento do empreendimento e das pretensas vantagens que a barragem acarretaria aos municípios diretamente impactados.

A partir do cruzamento dessas fontes tentar-se-á entender de que maneira as informações fornecidas por estes meios proporcionam a emergência de diversos discursos conflitantes eivados de relações de poder e táticas hegemônicas que se posicionaram a favor ou contra a barragem. Portanto, esta abordagem distancia-se do pressuposto de que os jornais e periódicos são meros instrumentos de informação e registro de acontecimentos relevantes, mas dispositivos⁵³ de poder, isto é, mecanismos que conseguem realizar de forma estratégica: “[...] uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las” (FOUCAULT, 1979, p. 246). Destarte, é no ambiente criado por este dispositivo que encontram-se em jogo diversos interesses e disputas pela hegemonia sobre a (de) formação da opinião pública, posto que “[...] os veículos de comunicação impressos, na condição de documentos históricos, reproduzem os valores de uma determinada classe social” (PARENTE, 2010, p. 76).

A própria seleção de matérias ditas relevantes e a exclusão de outras entendidas como de pouca validade já pode dar-nos indícios do posicionamento político do periódico, posto que a forma como o fato é tratado e transformado em matéria, o lugar no qual ela é posta na geografia do jornal são indícios do complexo jogo de encobrimento e iluminação presente nos jornais. Isto pode ser visto tanto naquilo que se diz e como se diz, quanto no que não se diz, isto é, no silenciamento a partir do não-dito, do não-mencionado. É um esquema tácito de esquecimento que emana do simples ato de não mencionar. Dessa maneira, o jornal pode ser também uma fábrica de memórias. Isto nos sugere que os jornais não somente nos relatam a sucessão de acontecimentos importantes, mas ditam nossa agenda pública e nos impõem quais são os “fatos relevantes” para nossa discussão e debate⁵⁴. Em outras palavras, a

⁵³ Foucault nunca desenvolveu formalmente e sistematicamente o conceito de Dispositivo, no entanto utiliza-o largamente em suas análises, mormente as da fase genealógica. Todavia, em algumas entrevistas e trabalhos publicados em revistas o filósofo francês constrói um esboço desta definição e a identifica como um elemento heterogêneo que abarca nuances discursivas e não-discursivas, como uma rede que articula os efeitos de poder e saber que desprendem-se de “discursos, instituições, organizações arquitetônicas [...], leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Giorgio Agamben (2009) argumenta que o Dispositivo é um conceito central da filosofia foucaultiana.

⁵⁴ Jacques Le Goff, ao analisar os problemas concernentes à História Imediata alerta-nos para o poder da imprensa ao ensinar-nos que o historiador precisa atentar-se que “[...] os meios de comunicação privilegiam o fato, criam o fato” (LE GOFF, 1999, p. 96)

imprensa cria um espaço discursivo em que determinados assuntos e suas nuances podem ou não ser discutidos ou postos em relevo⁵⁵. Assim, optar analisar a maneira com a qual jornais impressos e mídias eletrônicas registram e imprimem relevância a determinados acontecimentos enfocando certos nuances e ignorando outras facetas da realidade alcança importância por “[...] entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (PRADO, CAPELATO, Apud. DE LUCA, 2011, p. 118). Portanto, como uma “máquina” de construir, manter e solapar interpretações do real.

Dessa forma, a abordagem do texto jornalístico como fonte histórica interessará na medida em que nos atentamos para o que o texto diz quando não menciona, ou melhor, em encontrar a eloquência do *não-dito* na escrita, “pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem” (DE LUCA, 2011, p. 114). Em outras palavras, a abordagem do texto jornalístico com vias historiográficas exige que nos voltemos “[...] menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” (PROST, Apud. DE LUCA, 2011, p. 114).

O escrito jornalístico por ser imediato e destinado a “informar” ou in-formar a opinião pública, ou melhor, construir e plasmar uma opinião pública serve ao historiador no sentido de lhe auxiliar na tarefa de confrontar a história vivida com a construção *a posteriori* e *a fortiori* desta história e é exatamente esta construção que deve ser problematizada, ou melhor, a conjuntura que deu condições de possibilidade para esta construção. O jornal é um documento que possibilita ao historiador vislumbrar nossa relação com o presente, e como os meios de comunicação de massa podem influenciar na construção de nosso passado enquanto experiência social e na elaboração de nossa memória coletiva. As fotografias, os textos, tudo

⁵⁵ Aqui podemos também salientar a força que a os meios de comunicação, mormente a mídia, seja ela impressa, televisiva ou digital, têm de redimir, marginalizar ou criminalizar pessoas, grupos ou eventos. Isto se dá porque no momento em que a esses meios informacionais estabelecem a mediação entre o público e “fato”, não ressaltam que esta mediação é uma leitura do fato, mas estabelecem-na como a “verdade dos fatos”. Foucault propõe que todos os discursos que circulam na sociedade possuem, evidentemente, a pretensão de verdade, que se nos impõe não de forma apodídica, mas através de estratégias de rarefação, exclusão e produção de axiomas, que se encontram ao nível da linguagem que possui um *poder de afirmação*, entendido por ele como uma faceta do poder que não está preocupado tanto em “negar” explicitamente as premissas que lhe são contrárias, mas desdobra-se como “[...] o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas” (FOUCAULT, 2006, pp. 69-70). É claro que esta articulação entre linguagem e poder é frágil, porém eficaz em sua operacionalidade e tem sua força de nomeação vinculada ao uso cotidiano e ritual da linguagem. Flávio Paranhos ao comentar o pensamento de Slavoj Žižek a partir de uma análise de um documentário sobre o filósofo (ŽIŽEK!, 2005) discorre sobre o talento do pensador esloveno em mostrar a fragilidade de nossa prerrogativa de nomear as coisas. Segundo sua análise, “de acordo com Žižek, Butler nunca diria “Esta é uma garrafa de chá”, mas, sim, “Se nós aceitarmos a noção metafísica de linguagem como identificando claramente os objetos, e considerando tudo isso, então será que não poderíamos alcançar a hipótese de que, nas condições de nossos jogos de linguagem, pode-se dizer que isso seja uma garrafa de chá?”” (PARANHOS, 2014, p. 34).

possui a intensão de perenizar-se, de transformar-se em documento. Encarar o jornal como documento não é defendê-lo enquanto portador da verdade, mas reconhecer no periódico um dispositivo reprodutor de “verdades”, isto é, de categorias que procuram conformar nossa visão de mundo à visão de mundo daqueles que fazem circular as notícias. Dessa forma, faz-se mister problematizar a pretensa linearidade entre o acontecimento e sua narração.

2.1.- “Arrumando” o cenário.

As notícias sobre a hidrelétrica de Estreito povoaram quase todos os cadernos de “O Progresso”, desde os dedicados à política, passando pelos referentes às questões regionais, econômicas e até o caderno Policial. Dessa forma, por ocasião de sua cobertura - em alguns momentos quase semanal - das negociações, conflitos e fatos emanados do empreendimento, este jornal tornou-se responsável por criar o clima discursivo que envolveu as discussões em torno da hidrelétrica de Estreito. A hipótese proposta neste trabalho é a de que, não obstante assumir a postura neutra de meio informacional e de registro dos acontecimentos, este hebdomadário era essencialmente a favor da implantação da hidrelétrica de Estreito, por ver neste empreendimento a possibilidade de modernização da região Sudeste do Maranhão, além de aquecer a economia das cidades adjacentes ao empreendimento. Outrossim, a forma como este jornal fez circular suas reportagens fizeram as questões concernentes ao empreendimento transcenderem os âmbitos técnicos e econômicos e transformarem-se numa questão política e identitária.

O deslocamento para a esfera política pode ser vislumbrado num artigo de 24 de junho de 2008, em que ao registrar a decisão do Tribunal Regional da 1ª Região (TRF1), situado em Brasília, de revogar a liminar expedida no dia 06 do mesmo mês, pelo Ministério Público Federal (MPF), que suspendia o andamento das obras da hidrelétrica para que fossem discutidos com mais profundidade os impactos sociais e ambientais do empreendimento, destaca uma nota do documento em que o ratifica a ideia de que o curso da construção dependia da decisão da administração pública que poderia basear-se nos critérios que lhe fossem mais convenientes. Eis a nota:

A decisão impugnada é suscetível de causar lesão à ordem pública, tanto na acepção Jurídica quanto na administrativa, pois, ao suspender a execução das obras de construção da usina hidrelétrica de Estreito, invadiu a esfera de competência da

administração pública, a quem cabe determinar com base nos critérios de conveniência e oportunidade a viabilidade ambiental do empreendimento⁵⁶.

O debate instaurado sobre a viabilidade da hidrelétrica de Estreito possuía como pano de fundo outra discussão mais central, qual seja a do desenvolvimento econômico da região. Todas as outras nuances que emanaram desse debate, inclusive as ambientais e sociais, foram abordadas sob a ótica do desenvolvimento. Em quase todas as matérias editadas sobre a hidrelétrica o jornal reitera a geração de empregos diretos e indiretos (conforme notas publicadas no jornal, cerca de 6.500 e 16.500, respectivamente) e a preferência do consórcio pela mão de obra local. A primeira menção à UHE de Estreito aparece no Jornal “O Progresso” na edição de 14 de Janeiro de 2005. A partir daí, o jornal imperatrizense registrará quase que mensalmente os acontecimentos relativos a este empreendimento acompanhando o desenrolar dos fatos que desde as negociações para a liberação por parte do Ibama do início das obras até sua inauguração pela presidente Dilma Rousseff em 2012.

No site “Conexão Tocantins” a primeira notícia sobre a hidrelétrica de Estreito aparece aos 02 de setembro de 2007⁵⁷ referindo-se a uma série de protestos e ações judiciais contra as obras do *Programa de Aceleração do Crescimento – PAC* – do Governo Federal, dentre as quais encontrava-se a hidrelétrica em questão. O “Brasil de Fato” começa a mencionar o assunto em 11 de março de 2008.

Todavia, dois dias antes, da reportagem do dia 14 de janeiro de 2005, “O Progresso” trazia uma notícia que já deveria introduzir o tema da hidrelétrica, mesmo sem mencioná-la diretamente. O título da matéria correspondente ao dia 12 de Janeiro aparece no canto superior da primeira página do jornal, abaixo de uma fotografia do então presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, com o seguinte título: “Lula anuncia a construção de mais 15 hidrelétricas”⁵⁸, seguido de um curto resumo e a indicação da página na qual o texto estaria na íntegra.

⁵⁶ Procuradorias conseguem cassar liminar que suspendeu as obras da hidrelétrica de Estreito. *O Progresso*. Imperatriz, 24. Jun. 2008. Política, Caderno 1, p. 2.

⁵⁷ Ações na Justiça ameaçam emperrar obras do PAC. Conexão Tocantins. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2007/08/02/acoes-na-justica-ameacam-emperrar-obras-do-pac>. Acesso em 20 de abril de 2014.

⁵⁸ *O Progresso*. Imperatriz, 12 Jan. 2005.

Fig. 6 Capa do jornal *O Progresso* em que consta matéria sobre projetos de hidrelétricas para o Brasil.



Fonte: *O Progresso*. Imperatriz, 04 Jan. 2005

A matéria foi disposta de maneira supostamente discreta no corpo do jornal: o título não está em negrito e é lacônico, posto que não informa onde e quando os projetos serão executados. No entanto, alguns traços “traem” esta discrição aparente: Ao contrário das outras notícias que ilustravam a mesma coluna, seu título possui um resumo que, mais que explicar-lhe o sentido, indica a importância da notícia. Relevância que é corroborada pela imagem do presidente e por um fragmento de seu discurso, alojado estrategicamente entre sua foto e o título da matéria. O fragmento do pronunciamento em questão é este: “vamos ter energia necessária para sustentar o nosso desenvolvimento”. Este trecho é acrescentado tanto à notícia da capa, quanto ao texto propriamente dito como um dispositivo de corroboração.

Ele age como mecanismo estruturante do debate que o jornal pretende iniciar: quais as políticas públicas necessárias para deslanchar o desenvolvimento econômico do país e o papel de intervenções pontuais do governo nas regiões da federação para sua efetivação. Nas palavras de Benjamin, “a imprensa organiza o mercado de valores espirituais” (BENJAMIN, 2009, p. 48).

Os jornais estabelecem construções de espaços, constituem-se em cartografias do saber-poder, a partir de cautelosa organização de sua espacialidade discursiva, disposta de tal forma que aponte para a mensagem a ser sugerida. O jornal é um espaço de poder, de medição de forças. Este dispositivo discursivo acaba por induzir a futura agenda de discussões da opinião “pública”. Em linhas gerais, o texto da matéria discorre sobre a importância econômica e estratégica da construção de hidrelétricas enfatizando a premência na

organização de um suporte energético que provenha de recursos necessários o desenvolvimento econômico do país ressaltando os reflexos benéficos para as economias locais, regionais e nacional, mencionando a oferta de empregos, a possibilidade de aquecimento da economia e o progresso da região. Vejamos o que ele nos diz:

O presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou [...] que mais 15 hidrelétricas serão construídas ainda este ano no país, que representará um aumento de 4.742 megawatts de potência à matriz energética brasileira e investimentos na ordem de 2,5 bilhões. Também serão gerados com a construção das usinas 28.400 novos empregos diretos e indiretos⁵⁹.

A maneira como os elementos da matéria encontram-se articulados sugere uma relação necessária e causal entre o desenvolvimento do país e a ampliação de nossa matriz energética, dando a entender, ademais, que o desenvolvimento econômico da nação seria a matriz geradora de outras formas de desenvolvimento. Esta aceção torna-se mais evidente no desenrolar da reportagem que, além de apontar a urgente necessidade de implementação de hidrelétricas, ressalta as várias benesses de projetos dessa monta, como a geração de empregos e a possibilidade de, com a ampliação de nossa capacidade instalada, vendermos energia.

A forma silogística e equacional com a qual o discurso é estruturado empresta-lhe força persuasiva⁶⁰. Em seguida a notícia ainda nos põe a par que o presidente havia anunciado os planos do governo em meio à inauguração de uma usina hidrelétrica no sul do país sugerindo que não se trata de simples projeções ou ações isoladas e pontuais, mas de iniciativas estratégicas que estão sendo efetivadas quase que “a toque de caixa” por conta da necessidade premente de energia para desenvolvimento nacional. Reiterou também que a grande envergadura desses projetos beneficiará tanto o país como um todo, quanto as cidades e regiões que acolherão estas construções citando o retorno financeiro para estas regiões: “Com o início da operação das usinas, deverão ser geradas cerca de 3,7 milhões em royalties e mais 4 milhões em Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)”⁶¹ e prossegue mencionando os investimentos do BNDES em projetos dessa monta - 435,8

⁵⁹ LOBO, Irene. Presidente anuncia a construção de mais 15 hidrelétricas este ano no país. *O Progresso*. Imperatriz, 12 Jan. 2005. Política, Caderno 1, p. 2.

⁶⁰ Dois anos depois, numa matéria referente ao atraso nas obras da hidrelétrica, provocado pelo atraso na liberação do Ibama, por manifestações e ações na justiça, e o “perigo” de um “apagão”, o jornal argumenta que “Energia elétrica e crescimento econômico estão diretamente relacionados”. Denunciando seu nítido apoio ao CESTE. Cf. Atraso nas obras da UHE de Estreito aumenta o risco de racionamento de energia no País. *O Progresso*. Imperatriz, 13 Mar. 2008. Regional, Caderno 1, p. 7.

⁶¹ LOBO, Irene. “Presidente anuncia a construção de mais 15 hidrelétricas este ano no país”. *O Progresso*. Imperatriz, 12 Jan. 2005. Política, Caderno 1, p. 2.

milhões só para o complexo Energético Rio das Antas, cuja inauguração da primeira hidrelétrica era alvo da matéria em questão. Outro ponto importante da matéria, como já foi mencionado à cima, foi a reprodução de dois trechos do discurso do presidente “Lula” durante a inauguração da hidrelétrica de Monte Carlo, no Rio Grande do sul. O presidente teria dito o seguinte:

Tenho certeza que vamos ter a energia necessária para sustentar o nosso desenvolvimento. O governo está totalmente engajado num esforço indispensável para ampliar os investimentos na infra-estrutura energética brasileira [...]. Essa inauguração ocorre num momento em que já temos um novo modelo para o setor elétrico mais seguro para os investimentos [Sic]⁶²

O pronunciamento do, na época, presidente teve a função estratégica de, juntamente com os dados assinalados na matéria, agregar identificações, a partir de um jogo de reconhecimento. A afirmação por parte do presidente do comprometimento do governo com o setor elétrico assim como o envolvimento do BNDES, como assinalado acima, mandam um recado para possíveis investidores de que há nesse empreendimento seguridade e retorno certos de suas aplicações. Ademais, a presença de Lula na inauguração, em lugar do ministro de Minas e Energia, por exemplo, denota um convite à nação para somar esforços com o “total engajamento” do governo. Outrossim, os fatores agregadores aparecem na possibilidade de empregos, para a população, arrecadação de impostos – para estados e municípios contemplados pelo empreendimento – e os *royalties* para o país, que além de aumentar sua capacidade instalada, poderá vender o excedente de energia para outros países. O argumento: “tenho certeza”, utilizado pelo presidente denota muito mais uma estratégia retórica para embotar de antemão qualquer possível refutação do que uma certeza propriamente dita. Direcionando, assim, o debate menos para a possibilidade ou não de empreendimentos desse calibre, e mais para a discussão acerca de como efetivar de forma mais profícua esses empreendimentos que aparecem tanto na matéria, quanto no discurso do presidente como *conditio sine qua non* para o desenvolvimento e o progresso do país.

Um mês depois o deputado federal maranhense Sebastião Madeira⁶³, por ocasião da primeira audiência pública referente à construção da hidrelétrica de Estreito, na cidade de mesmo nome, emitirá um discurso no mesmo tom do de Lula: “O Brasil precisa de energia para o desenvolvimento”⁶⁴ Assim sendo, podemos chegar à ilação segundo a qual, mais que

⁶² Idem, ibidem.

⁶³ Atualmente Sebastião Madeira é prefeito de Imperatriz – MA.

⁶⁴ Usina tem apoio da comunidade de Estreito. *O Progresso*. Imperatriz, 1º Fev. 2005. Política, Caderno 1, p. 2.

informar as intenções do governo em investir no parque elétrico brasileiro, a matéria procura iniciar uma discussão, preparar o leitor para o debate que está por vir. Todavia, não um leitor qualquer, mas um público diretamente interessado em projetos dessa monta, quais sejam, políticos e comerciantes em geral e entidades ligadas a estes atores sociais.

O caráter bastante genérico das primeiras informações veiculadas pelo jornal entre os dias 12 e 14 de janeiro de 2005, pode-se deduzir, além da tentativa de “preparar” o leitor para a novidade criando um solo discursivo que passaria de um esquema geral – as 15 hidrelétricas projetadas para o Brasil em 2005 – até uma discussão que, aos poucos, torna-se local, isto é, as hidrelétricas que se destinam para a região, também uma maneira de criar uma sensação de pertença, aquilo que Umberto Eco denomina efeito de *koiné* (ECO, 2008) no possível leitor.

Gramsci em 1934 já acenava para este atributo dos jornais enfatizando sua capacidade de não somente apresentar a notícia ao leitor, mas de “fabricar” um leitor receptivo às suas notícias, é como se o discurso circulante da mídia impressa criasse necessidades no público que é, *a priori*, induzido a criar uma expectativa inclinada ao teor da notícia. Assim, o jornal não seria um veículo neutro, mas um dispositivo catalizador de relações de poder. Gramsci entende que qualquer matéria disposta no jornal

Não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área (GRAMSCI, 2010, p. 197).

A mecânica da informação utilizada pelo “Progresso” age como um dispositivo cuja função não reside somente em direcionar a agenda de discussões públicas, mas prepara os leitores para este debate. Em outras palavras, constrói um ambiente no qual os enunciados atuais antecipam as premissas que estão por vir. Estas premissas assumem o estatuto de acontecimento. Como o jornal é um veículo de massa, no sentido de que procura abarcar o máximo possível de leitores, para isso precisa deixar menos aparente determinados distanciamentos entre os interesses de classes. Menciona os altos investimentos que logicamente interessam à camada empresarial de região e destaca a grande quantidade de empregos que a construção da hidrelétrica trará para a região. Dessa maneira, a mensagem contida na notícia pressupõe uma comunidade receptora da informação e organiza-a no

sentido de universalizar-se o máximo possível no tocante à necessidade da comunidade leitora que, conforme Umberto Eco, estabeleceria⁶⁵:

Um código (como um idioma), com todas as suas possibilidades de dar lugar a mensagens decifráveis por parte dos receptores, pressupõe uma comunidade de que fazemos parte, ao menos no momento em que a mensagem é emitida, tanto quem emite quanto quem recebe (ECO, 2008, p. 158).

É dessa forma que transcorre no jornal imperatrizense “*O Progresso*” o debate em torno da legitimidade e viabilidade da construção da hidrelétrica de Estreito que na época despontava como o projeto mais importante da região, tanto por ser uma obra do governo federal, quanto por envolver municípios de dois Estados da federação, o Maranhão e o Tocantins.

As notícias veiculadas em janeiro vão seguindo uma espécie de plano-sequência para, ao final, alcançar o clímax informativo configurado na expectativa pela liberação da licença para o início das obras. As matérias constroem um enredo no qual o clima de suspense é bastante incisivo. Isto fica patente nos títulos que encabeçam as notícias. No dia 14 sai no caderno dedicado a notícias do Estado do Tocantins o seguinte título: “Tocantins será o Estado mais beneficiado com hidrelétricas”; Uma semana depois, no dia 23, aparece na página cujo foco são notícias concernentes à região⁶⁶ este título: “Consórcio Estreito espera licença do Ibama para iniciar hidrelétrica”; Encerrando, no dia 25, com a matéria intitulada, “Hidrelétrica de Estreito: Audiências mobilizam a região”⁶⁷ constando, agora, na página correspondente aos assuntos relativos à Imperatriz e a cidades adjacentes a ela. Este jogo de disposições incorporado à geopolítica⁶⁸ do jornal assinala a importância local e regional da obra e, de certo modo, induz a um clima de mobilização e expectativa.

⁶⁵ Umberto Eco argumenta que os *Mass Media* precisam articular questões ideológicas com interesses de mercado, isto é, tem a necessidade de vender o produto e as ideias e signos que eles comportam, para isso precisam homogeneizar o máximo possível o conteúdo para não “deslocar” o leitor com referências que lhe são estranhas demais, por este motivo, recorre na maioria das vezes a abstrações que reproduzem a ilusão de universalidade, como no caso dos artigos de “O progresso” aqui citado, as categorias “progresso” e “desenvolvimento” que evocam outras categorias como a de civilização”. Nas Palavras do filósofo italiano: “[...] se o “persuasor oculto” ou o produtor de um produto cultural médio para o homem médio, usa um modelo abstrato de tal espécie é porque a abstração se torna para ele uma hipótese metodológica a seguir” (ECO, 2008, p. 159).

⁶⁶ Lembrando que Imperatriz encontra-se num ponto bastante estratégico entre os estados do Tocantins e o Sudeste do Pará.

⁶⁷ Cf. Tocantins será o estado mais beneficiado com hidrelétricas. *O Progresso*. Imperatriz, 14 Jan. 2005. Tocantins, Caderno 1, p. 6; Consórcio Estreito espera licença do Ibama para iniciar hidrelétrica. *O Progresso*. Imperatriz, 23 Jan. 2005. Regional, Caderno 1, p. 4; Hidrelétrica de Estreito: Audiências mobilizam a região. *O Progresso*. Imperatriz, 25 Jan. 2005. Cidade, Caderno 1, p. 5.

⁶⁸ Entendo por este termo os efeitos de poder que se desenrolam no “corpo” do jornal, portanto a forma como estrategicamente as notícias são dispostas em colunas e páginas; como elas são tratadas na primeira página, etc.

A matéria do dia 23 arrola informações de cunho técnico tais como as empresas que compõem o Consórcio Estreito Energia (CESTE), a potência instalada da hidrelétrica, a previsão dos custos (na época o projeto foi orçado em 2 bilhões e 200 milhões de reais) e a agenda das audiências públicas cuja finalidade seria “discutir” com a comunidade os detalhes e a importância da barragem para a região. Também foram mencionadas as cidades nas quais seria erguido o canteiro de obras, assim como os municípios atingidos pelo reservatório, juntamente a um inventário minucioso onde constavam informações sobre o cronograma das obras, valores relativos aos *royalties* e às compensações aos municípios e coisas do gênero. O que chama a atenção, no entanto, é o último parágrafo do texto, que transparece certo açodamento pelo início das obras e sutilmente, instala um ambiente de pressão no discurso, no sentido de fazer a opinião pública acolher o projeto da barragem e exigir dos poderes públicos e órgãos competentes a sua efetivação. O texto mencionado relata o seguinte:

Para o início da construção o consórcio espera licença do Ibama. A obra poderá ser iniciada ainda em junho deste ano, se o Ibama conceder a licença de instalação, até maio. Após esta data a obra só poderá ser iniciada em 2006. Iniciando em junho de 2005, a primeira turbina irá gerar energia a partir de setembro de 2008. O final da obra está previsto para setembro de 2009⁶⁹.

O fato de o consórcio esperar a licença emitida pelo Ibama é mencionado duas vezes, apoiado ainda pela informação de que se a referida licença não fosse emitida até maio de 2005, as obras só poderiam começar no ano seguinte, dando a entender que o órgão governamental estaria “atrasando” a construção da hidrelétrica. O trecho final por meio da projeção do início das obras seguida da previsão da geração de energia já para três anos depois, indica a pressão para o desenrolar da questão e omite o fato de que uma série de questões importantes ainda não haviam sido discutidas com a população, como os impactos ambientais e sociais do empreendimento sobre as populações atingidas. Esta pressão continua nas reportagens posteriores como na publicada no dia primeiro de fevereiro de 2005, cujo título, *Usina tem apoio da comunidade de Estreito*, já é por si, bastante intencional posto que já dê de antemão a entender que o apoio ao empreendimento é unânime, residindo o seu entrave apenas em questões de cunho burocrático. O trecho que interessa a esta análise é o seguinte:

Dessa forma, o termo *geopolítica* é tomado como as relações de poder que se articulam no corpo discursivo do jornal.

⁶⁹ Consórcio Estreito espera licença do Ibama para iniciar hidrelétrica. *O Progresso*. Imperatriz, 23 Jan. 2005. Regional, Caderno 1, p. 4

A Usina Hidrelétrica de Estreito [...] obteve uma conquista no primeiro dia da nova rodada de audiência pública, realizada ontem na cidade de Estreito (MA). Associações, políticos e comunidade manifestam apoio ao empreendimento, que aguarda o avanço no processo de licenciamento ambiental [...]. No plenário da Câmara Municipal lotado, as autoridades, entre elas, o prefeito de Estreito, José Lopes Pereira, os deputados federais Ronaldo Dimas (PSDB – TO), Eduardo Gomes (PSDB – TO), membro da comissão de Minas e Energia da Câmara Federal e Sebastião Madeira (PSDB – MA), dividiam espaço com a comunidade⁷⁰

A reportagem nos apresenta os atores sociais a quem o assunto interessa: os políticos locais, os indivíduos ligados ao comércio e a comunidade, sendo esta última posta mais como uma categoria geral, que abarcaria todos os indivíduos que não estivessem inseridos nos grupos anteriores: é uma posição social mencionada, mas alijada de palavra. Este silêncio imposto é reiterado num outro trecho da reportagem que diz o seguinte: “Depois das apresentações foi aberto espaço para as indagações e questionamentos por parte da comunidade”⁷¹, mas não menciona nenhuma das perguntas feitas pelos “membros” da “comunidade”, encerrando o parágrafo. Ao contrário do tratamento dispensado aos políticos presentes que, além de terem seus nomes mencionados, tiveram trechos de seus pronunciamentos reproduzidos, como o do deputado federal Sebastião Madeira que disse o seguinte: “nossa presença significa apoio firme ao projeto, já feitas as ressalvas, que serão executadas com responsabilidades”⁷². Também foi reproduzido um fragmento do discurso do deputado federal Eduardo Gomes que argumentou que “Hoje as discussões estão mais amplas o que faz com que o empreendimento seja visto com segurança”⁷³.

Ambos os discursos denotam um clima favorável ao empreendimento minimizando os custos humanos e ambientais decorrentes da construção. Ademais, deixa diáfano que o debate acerca da implementação ou não da barragem não é técnico, mas depende das forças políticas que se articularem contra ou a favor de sua efetivação.

O laconismo do jornal em informar que membros da sociedade civil estiveram presentes à audiência, além de não registrar suas falas indica a intenção de conduzir as discussões em favor da construção da barragem, dando a entender que o clima da audiência foi harmônico, festivo, repleto de expectativas, otimismo e receptividade. É a apropriação de alguns do discurso de todos, isto é, uma estratégia de homogeneização das opiniões acerca do empreendimento. Não é a comunidade que fala; há alguém para fazer isso por ela: “O presidente da Câmara de Vereadores de Estreito, José Wilson, disse ser a vontade das pessoas

⁷⁰ Usina tem apoio da comunidade de Estreito. *O Progresso*. Imperatriz, 1º Fev. 2005. Política, Caderno 1, p. 2.

⁷¹ *Idem*.

⁷² *Idem*.

⁷³ *Idem*.

do município ter o empreendimento na região, na expectativa da geração de emprego e renda e injeção na economia local”⁷⁴. Esta apropriação por parte do vereador do discurso da comunidade aponta para análises que Bourdieu dedica à transformação de um discurso individual ou parcial num discurso “autorizado” que tem como ponto de apoio a performance linguística e também o capital simbólico, entendido como o reconhecimento institucionalizado ou não que o sujeito que fala recebe do grupo (BOURDIEU, 2008). Conforme o sociólogo francês: “a competência legítima é a capacidade estatutária reconhecida a uma pessoa autorizada, uma “autoridade”, de empregar em ocasiões oficiais (*formal*), a língua legítima [...] Língua autorizada que tem autoridade, fala autorizada e digna de crédito [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 57). Assim, o que dá à fala do vereador caráter de verdade não é a concatenação de sua argumentação, mas a autoridade que emana de sua posição no mercado de valores em jogo no momento.

Esta mediação discursiva, isto é, o fato de o vereador emitir uma opinião pela comunidade, configura-se numa tentativa de tornar a conjuntura asséptica, despi-la de qualquer sinal de conflito ou oposição, posto que se todos os discursos apresentam-se favoráveis à hidrelétrica, a voz da comunidade, que poderia ser uma voz dissonante, foi subsumida pela do vereador. Numa outra ocasião, na câmara federal Sebastião Madeira, deputado pelo Maranhão, proferiu discurso muito alinhado aos precedentes, ressaltando a pressa não semente do consórcio responsável pela obra, mas também da população:

Estivemos no domingo, dia 25, à tarde, em Estreito, cidade localizada às margens do Rio Tocantins. Há imensa expectativa da população com a construção de uma hidrelétrica, a maior obra da construção civil que será iniciada neste ano no País e que depende apenas do licenciamento pelo IBAMA. (MADEIRA, 2005)⁷⁵

Há acima uma tentativa de escamotear o aspecto unilateral das informações acerca da recepção por parte da população sobre o empreendimento. Tal como nas reportagens iniciais a matéria utiliza termos muito gerais como “comunidade” e apresenta os atores que possuem maior relevância no debate em torno da construção da hidrelétrica. Pode-se observar isto porque somente aos representantes da classe política e das associações comerciais é que é dada a palavra. Somente estes seguimentos tem foro privilegiado em “O Progresso” para enveredarem numa disputa em torno da hidrelétrica de Estreito. O curioso é que esta disputa

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML>. Acessado em 07 de fevereiro de 2014.

não se dá no terreno da viabilidade ou não da barragem, mas por quem será responsável por promover a efetivação do projeto: o que está em jogo, nas reportagens de “*O Progresso*” é definir quais atores sociais – no caso as associações comerciais e o políticos, locais e regionais – possuem mais peso político para forçar os órgãos responsáveis a contornarem os problemas que emperram o início das obras e liberarem a licença para o início das obras. A vezes dissonantes são mencionadas de maneira oblíqua, sem nomes. Assim sendo, o jornal toma a seu cargo uma função subjacente à de informar, que é a de fazer circular discursos que costumam a realidade a partir da (re) construção de fatos sob a ótica dos atores sociais (ou grupos sociais) que controlam esse meio. Os jornais são instancias de poder porque formam discursos e saberes tendo por base relações de força.

2.2.- Os atores políticos

As questões suscitadas pela construção da barragem de Estreito transcenderam o âmbito técnico e alcançaram um debate que articulou as esferas ambiental, social e política. Paulatinamente as atitudes e discursos conflitantes dos diversos atores sociais envolvidos no processo foram modificando o tom monolítico das primeiras reportagens e os jornais foram obrigados a contemplarem também as camadas que não viam a chegada da hidrelétrica com olhos alvissareiros.

O discurso das elites políticas é fortemente calcado no paradigma desenvolvimentista e adota a perspectiva segundo a qual a resolução do problema da geração de energia do Brasil está na construção de hidrelétricas e que estas, por sua vez, suprirão as necessidades energéticas indispensáveis à expansão da produção e economia brasileiras. É isso que sentencia o prefeito de Imperatriz na época, Ildon Marques⁷⁶: “é preciso trabalhar a idéia de que se, o Brasil voltar a crescer, o país não tem energia para sustentar esse crescimento” [Sic]⁷⁷. Nesta mesma linha de raciocínio Zeca Pereira, prefeito de Estreito, quando do inicio do empreendimento, tece argumentações bastante semelhantes às das lideranças políticas de sua região, dando ênfase à questão regional e local:

Não temos dúvida de que a usina trará o progresso e o desenvolvimento para toda a região e especial para a nossa cidade, em cuja área ficará instalada. Já estamos percebendo os primeiros sinais do que estamos falando com a procura de imóveis –

⁷⁶Ildon Marques administrou a prefeitura de Imperatriz de 2005 a 2009.

⁷⁷Ildon defende Maranhão do sul no encontro de Estreito. *O Progresso*. Imperatriz, 1º Fev. 2005. Política, Caderno 1, p. 3.

teve elevação dos valores – aquecimento do comércio e a abertura de novas lojas, e olha que ainda não foi instalado o canteiro de obras”⁷⁸

O discurso acima imprime ao empreendimento uma tonalidade alvissareira que, mesmo antes de começar, já estaria causando transformações sensíveis no panorama urbano e econômico de Estreito. No entanto, os sinais de mudança propostos pelo prefeito de Estreito indicam benefícios para os comerciantes e não para a população. Dez dias após a declaração acima, por ocasião de uma das audiências públicas organizadas pelo CESTE, o prefeito de Carolina – MA, João Alfredo Silva, engrossa coro progressista ao declarar isto: “Acredito que este empreendimento será uma alavanca para o desenvolvimento sustentável de Carolina”⁷⁹. A declaração retoma claramente o discurso do prefeito de Estreito endossando a tese de que um empreendimento externo acabará com todos os problemas da região e ainda será condição de possibilidade para o desenvolvimento da região. Na mesma audiência, o deputado federal Sebastião Madeira tem registrada pelo “O Progresso”, outra declaração que corrobora esta perspectiva e seu tom açodado: “Sabemos que o país não tem energia suficiente para enfrentar os índices de crescimento da economia”⁸⁰.

No mesmo mês o então senador Edson Lobão vai à tribuna do senado para defender a construção da UHE de Estreito e cobrar celeridade na liberação de sua licença ambiental e aproveitou para chamar a atenção dos senadores para outro projeto de hidrelétrica na mesma região, a de Serra Quebrada, destinada a Imperatriz, distante apenas 130 km de Estreito. Eis seu pronunciamento⁸¹:

No formidável esforço desenvolvido nos governos atual e passado para que não se repitam “apagões” e não falte energia que sustente a tempo e a hora o desenvolvimento nacional, só por negligência ou incompetência podem segundos e terceiros escalões deixar no fundo de gavetas o projeto da Hidrelétrica de Serra Quebrada. [...]. Minha preocupação, agora, é a de que não se repita, para a Hidrelétrica de Estreito, o que está acontecendo com Serra Quebrada, isto é, uma informação, transmitida da tribuna do Senado Federal, que se frustrou por razões que dificilmente se aceitam como incontornáveis. Juntemos forças, Sr^{as} e Srs. Senadores do Maranhão, do Tocantins, do Pará, para que obras tão significativas quanto as de Estreito e de Serra Quebrada alcancem a continuidade por que aspira o nosso País (LOBÃO, 2005)⁸².

⁷⁸ Hidrelétrica de Estreito: Audiências mobilizam a região. *O Progresso*. Imperatriz, 25 Jan. 2005. Cidade, Caderno 1, p. 5.

⁷⁹ *O Progresso*. Imperatriz, 05 Fev. 2005.

⁸⁰ *O Progresso*. Imperatriz, 05 Fev. 2005.

⁸¹ *O Progresso* registrou fragmentos deste discurso na edição de 22 de fevereiro. Cf. *O Progresso*. Imperatriz, 22 Fev. 2005.

⁸² Discurso pronunciado no dia 21 de fevereiro de 2005 no senado federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=351795>. Acesso em 07 de fevereiro de 2015.

O discurso do Senador chama a atenção porque demonstra que o poder local só alcança força se não agir isolado. Observemos que o político esforça-se por deixar claro a seus interlocutores que o projeto de hidrelétrica não interessa apenas aos estados que serão contemplados por ela, mas a todo o país e utiliza categorias que o moldam como um projeto nacional, blindando qualquer possível ressalva utilizando o argumento de que o projeto da hidrelétrica de Serra Quebrada soçobrou “só por negligência ou incompetência” de “segundos e terceiros escalões”, afirmando taxativamente que os que forem de encontro a estes projetos carecem de inteligência ou não conseguem vislumbrar o futuro do país.

Mais uma vez, a conjuntura na qual se insere o discurso do político maranhense acaba supondo a própria coerência lógica deste mesmo discurso, que na verdade estrutura-se mais como estratégica retórica. Dessa maneira, o contexto foi mais imperioso que o apelo ou a lógica do próprio enunciado que “[...] só pode funcionar enquanto tal quando estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente linguística do discurso” (BOURDIEU, 2008, p. 60).

Outra singularidade pertencente ao que o político maranhense externalizou em plenário federal é a utilização do medo como sustentação retórica de sua argumentação. Ao mencionar o “perigo” dos apagões o senador joga com a necessidade de segurança que encontra-se na base da afetividade humana (DELUMEAU, 2009) para associá-la ao temor de uma catástrofe cujos efeitos atingiriam não somente a produção industrial mas o cotidiano das pessoas⁸³. Portanto, os discursos emitidos acima obedecem a uma dinâmica: todos mencionam a necessidade da corrida pelo desenvolvimento econômico e que todos os pretensos obstáculos à sua efetivação devem ser transpostos. Outrossim, entendem o desenvolvimento como um fenômeno de cunho soteriológico e exógeno, posto que todos praticamente anulam quaisquer alternativas contrárias à implantação da barragem e repetem exaustivamente que a hidrelétrica resolverá os problemas mais agudos da região, desde a falta de empregos até a distribuição de renda. A região deve contribuir para o crescimento do país dando a isso um molde nacionalista.

⁸³ Jean Delumeau insiste na relevância de se estudar a influência do medo na sociedade ocidental, assim como histórica e socialmente esta categoria tão fundamental à existência humana alcançou a capacidade de mobilizar multidões e direcionar ações coletivas. Conforme este historiador, “não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo” (DELUMEAU, 2009, p. 12). Por isso este apelo ao temor como sustentáculo argumentativo é tão constante, ademais porque esse “diálogo com o medo” não remete apenas à preservação da integridade física do indivíduo, mas também ao imponderável, isto é, à incerteza do futuro.

Outro nuance que merece ser identificado na fala dos políticos acima é que elas acabam articulando o local, o regional e o nacional. Ildon Marques fala em termos nacionais, O prefeito de Carolina ressalta o desenvolvimento local e o senador Edson Lobão faz menção à importância da obra para as regiões nordeste e norte por meio do apelo aos senadores do Pará, Maranhão e Tocantins para que trabalhem em prol da efetivação do projeto.

2.3.- A dissonância na harmonia

Dentre as poucas vozes que, de certa forma destoaram dos outros discursos encontra-se a da deputada Terezinha Fernandes (PT-MA) que introduziu em seu enunciado uma outra categoria, até aquele momento negligenciada. Ela diz o seguinte: “O país está buscando o desenvolvimento com respeito social”⁸⁴, declaração que, no entanto, ficou muito mais ao nível retórico do que da realidade efetiva dos acontecimentos.

Alguns meses mais tarde em outra audiência pública, desta vez em Estreito⁸⁵, no dia 16 de abril de 2005, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, o Deputado João Evangelista (PTB), talvez já tendo em vista a insatisfação das camadas da população que não se sentiam muito contagiadas pelo clima de euforia ocasionado pelas negociações pela implantação do empreendimento, disferre a seguinte declaração: “A Assembleia deseja a usina no Maranhão, mas sem perder de vista o homem, o cidadão e o meio ambiente”⁸⁶. E continua: “Vamos gerar energia e progresso, mas senhores de que o povo será o grande beneficiado. A nossa preocupação é com a geração futura”⁸⁷.

Temas como “desenvolvimento sustentável”, “meio ambiente”, “respeito social” e “povo” só passaram a ser tocados e desenvolvidos a partir do momento em que organizações não governamentais, movimentos sociais e os próprios ribeirinhos começaram a se insurgir contra o empreendimento e passaram a protestar durante as audiências públicas, como aconteceu em Babaçulândia – TO aos 02 de fevereiro de 2005⁸⁸, portanto, dois meses antes das declarações do deputado João Evangelista.

⁸⁴ *O Progresso*. Imperatriz, 05 Fev. 2005.

⁸⁵ Também compareceram a esta audiência, a Deputada federal Terezinha Fernandes (PT), O Senador Edson Lobão, prefeitos da região, o diretor-presidente de CESTE, Vitor Paranhos, a Procuradoria da Justiça e membros da sociedade civil.

⁸⁶ 20.09.2005 – Política – Hidrelétrica: AL vai garantir assessoramento técnico para prefeituras

⁸⁷ 20.09.2005 – Política – Hidrelétrica: AL vai garantir assessoramento técnico para prefeituras

⁸⁸ Audiência Pública em Babaçulândia começa com clima tenso. *O Progresso*. Imperatriz, 03 Fev. 2005. Política. C1, p. 2

Depois que os jornais, mesmo “O Progresso” que era notoriamente a favor da barragem, não puderam deixar de registrar manifestações avessas à implantação da barragem de Estreito, mormente porque elas escaparam aos conflitos ocorridos nas audiências marcadas pelo Consórcio Estreito Energia, os políticos passaram a incorporar o discurso do desenvolvimento sustentável, sem, no entanto, explicarem do que se tratava, utilizando o termo “sustentável” como categoria decorativa para que suas locuções passassem por “politicamente corretas”. Um exemplo disso é um trecho de entrevista do político imperatrizense Carlinhos Amorim, na época Secretário de Minas e Energia do governador José Reinaldo. Segundo ele: “A obra é importante porque desencadeará um processo de desenvolvimento na região; mas, também é salutar que se analise e se discuta seus impactos. O desenvolvimento é bom, mas com sustentabilidade”⁸⁹

Estes discursos podem ser analisados a partir de um campo de força estratégico no qual o que está em jogo não é o esforço pelo desenvolvimento sustentável ou a viabilidade ambiental da obra, mas a hegemonia sobre a própria obra, isto é, fazê-la acontecer de qualquer maneira, por isso os discursos dos representantes políticos possuem, acima de tudo, uma função; não um sentido. E sua função aqui é tornar o projeto da barragem legítimo⁹⁰.

2.4.- As Ocupações

O canteiro de obras da hidrelétrica de Estreito começou a funcionar em junho de 2007. No entanto, antes mesmo de o Ibama emitir a licença definitiva para o início da construção vários movimentos sociais como o *Movimento dos Atingidos por Barragens* – MAB e o *Centro de Trabalho Indigenista* – CTI, organizaram invectivas no sentido de impedir a construção da Barragem. Estas ações contaram com o apoio dos povos indígenas e de populações tradicionais, em especial ribeirinhos e pescadores que habitavam o entorno das áreas atingidas pela hidrelétrica. Em fevereiro de 2005 a organização não governamental CTI lança a campanha “SOS Rio Tocantins” que consistia num abaixo assinado encaminhado ao Ibama e ao Ministério Público pedindo a não liberação da licença para construção da

⁸⁹ 23.09.2005 – “Secretário de Minas e energia se reúne com grupo técnico”

⁹⁰ As análises foucaultianas apontam para o fato de que para entendermos o caráter de acontecimento do discurso é importante ficarmos mais atentos à função do discurso no conflito do que ao sentido do discurso, portanto, para Foucault o que torna o discurso um importante veículo das relações de poder-saber é seu caráter pragmático-estratégico. Cf. FOUCAULT, 2007.

hidrelétrica. O abaixo assinado contou com a iniciativa dos povos indígenas Krahô e Apinajé, juntamente com moradores de Carolina (Maranhão)⁹¹.

Sem contar o registro feito no dia 23 de fevereiro de 2005, “O Progresso” não publicou mais nada acerca do abaixo assinado. Todavia, um mês depois, o jornal publica um artigo na página dedicada exclusivamente à *Associação Comercial e Industrial de Imperatriz* – ACII, em que consta o esforço desta em viabilizar o empreendimento. A ACII mostrou-se tão interessada no projeto que chegou a levar a Imperatriz um dos diretores do CESTE para conversar com membros da associação. A partir daí, a ACII começa a compelir as forças políticas tanto locais quanto regionais a agirem com mais energia, imputando, inclusive, o atraso das obras à ausência de “vontade política” dos parlamentares maranhenses.

A primeira ocupação do canteiro de obras da UHE de Estreito deu-se em 16 de abril de 2007⁹². A segunda ocorreu, quase um ano mais tarde, em 12 de março de 2008 e em 2009, em julho houve mais uma. Ambas tiveram larga cobertura da imprensa local. As ocupações passaram a dar um tom mais contraditório aos conflitos em torno do empreendimento, primeiro porque as vozes dissonantes passaram a aparecer mais, depois porque as discordâncias acerca das vantagens do empreendimento apareceram no interior dos grupos em disputa.

Durante a ocupação de 2008, a colônia de pescadores Z-35, que reúne pescadores de Estreito – MA e Carolina MA, assumiu posição favorável ao CESTE e chegou a distribuir pela cidade uma “Carta de repúdio aos manifestantes do MAB e MST”. O documento condenava a ação dos manifestantes e afirmava que o CESTE havia trazido vários benefícios para os membros da Colônia, tais como emprego e acesso à internet⁹³. No mesmo ano, Demerval Ferreira da Cruz, na época presidente da Colônia Z-35, deu a seguinte declaração:

Hoje é o dia mais feliz da minha vida. Eu não tive a oportunidade de aprender nada de informática. Sou um pescador, de origem simples, mas hoje fico contente de ver tantos jovens aprendendo e buscando uma nova oportunidade na vida, nesse projeto criado pelo CESTE⁹⁴.

⁹¹ “*O Progresso*” registrou a notícia na edição de 23 de fevereiro de 2005, mas a matéria foi “copiada” de dois blogs: o socioambiental.org. de 18 de fevereiro de 2005 e do e do www.brasiloste.com.br, da mesma data. Cf. <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=14459> e <http://www.brasiloste.com.br/2005/02/sos-rio-tocantins>. Acessado em 21 de abril de 2014. Ver também: Centro de Trabalho Indigenista lança Campanha SOS Rio Tocantins. *O Progresso*. Imperatriz, 23 Fev. 2005. Cidade, Caderno 1, p. 7.

⁹² 17.04.2007 – “Contra hidrelétrica, indígenas e ativistas interditam Belém-Brasília: 10 horas de protesto param rodovia no Maranhão e Tocantins”. Política C1, p.3.

⁹³ Registrado em: <http://conexaoto.com.br/2008/08/04/atingidos-pelas-obras-de-usina-hidreletrica-enfrentam-incertezas>. Acesso em 19.04.2014

⁹⁴ Esta declaração está registrada num folheto informativo do CESTE emitido em setembro de 2008. Cf. *Usina da Notícias*. Boletim Informativo/Ano V. Edição 12. Set. 2008. Em 2006, num outro panfleto informativo

A ocupação de 2007 foi organizada pelo MAB, pela Via Campesina, MST, Cimi e pelas lideranças indígenas dos povos Apinajé, Krahô Canela, Krikati e Gavião⁹⁵. Os manifestantes, cerca de 500 pessoas, interditaram por dez horas a ponte Juscelino Kubitschek, que marca a divisa entre o Maranhão e o Tocantins, na rodovia Belém-Brasília. O evento causou mobilização geral de órgãos governamentais. As autoridades decidiram pela desobstrução da ponte. Dessa maneira, os membros do movimento dirigiram-se à frente do canteiro de obras da hidrelétrica e montaram um acampamento.

A de 2008 visava pressionar o CESTE a criar um Foro de discussões para reavaliar as indenizações às famílias atingidas e também para que os impactados pudessem expor seus descontentamentos e reivindicações com maior visibilidade e num espaço no qual as relações de forças ficassem mais equalizadas, posto que os manifestantes alegavam que os comitês de co-gestão criados pelo CESTE serviam mais como instrumento de ratificação das ações da empresa do que como espaço de discussão⁹⁶. Isto pode ser atestado na declaração de Cirineu Rocha, representante do MAB – TO: “Reivindicamos a criação de um espaço para discutir as nossas propostas em relação à hidrelétrica”⁹⁷

Norma Villela, diretora de sócioeconomia do CESTE, contesta a declaração do representante do MAB, afirmando que os comitês criados pelo Consórcio Estreito constituem-se como espaço democrático de discussão e informação aos atingidos. Ela declarou o seguinte: "O empreendimento já conta com comitês de co-gestão nos municípios interferidos pelo empreendimento, onde é possibilitada a discussão de temas gerais e específicos a cada

distribuído pelo CESTE, há outro depoimento do senhor Demerval Ferreira da Silva dando parecer favorável ao projeto: “Por experiência, vejo como um benefício para o pescador e para Estreito. Vai trazer grande ajuda para a pesca. Quando tiver o reservatório. Vamos ter sempre peixe para pescar. Hoje o peixe está escasso”. Cf. CESTE Notícia. Boletim Informativo. Ano III. Maio/Jun. 2006.

⁹⁵O CESTE e as lideranças políticas envolvidas na construção da hidrelétrica de Estreito, questionaram desde o início o envolvimento das lideranças indígenas nas manifestações, pois argumentavam que as áreas indígenas não seriam diretamente impactadas pelas obras. Os índios, por sua vez, discordavam e defendiam que seu modo de vida seria radicalmente modificado pela barragem, principalmente no que concerne ao fornecimento de peixes.

⁹⁶ Enquanto os manifestantes permaneciam acampados em frente ao canteiro de obras da hidrelétrica de Estreito, foram articuladas várias negociações entre as lideranças da ocupação e os órgãos governamentais. No dia 14 de março de 2008, em Imperatriz – MA houve uma tentativa de negociação entre os manifestantes, o Ibama e o Ministério público. A reunião não teve sucesso porque o CESTE, não mandou nenhum representante. Quatro dias depois foi marcada uma reunião em que o consórcio também não compareceu. Foi, então marcada, para 10 de abril, uma audiência na comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com o objetivo de mobilizar as sociedade civil para o problema. No entanto, um grupo de parlamentares liderados por Roseana Sarney (PMDB – MA), Kátia Abreu (DEM – TO) e João Ribeiro (PR – TO) conseguiu o adiamento da audiência. , remarcada para 07 de maio. Cf. <http://conexaoto.com.br/2008/08/04/atingidos-pelas-obras-de-usina-hidreletrica-enfrentam-incertezas>.

⁹⁷ 12.03.2008 – “Manifestante bloqueiam entrada do canteiro de obras da UHE de Estreito” – Cidade – C1, p. 07.

municipalidade"⁹⁸. No entanto, a representante do CESTE não mencionou que os comitês agiam de forma isolada, e não havia comunicação entre as cidades em que eles eram sediados.

Como os representantes do consórcio mostraram-se irredutíveis em relação a criação do Foro, os movimentos sociais decidiram criar blocos de discussão no interior dos próprios comitês de discussão já instaurados pelo CESTE. Esta estratégia foi utilizada para que os representantes dos atingidos não ficassem totalmente marginalizados das discussões. É esta perspectiva que transparece no discurso de Cirineu da Rocha, coordenador do MAB – TO: “Percebemos que não podemos simplesmente acabar com os comitês porque existe muita ansiedade por informação das famílias atingidas. Isso deixaria as pessoas desamparadas, pois é o único espaço existente, embora não seja [um espaço] democrático”⁹⁹

A cobertura que “O Progresso” fez das ocupações e manifestações procurou dar ênfase os prejuízos econômicos que a manifestação estava causando e não seu caráter reivindicatório e de resistência. Pondo em relevo o descontentamento dos caminhoneiros: “quando tem greve de professor, fecha a estrada. Quando tem greve de garimpeiro, fecha a estrada. O que nós temos com isso. Só queremos trabalhar”: como se os manifestantes estivessem emperrando o desenvolvimento do próprio estado impedindo a entrada e o escoamento de mercadorias por meio dos caminhões. Denota também que os manifestantes prejudicam a própria classe trabalhadora, no caso aqui os caminhoneiros.

O site “Brasil de Fato” deu outro enfoque ao evento¹⁰⁰; enquanto o “O Progresso” optou por marginalizar a ação dos manifestantes, o site em questão enfatizou a legitimidade da ação por meio do escalonamento das reivindicações – que o periódico imperatrizense não mencionou – e registrou o depoimento de algumas lideranças do movimento como o dirigente do MAB, Cirineu Rocha, segundo ele:

As famílias são retiradas de suas casas e de suas raízes e na maioria das vezes não são indenizadas ou reassentadas. Além disso, a energia produzida pelas barragens não vai para o povo [...] aqueles que tiram seu sustento da área afetada também são atingidos. Além disso, os povos indígenas também devem ser considerados, ouvidos e indenizados.¹⁰¹

⁹⁸ Registrado em: <http://conexaoto.com.br/2008/08/04/atingidos-pelas-obras-de-usina-hidreletrica-enfrentam-incertezas>. Acesso em 19.04.2014

⁹⁹ Registrado em: <http://conexaoto.com.br/2008/08/04/atingidos-pelas-obras-de-usina-hidreletrica-enfrentam-incertezas>. Acesso em 19.04.2014

¹⁰⁰ O site também informou que durante a ocupação os manifestantes organizaram eventos culturais e articularam uma campanha de conscientização indo em escolas e distribuindo panfletos informativos. Cf. Protesto contra a Hidrelétrica de Estreito. Brasil de Fato. 24/04/2007. Acesso em 20/04/2014.

¹⁰¹ Protesto contra a Hidrelétrica de Estreito. Brasil de Fato. 24/04/2007. Acesso em 20/04/2014.

O dirigente do MAB articula em seu depoimento um jogo de memória ao advertir que os problemas das outras barragens podem se repetir na de Estreito. Este argumento é uma maneira de legitimar a ocupação, tirá-la do rótulo de desordem. Outrossim, Cirineu articula uma argumentação que vai de encontro à das lideranças políticas e econômicas registradas: enfatiza que as hidrelétricas não interessam à maioria da população e esboça um conceito mais abrangente de atingido. Na página da matéria o jornal colocou um informativo que teve a função de esvaziar a legitimidade da manifestação e ocupação do canteiro de obras. O informativo argumentava que os manifestantes não provinham das comunidades em torno da barragem, mas de localidades distantes destas, induzindo à inferência de que o protesto é exógeno e que as comunidades atingidas estão satisfeitas com o andamento do projeto. E repete o argumento de que a usina seria o maior empreendimento em andamento na época e que beneficiaria milhões de brasileiros.

3.5.- A guerra das imagens, a guerra das significações

*“Totalmente fiel à natureza!” – Como consegue fazer isso?
Quando é que porventura a natureza se submete a um quadro?
Infinita é a menor parcela do mundo!
- Finalmente pinta o que dela lhe agrada.
E o que é que lhe agrada? Aquilo que sabe pintar!
- Nietzsche –*

Fotografar é um ato ético-político porque envolve a construção de uma trama cujas condições de produção estão relacionadas a relações sociais atravessadas por fragmentos axiológicos imbricados com táticas de hegemonia e produções de verdade. Registrar uma imagem, eternizá-la ao recortá-la do espaço-tempo, alojando-a no território da imobilidade, é antes fazer um juízo de valor do que um juízo de fato. No entanto, é mais que comum inverter-se a proposição mencionada; a imagem fotográfica sempre foi vista como o registro do real, e a câmera como o olho cujos poderes residem em congelar o tempo recortando a duração e o espaço de um gesto ou momento. O poder da fotografia reside em seu status de verdade, em suas imagens reclamarem a prerrogativa de serem “testemunhas da verdade” (KOSSOY, 2009), porquanto, supostamente, mais que a voz e a escrita, a imagem “falaria por si mesma”, sem mediações.

Imagens, tanto as fotográficas quanto as “desenhadas”, são símbolos, portanto nos interpelam ideológica e culturalmente. Isto não significa que falam por si mesmas, que possuam um significado inerente a elas próprias; este significado emana da cosmovisão, ou da

Weltanschauung e *Lebenswelt* dos indivíduos¹⁰² abordados pelo signo¹⁰³. Assim, as imagens agem como catalizadores de visões-de-mundo e perspectivas ideológicas, seu significado emana das relações humanas, da experiência cotidiana, da maneira como os homens relacionam-se com o mundo. Nas palavras de Clifford Geertz, “se os símbolos são estratégias para englobar situações, então precisamos dar mais atenção a como as pessoas definem as situações e como fazem para chegar a termos com as mesmas” (GEERTZ, 2008, p. 102), e é, justamente neste cruzamento que despontam as relações de poder, as táticas de dominação. Conforme Kossoy:

Se, por uma lado, ela tem valor incontestável por proporcionar continuamente a todos, em todo o mundo, fragmentos visuais que informam das múltiplas atividades do homem e de sua ação sobre os outros homens e sobre a Natureza, por outro, ela sempre se prestará aos mais diferentes e interesseiros usos dirigidos (KOSSOY, 2009, p. 19)

Portanto, a fotografia não articula-se apenas como o “testemunho” da constante tentativa de dominação dos homens sobre si mesmos e sobre a natureza, mas é ela mesma uma faceta desta ação. Destarte, é partindo desta perspectiva que tentarei analisar algumas fotografias e imagens referentes à hidrelétrica de Estreito que constavam nos jornais e em informativos distribuídos pelo Consórcio Estreito Energia. Tendo como pressuposto que o “click” é sempre intencional, dirigido. Observemos as imagens a seguir.

¹⁰² A cor branca, por exemplo, não possui a mesma conotação no oriente e no ocidente; o madeiro tem conotações muito distintas para um cristão ou judeu, atualmente ou na época do nazareno, quando, aliás, nem havia cristãos.

¹⁰³ Clifford Geertz chama a atenção para o fato de que basear pesquisas em análises escopadas em referenciais puramente lógicos, pode tornar o trabalho “blindado” do ponto de vista formal – basta pensarmos na estrutura silogístico-aristotélica que separa radicalmente a forma e o conteúdo de um raciocínio ou a anedota atribuída a um episódio da vida de Hegel em que ele responde à pergunta de um aluno sobre a eficácia do idealismo em pensar corretamente a realidade: “Caso a realidade não corresponda ao pensamento, problema da realidade” teria respondido o filósofo – mas ineficaz quanto à interpretação das experiências humanas. Conforme Geertz, “a abordagem de uma teoria de valor que olhe o comportamento de pessoas reais em sociedades reais, vivendo em termos de culturas reais procurando tanto o seu estímulo quanto a sua validade, rá afastar-nos dos argumentos abstratos e muito escolásticos nos quais um número limitado de posições clássicas é repetido sempre e sempre, com muito pouca novidade a recomendá-los, voltando-se para um processo de introspecção cada vez maior tanto para o que são os valores tanto para como eles atuam” (GEERTZ, 2008, p. 103).

Fig. 07 – Imagens da hidrelétrica de Lajeado publicadas, respectivamente, nos dias 14 de Março e 31 de Julho de 2005.



Fonte: O Progresso, Imperatriz. 14/03/2005; O Progresso, Imperatriz. 31/07/2005.

Ambas as imagens foram publicadas no jornal imperatrizense “O Progresso”, sendo que a da esquerda foi publicada na seção destinada às notícias do Estado do Tocantins no dia 14 de março de 2005. A foto da direita, por sua vez, apareceu na página dedicada à Associação Comercial e Industrial de Imperatriz – ACII aos 31 de julho de 2005. A primeira foto serve como ilustração de uma matéria que versava sobre a possibilidade da realização de seis projetos para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Tocantins, dentre os quais constava a hidrelétrica de Estreito. A fotografia ao lado faz parte de uma reportagem relativa aos esforços da ACII em saber do andamento do processo de implantação da barragem de Estreito. As duas imagens referem-se à hidrelétrica de Estreito, mas são fotografias da hidrelétrica de Lajeado – TO, posto que a hidrelétrica de Estreito fosse ainda mera virtualidade. O ponto desta análise é entender por qual motivo a fotografia de uma hidrelétrica foi utilizada para referir-se a outra.

Podemos encetar um primeiro ensaio de resposta para isso, qual seja a de que a fotografia é uma realidade conotativa, pois o recorte que faz do real não é somente uma *imitatio res*, mas assume significados sobrepostos, que transcendem à própria imagem. A

fotografia trabalha com ideias, é sempre uma *imagem-conceito*. Assim sendo, a imagem nos interpela a partir de nossas categorias simbólicas. Em última instância, nos interroga: “o que significa?” e, ato contínuo nos desafia, não a vermos o que “está por trás”, mas a observarmos o que olhamos sem, no entanto, vermos. Dessa forma, a imagem fotográfica nunca é a tradução do real, pelo contrário; é uma des-realização, por encontrar-se na ordem da representação e não da realidade (FLUSSER, 2002) – entendido aqui como o fenômeno retratado¹⁰⁴. É uma representação bidimensional de um cenário tridimensional que, a um só tempo, nos informa e interpela, como a esfinge a Édipo.

A fotografia da hidrelétrica de Lajeado¹⁰⁵ possui uma função específica no corpo do texto da matéria: ela aponta para a ideia de magnitude do progresso. Sua fotografia seria a própria imagem do progresso e do desenvolvimento que modificam por completo o homem, a natureza e a paisagem. Haja vista que à época de sua construção, esta hidrelétrica foi considerada, tanto pela quantidade de empreendedores envolvidos, quanto pela rapidez na conclusão de suas obras, como um dos projetos mais ousados já realizados pela iniciativa privada no setor energético (PARENTE, 2007). Observemos as imagens mais de perto:

Fig. 08 – Recortes das imagens da hidrelétrica de Lajeado.



Fonte: *O Progresso, Imperatriz*, 14/03/2005;

O Progresso, Imperatriz, 31/07/2005.

¹⁰⁴ Foucault desenvolve argumentação semelhante defendendo que a pretensa coincidência entre a imagem e aquilo que ela representa (vamos chamar aqui de “realidade”, isto é, o universo ou cena fotografada) deve ser desconstruída, porquanto, à medida que algo é fotografado ou retratado de alguma outra forma, estas representações tornam-se um jogo de espelhos cujas possibilidades interpretativas proliferam-se *ad nauseam*. Ao analisar a famosa tela de Magritte, intitulada *Ceci n'est pas un pipe*, o pensador francês nos ensina o seguinte: “E eis que me surpreendo confundindo ser e representar como se fossem equivalentes, como se um desenho fosse o que ele representa; e vejo bem que se eu devesse – eu devo – dissociar com cuidado [...] o que é uma representação e o que ela representa, eu deveria retomar todas as hipóteses que acabo de propor e multiplica-las por dois” (FOUCAULT, 2009, p. 248).

¹⁰⁵ Conhecida também como UHE de Eduardo Magalhães, está inserida a plano de desenvolvimento do sistema integrado de Tucuruí (PA) e Serra da Mesa (GO). Foi construída entre 1998 e 2001, um tempo considerado como record para construções dessa monta. Localiza-se entre os municípios de Miracema e Lajeado, ambos no estado do Tocantins. Possui potência instalada de 902 MW e um lago que abrange 630 km², 230 km² a mais que a hidrelétrica de Estreito. Cf. PARENTE, 2007.

Todos sabem que à época da matéria, a hidrelétrica em questão ainda não existe concretamente; por que, então, utilizar a fotografia de outra hidrelétrica? Para construir um quadro significativo forte e persuasivo, dando a entender a irrevogabilidade do projeto. A coloração preta e branca das fotografias reforça a perspectiva de “harmonização” entre o cinturão de concreto que cinge o rio Tocantins e o conjunto formado pelo restante da paisagem, dando a impressão de que a hidrelétrica esteve desde sempre lá, tal a harmonia e articulação entre a barragem, o rio, as margens, as rochas e o próprio céu. Essa harmonia apaga qualquer espectro de impacto, ou desordem. As duas imagens propõem ao receptor um exercício de interpretação direcionada.

Na foto acima existe uma espécie de trucagem, sua posição na matéria transpõe a simples denotação de uma imagem meramente ilustrativa, uma analogia do real, para conotar da projeção da ainda em fase de estudos hidrelétrica de Estreito. O ângulo panorâmico da captação convida o receptor, ao olhar a imagem de cima, a vislumbrar grandiosidade do rio aliada à engenhosidade humana ao domá-lo e controlá-lo para dele extrair energia para “impulsionar, alimentar o desenvolvimento”¹⁰⁶. A imagem acaba escamoteando a violência da transformação da paisagem procurando “conciliar” a estrutura de concreto com o fluxo do rio. Essa dominação técnica da natureza é denunciada por Adorno e Horkheimer ao nos ensinar que “o que os homens querem aprender da natureza é como emprega-la para dominar completamente a ela e aos homens” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 18).

Ao observarmos o conjunto recortado pela foto percebemos que se a hidrelétrica possui limites que podem ser vislumbrados nas duas margens, o rio é incontornável, suas águas se perdem e espalham ao fundo da construção como a desafiar o relevo que se insinua á sua frente e o separa o céu. À frente do cinturão de concreto a mensagem é a mesma: o rio “esbarra” no enquadramento da foto, nos lembrando de que o rio ultrapassa a quadratura da fotografia e é bem maior que a própria hidrelétrica. Dessa maneira: a construção passaria como um detalhe, que quase não interferiria no sistema do rio, pelo contrário, o tornaria mais viável, navegável e prolífico¹⁰⁷.

A fotografia na matéria possui a função de conduzir a estrutura de desejo do receptor provocando, assim, uma fusão de horizontes em que a visão-de-mundo do receptor articule-se ao conceito proposto na imagem, em outras palavras, “nosso imaginário reage diante das

¹⁰⁶ Proposições muito parecidas foram enunciadas por políticos e outros atores sociais durante este trabalho.

¹⁰⁷ Para isto basta torarmos ao depoimento do senhor Demerval Ferreira, exposto acima, que defendia que a barragem aumentaria a quantidade de peixes.

imagens visuais de acordo com nossas concepções de vida, situação sócio-econômica, ideologia, conceitos e pré-conceitos” (KOSSOY, 2009, p. 45). Portanto, receber um projeto desta monta, seria abraçar o desenvolvimento; fechar as portas a ele implicaria em virar as costas ao tão sonhado progresso para a região. Por esta forma, a fotografia age como uma promessa, um rápido vislumbre ao futuro. Ao olhar a UHE de Lajeado o leitor de “O Progresso” deve imaginar a UHE de Estreito. A imagem da hidrelétrica de Estreito se superpõe à hidrelétrica de Lajeado – imagem real da fotografia. Destarte, não seria apenas uma questão de interpretar, mas de assimilar o ideário que nos aborda por meio de imagem, porquanto, “algumas imagens nos levam a lembrar, outras a moldar nosso comportamento” (KOSSOY, 2009, p. 44). É interessante observarmos outro sintoma no ângulo proposto pela fotografia que dialoga obliquamente com o texto da matéria. Na terceira coluna da página da matéria do dia 14 de Janeiro de 2005 (a figura da esquerda), bem ao lado da figura, pode-se ler a seguinte informação:

Segundo informações da Aneel [...], a situação do potencial hidrelétrico do Brasil está alicerçado em 60% da bacia hidrográfica do rio Paraná, 18% da bacia hidrográfica do rio São Francisco e 9% da bacia hidrográfica do rio Tocantins [...]. O potencial hidrelétrico do Tocantins representa 24% de toda energia utilizada no País. O que poderá aumentar caso outras usinas sejam construídas¹⁰⁸.

A relevância deste trecho reside no fato de que doravante, na maioria das matérias dedicadas à hidrelétrica, o jornal repetirá *ad nauseam* as possibilidades de crescimento social e econômico que decorrerão do empreendimento, a potência instalada da hidrelétrica, as empresas envolvidas do consórcio e o potencial hidrelétrico do rio Tocantins que estaria sendo pouco explorado. Por isso a sumarização da porcentagem do potencial energético dos outros rios pondo o Tocantins em último. Seria assim, um dever, uma obrigação do Estado explorá-lo. Outrossim, e talvez o matiz mais sintomático, o rio não é abordado em seu viés cultural, em sua importância para as populações que habitam o seu entorno e pautam não somente a sobrevivência, mas suas rotinas por ele. A informação des-culturaliza o rio, imprimindo-lhe importância unicamente econômica e produtiva. Sua existência só tem sentido se suas águas puderem ser aproveitadas na engrenagem da máquina de desenvolvimento brasileira.

¹⁰⁸ O Progresso. 14. Jan. 2005.

2.6.- Os panfletos

Para criar a ilusão de que os impactos sociais e ambientais são irrisórios se comparados com todos os benefícios que o empreendimento trará a longo e médio prazo, as empresas e o governo federal articulam toda uma rede discursiva na qual estão envolvidos a imprensa escrita e televisiva, sites nas redes sociais e uma série de folhetos “explicativos” elaborados pela própria empresa responsável pelo empreendimento (ASSIS, 2011).

Esta rede discursiva possui dois objetivos fundamentais: “informar” a população das assim chamadas “vantagens” econômicas e sociais do empreendimento silenciando os diretamente atingidos a partir a ação “educativa” dos folhetos e cartilhas emitidos, cujas imagens e textos “mostram” que a empresa possui preocupações ambientais e com o remanejamento das famílias. Podemos vislumbrar isso na figura ao lado pertencente a um folheto emitido pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) em 2008. A imagem que intercala informações técnicas da hidrelétricas com a paisagem do serrado, juntamente com o rio Tocantins, sugere-nos que o

empreendimento não viria como elemento desestabilizador de toda a paisagem e equilíbrio, mas como mais uma peça nessa paisagem, que mais que transformá-la iria torna-la melhor.

Outro objetivo encontra-se na dicotomização – principalmente a partir da ação da mídia – entre o Consórcio e os impactados que encontram-se insatisfeitos. De um lado ficaria o consórcio responsável pela obra e, do outro, os atingidos. Esta estratégia age no sentido de criminalizar as ações de resistências dos atingidos e coloca-los como entraves ao progresso do

Fig. 09 – Imagens do rio intercaladas com informações técnicas sobre a UHE de Estreito.



país e ao desenvolvimento da região, enquanto que a empresa e o governo assumiriam a posição de agentes desse processo de desenvolvimento sempre dispostos a dialogar de forma razoável com os intransigentes ribeirinhos e movimentos sociais que “não entendem” o processo e sua importância. Essa dicotomia constrói como pano de fundo o dualismo maniqueísta Razão (empresa) versus des-razão (atingidos).

2.7.- Do lugar à posição

Para que entendamos os fios que compõem a tessitura das formações imaginárias é importante que observemos a distinção entre *lugar* e *posição*, ou melhor, a passagem de um a outro. Este traslado dá-se no momento em que o sujeito transita de seu estado sociológico, empiricamente localizado para assumir uma postura imaginária, isto é, quando constrói uma imagem discursiva de si mesmo. Dessa forma, a relação passa de um nível empírico para um estágio simbólico. Posto que “na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições” (ORLANDI, 1999, p. 40). Nesse sentido, será o utilizado o conceito de discurso tal qual é entendido por Michel Foucault, assim como seus efeitos de poder sobre as relações sociais. Conforme Foucault o discurso deve ser visto a partir de uma perspectiva fragmentária, pois ele não tem uma origem eterna; simplesmente aparece na clivagem de outros enunciados formando um sistema de dispersão. Por isso recomenda a concentração na *singularidade de discurso*, em sua irrupção: “não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso trata-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2005, p. 28).

Estas formações imaginárias acabam configurando-se numa espécie de jogo de espelhos no qual o locutor possui uma imagem de si, uma imagem de seu interlocutor, mas também pode antecipar a imagem que seu interlocutor faz dele, portanto, acaba construindo uma imagem diante de outra imagem. Este jogo de reflexão faz com que o sujeito adeque seu discurso à possível imagem que ele pensa ter diante de seu interlocutor para produzir efeitos de verdade. A formação discursiva configura-se como o espaço discursivo no qual o sujeito opera. As regras de funcionamento deste espaço determinam aquilo que pode ou não ser dito, além dos sujeitos que podem proferir certos discursos e aqueles que não são autorizados para tal, isto é, “[...] o jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o aparecimento dos objetos” (FOUCAULT, 2005, p. 37). É no bojo da formação discursiva que aparecem as relações de poder. As formações discursivas podem entrar em conflito e, nesse processo, sofrerem mútuas apropriações estratégicas, posto que os sujeitos precisam criar táticas para conviverem com as contradições que emergem das relações sociais e dos

discursos que subjazem a estas relações. Dessa maneira, as formações discursivas “são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações” (ORLANDI, 1999, p. 44).

2.8.- Formação discursiva (não saia de casa sem ela).

Vejamos como os sujeitos ao falarem, acabam denunciando seus lugares sociais de enunciação (DE CERTEAU, 2011). Posto que, apesar de manterem sua relação com o mundo por intermédio da linguagem, os sujeitos falantes não possuem o controle total dos sentidos que manuseiam. Em outros termos: “o sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (ORLANDI, 1999, p. 32). Dito de outra forma, nosso lugar social perpassa nosso discurso à nossa revelia. Dessa forma, atentemo-nos para a argumentação tecida pelo gerente de meio ambiente do CESTE numa entrevista referente aos impactos das obras concernentes à Hidrelétrica de Estreito, em 2007. Em suas palavras:

Não é sonho de ninguém construir hidrelétrica [...] a gente tem que achar uma forma de crescimento [...] tentar fazer o desenvolvimento de forma mais limpa [...] então se a gente tá pensando no país, que a economia cresça, que o PIB cresça, que tenha uma melhor distribuição de renda, que aumente a renda do país, precisa de energia. E uma fonte de energia que o Brasil tem como mais barata é a hidrelétrica, hidrelétrica, que é uma energia renovável né? [sic]¹⁰⁹.

O discurso do gerente de Meio Ambiente do CESTE utiliza uma tática muito comum em empresas que precisam justificar suas intervenções nas regiões impactadas e os resultados pouco favoráveis às populações dessas regiões, qual seja: a de que os interesses da nação, do país estão acima dos interesses ou direitos das pessoas que compõem este território: “se a gente tá pensando no país...”. Ademais, ele utiliza no início de sua enunciação um artifício retórico para eximir a empresa da responsabilidade e mascarar os interesses econômicos do grupo, pondo-se no papel de simples *canal* ou instrumento para a realização dos anseios do país: “Não é sonho de ninguém construir hidrelétrica [...], então se a gente tá pensando no país...”. Nietzsche nos alerta para estes subterfúgios falaciosos ensinando-nos que as palavras

¹⁰⁹ Gerente de Meio Ambiente do CESTE, 2007.

são mascaradas com as quais os sujeitos se escondem, isto é, “toda opinião é um esconderijo, toda palavra também uma máscara” (NIETZSCHE, 2012, p. 216).

É importante atentarmos para a utilização no argumento de *abstrações generalizantes* que possuem efeito agregador, tais como “país”, “Brasil”, juntamente com categorias que possuem efeitos biopolíticos porque oscilam entre a linguagem econômica e os efeitos dessa economia no cotidiano da própria população. Dessa maneira, o escalonamento entre um discurso técnico vertido a uma suposta vivência concreta, pretende criar uma linguagem que se insinua como solidária aos dois mundos, ou às duas formações discursivas (a do CESTE e à dos ribeirinhos). Por isso o uso de “economia cresça”, o “PIB cresça”, seguido imediatamente para a locução que vai inserir a suposta solidariedade para como o atingido: “distribuição de renda”.

Outrossim, além de produzir um efeito de aproximação entre os objetivos do país e a vida dos atingidos, a utilização da superposição dessas categorias gerais dá ao discurso do gerente do CESTE um molde de irrefutabilidade, posto que ele não está ali para expor os “interesses da empresa”, mas os “interesses do país”. É como se nas entrelinhas de seu discurso ele nos interpelasse com a seguinte inquirição: “que tipo de brasileiro seria capaz de insurgir-se contra o progresso do próprio país?”. Dessa maneira o discurso é “blindado” contra qualquer possível tentativa de refutação. Em outras palavras, “esse mecanismo de antecipação incorpora as objeções do outro, antes que ele as formule para, desse modo, desqualifica-las e fazer com que o outro se cale. É a “língua de madeira”” (LAGAZZI, 1988, p.65).

Outro fator interessante é que no momento em que o interlocutor nos diz que “Não é sonho de ninguém construir hidrelétrica” ele procura isentar-se de toda e qualquer responsabilidade diante dos transtornos sofridos pelas populações na área de impacto da hidrelétrica ou intencionalidade em relação aos retornos financeiros do empreendimento para o consórcio; o efeito de poder de sua construção discursiva nos induz a imaginar que o CESTE é praticamente obrigado por circunstâncias muito maiores e nobres a realizar a obra. Ora, isso “não é sonho de ninguém...”. Parece muito com a abordagem que Foucault (2006) faz daquilo que ele chama da “poder pastoral”¹¹⁰, isto é, aquela relação de poder que produz

¹¹⁰ Conforme Foucault o *poder pastoral* foi introduzido na sociedade romana pelo cristianismo e passou a exercer forte influência doravante sobre a civilização ocidental. A distinção entre o poder pastoral e o poder político tradicional é que enquanto o último estende sua influência sobre o território, o primeiro detém-se na população que ele conduz: “o pastor não reina sobre um território; ele reina sobre uma multiplicidade de indivíduos” (2006, p. 66). E reitera, “o poder pastoral é um poder individualista [...] poder oblativo, poder sacrificial” (2006, p. 67). Esta abordagem teórica do poder é o ponto de partida de suas reflexões posteriores acerca do biopoder e da biopolítica.

efeitos por meio da ilusão de que o pastor sacrifica-se pelo rebanho, ou no caso aqui, que a empresa aceita enfrentar este desafio pelo desenvolvimento do país.

A continuação da frase reforça o caráter urgente, quase inexorável da construção da hidrelétrica, que não seria um projeto de vida, mas uma necessidade *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Então, ele arremata a argumentação fazendo menção a duas categorias que se encontram na ordem do dia: desenvolvimento e meio ambiente. O discurso do gerente de Meio Ambiente do CESTE utiliza palavras como “crescimento”, “desenvolvimento de forma mais limpa” e “energia renovável” para escamotear os prejuízos ambientais e sociais ocasionados por construções desta monta e utiliza novamente a “língua de madeira” ao lançar mão de um estilo retórico vazio em termos explicativos, mas bastante eficaz quando não se tem informações sólidas sobre o assunto, ou quando se quer fugir de uma “sinuca intelectual”, qual seja: utiliza categorizações gerais para explicar uma situação local enfatizando que os impactos ocasionados pela construção da hidrelétrica, (tais como a saída compulsória das famílias de localidades nas quais alguns viveram por cinquenta anos, a mortalidade de peixes nos lago, o alagamento de áreas enormes, o inchaço populacional das cidades atingidas, a dificuldade dos atingidos de reconstruírem suas vidas em locais com condições diferentes e mais difíceis do que as antigas moradias, o represamento do rio, e assim por diante) são irrelevantes se comparados os lucros e benefícios em termos nacionais como “o crescimento da economia de do PIB” que “tenha uma melhor distribuição de renda, que aumente a renda do país”.

Slavoj Zizek denuncia esta postura, à qual chama cínica¹¹¹ pelo fato do interlocutor não obstante ter ciência de todas as ressonâncias nefastas do processo, manter um discurso a favor da construção e ainda tecer um argumentação que desqualifica os impactos tornando-os irrelevantes se comparados com as consequências financeiras para “o país”. Conforme o filósofo esloveno, nos convidando a fazer uma leitura sintomática¹¹² deste tipo de discurso:

Nos dias atuais, é o cinismo: com desconcertante franqueza, “admite-se tudo”, mas esse pleno reconhecimento de nossos interesses não nos impede, de maneira alguma, de persegui-los; a fórmula do cinismo já não é mais o clássico enunciado marxista do “eles não sabem, mas é o que estão fazendo”; agora é “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo (ZIZEK, 1996, p. 14).

¹¹¹ Conforme Zizek, o ponto de partida para a crítica de um discurso falacioso é justamente despertarmos para o fato de que “é muito fácil mentir sobre o disfarce da verdade” (ZIZEK, 1996, p. 14).

¹¹² É esta perspectiva de Zizek que, a nosso ver logicamente, solidariza-o com a tradição da modernidade desde Marx, passando por Nietzsche e chegando a Foucault, de que a filosofia é essencialmente a tentativa de problematizar nossa relação com a verdade e a de fazermos um constante diagnóstico de nosso presente. Vale lembrar, todavia, que não obstante dizer-se marxista, Zizek possui uma esmagadora influência hegeliana e lacanianiana.

O que denuncia o caráter autoritário do discurso é justamente o artifício utilizado pelo entrevistado de esconder-se atrás do que ele deu a entender que seriam as necessidades do país, vejamos as locuções utilizadas: “**a gente tem** que achar uma forma de crescimento”, “**se a gente tá** pensando no país”. Na última frase a utilização da partícula condicional “se” não é aleatória porque força a uma conclusão: a construção da hidrelétrica. Ademais, esse “a gente” cria um efeito duplo: inclui todos no empreendimento e inquirir aquele que ouve o discurso a aderir forçosamente a ele, porque o “a gente” pode ser entendido como “vocês”: “se vocês estão pensando no país (porque nós já estamos fazendo isso)”.

Para terminar, o discurso do representante do Consórcio Estreito Energia reproduz a linha diretiva do discurso desenvolvimentista que assola o país e que entende que o progresso e o desenvolvimento só podem ser alcançados a partir do crescimento econômico e do constante aquecimento do mercado, as outras esferas como o desenvolvimento humano e social seriam apenas o resultado da equação. Por isso o constante uso da condicional e do imperativo. Ao término deste trecho da entrevista ele utiliza a partícula “**né**” para fechar seu argumento. Este “né” possui o efeito de convite e interpelação: convida o ouvinte a aderir ao ideário exposto na argumentação da anuência ao tom interrogativo com que ela termina. Todavia, age também com uma intimidação porque induz o ouvinte a sentir-se obrigado a tomar como irrefutáveis as informações expostas acima e que por isso, deve concordar com o exposto.

Observemos agora outro enunciado oriundo de uma formação discursiva distinta da primeira e que aborda o progresso por outro viés. Por uma perspectiva mais benjaminiana que entende o progresso como catástrofe. Este é o prisma daqueles que experimentam tal qual o anjo benjaminiano, o progresso como barbárie (BENJAMIN, 1994), que olham para as ruínas antecipadas de suas vidas e são arrastados pelo vento inexpugnável e irreprimível do progresso que se desdobra como barbárie. As populações ribeirinhas atingidas pelas barragens só experimentam a face perversa do progresso, suas ressonâncias mais nefastas. É preciso, assim, “acordar os mortos e juntar os fragmentos” (BENJAMIN, 1994, p. 226). É esta sensação de progresso excludente que emerge no depoimento de dona Francelina, ex-moradora da ilha de São José, que ao ser indagada sobre o que achava do suposto progresso que a barragem traria para a região, responde de maneira cortante¹¹³:

¹¹³ Achei melhor destacar o depoimento de dona França do texto, porque entendi que assim seria melhor de analisa-lo e facilitaria também a leitura da análise.

Que diabo de progresso, né? [...] Progresso o quê? Vai vender energia não é? É o progresso deles e eu não estou precisando disso¹¹⁴.

Distintamente do depoimento anterior, o discurso que agora analisamos utiliza expressões carregadas de estranhamento e exclusão. As palavras de dona Francelina agem como um punhal rasgando um foço entre a visão de mundo do Consórcio Estreito Energia (CESTE) e a maneira como ela entende o progresso, que não diz respeito a ela: “é o progresso deles”. O discurso do gerente de meio ambiente do CESTE é eivado de locuções que procuram agregar, instigar um sentimento de partilha e participação nos caminhos do país – por isso o uso constante de “a gente”; as palavras de dona França, pelo contrário, demarcam muito bem a separação entre “eles”, o CESTE, e ela, a ribeirinha. No discurso de dona França o Progresso é algo tão exógeno que ela declara não precisar dele o que nos mostra que este progresso não é uma categoria universal ou um processo pelo qual todos forçosamente precisam passar, mas é tão somente uma imposição que alcança hegemonia por conta das necessidades das classes dominantes que, por intermédio de vários mecanismos tornam o seu discurso verdadeiro, relegando à marginalidade as outras vozes. Dona França também desconstrói a ideia de que a construção da barragem seria um bom negócio para todos, ao mencionar que o progresso “deles” está ligado a uma variante financeira que não lhe interessa porque não se sente participante e nem convidada a tomar parte neste processo como beneficiária, mas somente sair do caminho do progresso, “o progresso deles”.

A palavra “deles” indica distanciamento, estranheza, a não partilha dos ideais do outro. O consórcio é entendido como uma alteridade incontornável, que não se importa em entender a perspectiva daqueles que estão do “lado alagado” do processo.

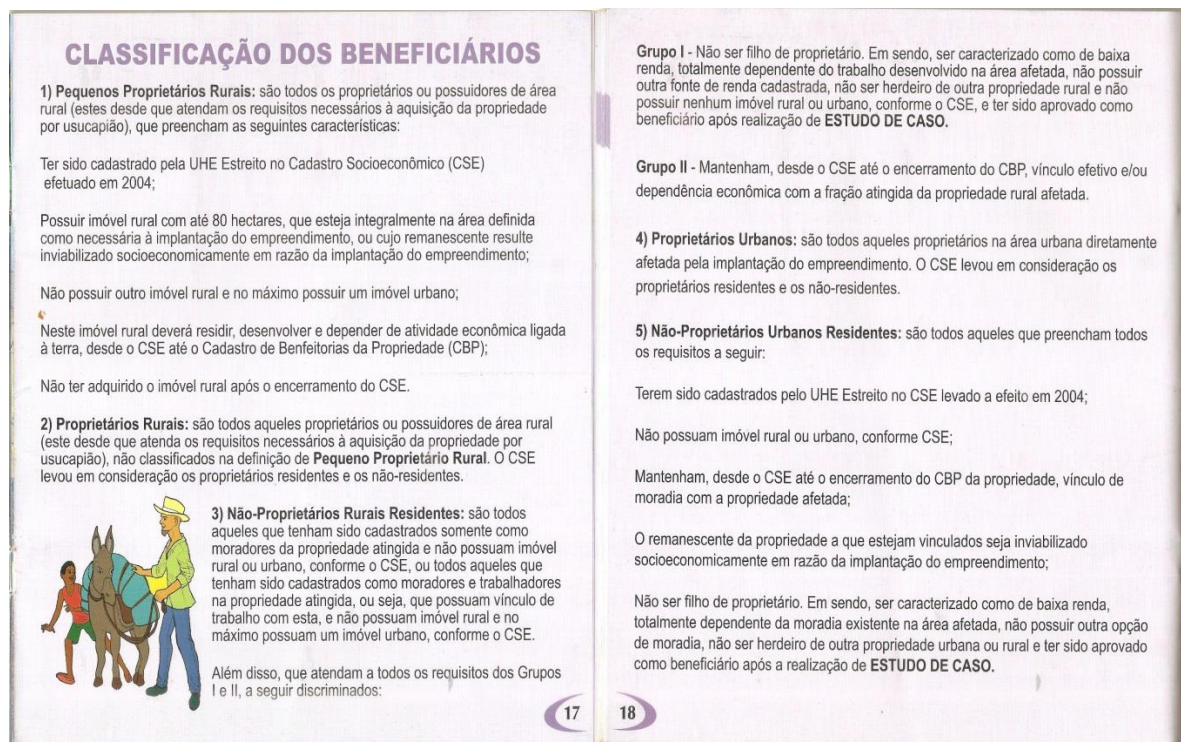
2.9.- A cartilha

Desde que a licença de implantação das obras da hidrelétrica de Estreito foi aprovada, o Consórcio Estreito Energia (CESTE), passou a publicar vários panfletos destinados a fornecer informações sobre o empreendimento e os compromissos da empresa com as comunidades atingidas. Dessa maneira, em 2007, o CESTE emitiu e fez circular nas comunidades rurais e urbanas a sob a área de impacto da construção da usina hidrelétrica de Estreito uma cartilha destinada a informar as famílias acerca dos “benefícios” decorrentes do empreendimento.

¹¹⁴ Francelina Coelho de Sousa (Dona França), 21 de abril de 2008.

A cartilha possui vinte e três páginas que contém, em linhas gerais, informações sobre os programas que viriam a ser empregados pelo CESTE para o realocamento das famílias atingidas pela construção da barragem. No final (entre as páginas 17 e 23) do trabalho ainda há alguns apêndices que denunciam a intenção “pedagógica” do pequeno compêndio. Nas páginas dezessete e dezoito há uma espécie de classificação indicando quem são os beneficiários pelo programa de reassentamento, classificando-os em proprietários urbanos e rurais, não-proprietários urbanos e rurais realizando uma espécie de taxionomia social posto que indica quem faz e quem não faz parte dessas categorias, exercendo assim, uma espécie de subjetivação dos indivíduos. Eis as páginas mencionadas:

Fig. 10 – Classificação dos atingidos com direito a indenizações proposta pelo CESTE.



Fonte: CESTE. Energia uma nova vida: Plano de Remanejamento da População. 2007

Como pode ser vislumbrado acima, a classificação é minuciosa: separa categorias (proprietário rural ou urbano), em seguida as secciona em sub-categorias (proprietário, pequeno proprietário, não-proprietários Rurais Residentes, Não-proprietários urbanos residentes e assim por diante). Este cuidado na organização das diversas “categorias” de beneficiários acabou produzindo alguns efeitos danosos.

O primeiro deles é o de exclusão, posto que quem não encontrava-se “encaixado” numa das categorias acima estaria fora tanto do projeto de remanejamento, quanto das

indenizações. Em seguida temos o efeito de subjetivação dos indivíduos, posto que a cartilha diz, literalmente, aos ribeirinhos quem eles são¹¹⁵, insere-os forçosamente num rol classificatório, cujo pressuposto fundamental é a posse da terra. Assim, a cartilha impõe a subjetividade, seus conceitos “[...] não indicam um significado, impõem uma interpretação” (FOUCAULT, 2008, p. 48). Depois temos o efeito de dispersão e conflito, porquanto, as categorias diferentes receberão indenizações distintas o que, logicamente, significa que uns ganhariam mais e outros, menos. Este último efeito incidiu na divisão entre as famílias, mormente porque boa parte delas não se constituída de proprietários, mas de agregados, isto é, dos filhos que casaram e passaram a viver na propriedade dos pais.

Esse discurso técnico possui tanto respaldo porque em nossa sociedade tudo aquilo que assume ares de cientificidade exerce poder de individualização e construção dos indivíduos. Foucault põe à mostra esta questão e a problematiza ao afirmar a forte relação entre poder e saber e sua capacidade de produzir verdade que incidem diretamente sobre o corpo dos indivíduos tornando-os dóceis e uteis. Ora, “o poder, longe de impedir o saber, o produz. [...] é a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico” (FOUCAULT, 1979, pp. 148-149). Para Foucault, “o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber” (MACHADO, 1979, p. XIX).

A narrativa desenvolvida pelo conteúdo da cartilha lança mão de uma história contada a partir de desenhos nos quais são retratados os representantes do CESTE numa conversa informal e animada com as famílias atingidas pelo empreendimento. Ao lado das imagens são postas as informações concernentes ao empreendimento principalmente as que procuram justificar a saída compulsória das famílias de suas moradias e as “vantagens” decorrentes dessas mudanças. Observemos a primeira imagem:

¹¹⁵ Deleuze e Foucault, num debate datado de 1972, discutem sobre esses efeitos de subjetivação caracterizados pelas relações entre poder e saber que acabam por estereotipar os indivíduos transformando-os em tipos, desumanizando-os. Essas microrelações que facilitam com que o poder atinga o corpo dos indivíduos, tornando-os dóceis, subjetivando-os: “As crianças sofrem uma infantilização que não é delas. Nesse sentido, é verdade que as escolas se parecem um pouco com as prisões” (DELEUZE, apud. FOUCAULT, 1979, p. 73).

Fig. 11 - Imagem da página de apresentação da cartilha de remanejamento fornecida pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE).



Fonte: CESTE. Energia uma nova vida: Plano de Remanejamento da População. 2007

As três figuras humanas da imagem acima estão dispostas estrategicamente para transparecerem jovialidade. Reparemos no sinal de positivo feito pelo rapaz negro da esquerda, o “olá” informa da moça que aparece no centro e na camisa amarela e por fora da calça do jovem da direita. Todavia, ao mesmo tempo em que os sorrisos e disposição de gestos indicam cordialidade, há outros sinais que apontam para uma postura autoritária dos três jovens: Ao mesmo tempo em que o jovem de camisa vermelha acena jovialmente seus lábios sorridentes desferem uma frase imperativa: “explicaremos a você ...”. A declaração não é um convite para o diálogo, mas uma convocação para ouvir as importantes informações que os jovens têm a repassar. Esta atitude é endossada pela frase que sai dos lábios sorridentes do rapaz de camisa amarela e de dedo em riste: “Preste atenção...”. Podemos perceber aqui, como, tacitamente, as táticas de dominação se inserem nas relações sociais, isto é, “[...] como

o político e o linguístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados” (ORLANDI, 1999, p. 38).

Mais curiosa ainda é a postura da moça ao centro. Em sua mão direita ela apresenta um papel, que à primeira vista parece estar deslocado da quadratura geral do desenho, no entanto, se olharmos mais detalhadamente para o contexto enunciativo, chegaremos à ilação de que o papel empunhado pela jovem é o elemento indiciário mais importante do desenho¹¹⁶. Podemos deduzir que a folha de papel é um documento, isto porque em sua margem superior direita consta um sinal que parece ser um carimbo ou um brasão. As três primeiras linhas devem representar o cabeçalho do documento e as que seguem a baixo seu conteúdo. O que diz o documento não importa; a relevância encontra-se no que ele representa. Ele indica que por mais cordial que pareça, a cena retratada no desenho não é uma visita pacífica, mas uma abordagem agressiva e respaldada pela legalidade: o documento apresentado pela moça interpela é o braço do direito que diz aos ribeirinhos que o CESTE está lá legalmente e da mesma forma “legal” os destituirá de suas terras. É neste sentido que Foucault inicia sua preleção inaugural no College de France, mencionando sarcasticamente que todo discurso para ser eficaz, carrega por trás de si o respaldo institucional que lhe outorga o direito de dizer, de impor e de tomar¹¹⁷.

A capa da cartilha já inicia o processo de demarcação discursiva e dos sujeitos a serem produzidos a partir da articulação entre imagem, diálogos e informações técnicas. A frase de maior destaque da imagem abaixo deixa clara a ordem discursiva que os redatores do folheto pretendem instaurar: mais que um título a frase que se instala na parte superior da imagem em letras maiúsculas e em negrito, “**ENERGIA... UMA NOVA VIDA**”, mais que um título pretende soar como alvíssaras, como promessa de uma vida melhor e digna, diferente da anterior. O título utiliza a afirmação de que a construção da hidrelétrica significa uma existência menos sofrida, nega o real resultado do empreendimento, qual seja, obrigar as

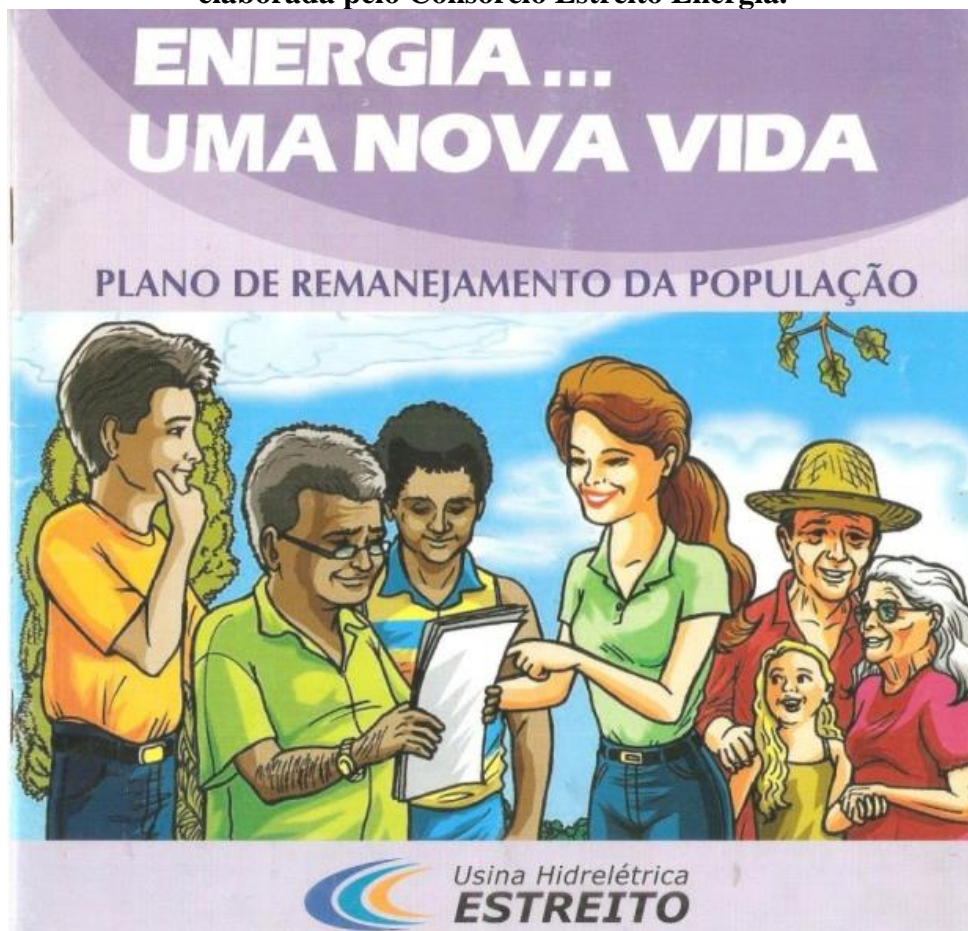
¹¹⁶ Foucault nos aponta para a importância do detalhe e do dever da filosofia de des-banalizar o cotidiano, isto é, o filósofo francês nos incita a atenção para aquilo que é mais aparente, tão à vista, que simplesmente está lá, “jogado” diante de nossos olhos e que por isso mesmo, condição paradoxal, oblitera nossa percepção de sua presença. Ora, “Há muito tempo que se sabe que o papel da filosofia não é descobrir o que está escondido, mas sim tornar visível o que precisamente é visível – ou seja, fazer aparecer o que está tão intimamente ligado a nós mesmos que em função disso, não o percebemos” (FOUCAULT, 2006, p. 44).

¹¹⁷ “E a instituição responde: “Você não tem porque temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas o desarma”” (FOUCAULT, 1996, p. 7). Para Foucault o fato das relações e poder deverem ser observadas pela sua estrutura mais capilar, não anula o papel das instituições, posto que, se somos uma “sociedade de discurso” como ele mesmo afirma mais adiante as instituições (sistema judiciário, escolas, sindicatos, universidades, etc) ajudam a criar o espaço no qual os discursos podem ser ditos ou calados, além de construir os sujeitos que podem se apossar destes discursos.

famílias a saírem de suas casas para que estas sejam transformadas em lago, além de desorganizar todo o sistema de vida das famílias impactadas, mormente no que concerne à sua relação com o rio.

A palavra “NOVA” possui uma forte conotação axiológica posto induz o leitor a entender que o empreendimento retirará o ribeirão de um estado de miséria para dar-lhe dignidade e humanidade emanados da “ENERGIA”, que aqui significa desenvolvimento.

Fig. 12 - Imagem da capa da Cartilha de Remanejamento da População elaborada pelo Consórcio Estreito Energia.



Fonte: CESTE. Energia uma nova vida: Plano de Remanejamento da População. 2007

As nuvens que compõem o firmamento são contornadas por um tom azulado mais ameno que o céu que completa a paisagem de fundo. Esta disposição de elementos sugere um clima de harmonia, totalmente despido de qualquer sinal de conflito. Ora, todos os personagens envolvidos esboçam sorrisos que entram em cumplicidade com a paisagem de fundo.

As imagens da cartilha impõem uma produção de subjetividade identitária dos indivíduos retratados por ela. Em contraponto ao semblante dos representantes do Consórcio Estreito Energia, que possuem olhos abertos indicando clareza, sorriso que repassa confiança e segurança (observemos a moça de camisa verde) além de um rosto “liso”, sem rugas ou marcas do tempo, indicando, juventude e tenacidade que simbolizam a promessa de um futuro melhor, tranquilo e feliz; o rosto dos ribeirinhos, por sua vez, aparece como o triste oposto: são faces sulcadas pelo sofrimento e pela aspereza do tempo, denotando uma vida cozida no labor, no sacrifício da faina diária. Os olhos são baixos, quase fechados.

As imagens propostas pela cartilha procuram induzir o atingido não apenas a “entender” o que é “bom” para eles, mas, de maneira agressiva, a partir da utilização de estereótipos vinculados ao homem do campo e ao ribeirinho, procura impor – não quem eles deveriam ser, mas – “quem” é o ribeirinho. As figuras desenhadas na cartilha impõem um violento “*Tu és isto*” a partir de uma dialética reflexiva, de um mecanismo de espelho, no qual o indivíduo olha para a figura, confronta seu *eu*, enquanto realidade empírica, com um eu artificializado-estereotipado nos desenhos da cartilha, criando uma dialética perversa entre *Innenwelt* (mundo interior) e o *Umwelt* (mundo circundante).

Todo esse cenário discursivo proposto acima, quando confrontado com as memórias dos atingidos e as imagens dos reassentamentos perde toda a sua suposta consistência, mormente porque o discurso dos reassentados, mesmo os que viram a mudança de vida como algo positivo, desconstrói toda a harmonia sugerida nas imagens da cartilha, assim como o caráter redentor que as matérias veiculadas em *O Progresso* deram às propostas de progresso e desenvolvimento que sustentaram a propaganda favorável à barragem.

Enquanto as matérias jornalistas, os panfletos veiculados pelo CESTE e os pronunciamentos e entrevistas das elites políticas e econômicas acabam por formar um universo discursivo monolítico, a memória oral imprime à discussão um tom mais conflituoso, porquanto os depoimentos, por vezes se confrontam ou apresentam contradições internas. Este nuance ajuda-nos a entender que o processo histórico é sempre marcado pelas idiosincrasias emanadas dos atores sociais que nele estão envolvidos.

CAPÍTULO 3.- ILHAS DE MEMÓRIA

*Dei as costas
a meu rio,
vim seguindo meu
país
Vou cumprir a minha
sina
Pois assim a sorte quis
Eu nunca tive
endereço
Só do meu pai
a benção*

Dona Raimunda Marreteira¹¹⁸

Recordamos. Recordamos porque nossa relação com o tempo dá-se pela revisitação às impressões de nossas experiências. Recordamos porque é a sensação de continuidade no tempo que nos oferta a certeza da cerzidura de um eu já tão fragmentado quanto a realidade e clivado em diversos nós. Recordamos porque a necessidade de voltar ao terreno de nossa memória nos assalta, não à maneira do expectador que aprecia os quadros de uma galeria temendo tocá-los para não comprometer sua integridade, contentando-se com a simples fruição de sua beleza. Não. Recordar assemelha-se ao ato furtivo do gatuno que soturnamente retorna ao local de delito para apagar as pistas de sua passagem, recompor os móveis derrubados, deslustrar digitais, fechar gavetas. No entanto, na tentativa de aniquilar os indícios de sua presença, o criminoso apenas a embacia. No esforço de obnubilar-se acaba por produzir outras pegadas, quiçá mais eloquentes, porque são como faróis que indicam aos navegantes que ao redor daquele ponto de luz, existe um mundo submerso por uma escuridão densa, mas frágil. Assim, nós que reclamamos Clio por mãe, precisamos estar atentos à construção da memória. Olhar a memória é estar diante da clareira que, des-vela e re-vela a experiência do passado. E o que constitui a memória não é somente a capacidade de recordar¹¹⁹, mas as relações de poder que articulam a dialética entre o ato de lembrar, o

¹¹⁸ Maria Raimunda da Silva Oliveira. Morava na ilha de São José desde 1953. Na época da entrevista, abril de 2008, tinha 70 anos.

¹¹⁹ Isto foi devidamente problematizado no *Funes*, de Jorge Luís Borges, conto no qual o escritor argentino relata a insólita história de um jovem camponês que, após uma queda de cavalo, perdeu a capacidade de esquecer e mergulhou num mundo bizarro em que o tempo do recordar coincidia com o tempo da vivência. Cf. BORGES, Jorge Luís. *Funes, o memorioso*. In. BORGES, Jorge Luís. *Ficções*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

esquecimento¹²⁰ e a própria tecnologia da re-presentation dos eventos. Nessa perspectiva, é importante atentar-se não apenas ao que está visível, mas também às ausências, aos lugares vazios, que por vezes, são mais eloquentes do que as palavras que se evidenciam, pois, “os elementos presentes no texto são reforçados pelos que se ausentaram” (ISER, 1996, p. 17).

O fragmento de poema que compõe a epígrafe deste capítulo é também um fragmento de memória. Sua autora chama-se Maria Raimunda da Silva Oliveira. Por conta da profissão de seu falecido

marido, um mascate que,

dentre outras coisas, vendia

marretas, ficou mais

conhecida como Maria

Marreteira¹²¹. Ela também

morava num lugar

conhecido por “Ilha de São

José”. Assim como dona

Maria Marreteira, os

habitantes desta localidade

foram obrigados a deixa-la

porque se encontravam na

área de impacto de uma

usina hidrelétrica localizada

na cidade de Estreito, no Maranhão. Suas terras, animais roças e casas; suas relações, enfim,

suas vidas, estavam no caminho do progresso da região. A última turbina da hidrelétrica

começou a funcionar em 2012 e os moradores da ilha tiveram que deixar a ilha em 2010.

Este é (era) um poema oral. É fruto da tradição repassada boca a boca, de uma experiência que se mantém na memória¹²² e é repassada pela linguagem, posto que “há uma

Fig. 13 – Raimunda Marreteira



Fonte: Cícero Júnior, 2008.

¹²⁰ O médico e neurocientista Iván Izquierdo defende que a construção de nossa identidade e a dinâmica de nossa subjetividade são marcadas tanto pelo que recordamos quanto pelo que esquecemos. Conforme suas análises a rememoração é uma atividade fragmentária e portanto, constantemente reconfiguradora de nossas experiências. Segundo ele, somos aquilo que lembramos e também o que esquecemos, ou seja, somos “alguém que é quem é porque se lembra de certas coisas e não de outras. Cada um de nós é quem é porque tem suas próprias memórias – ou fragmentos de memórias [...] Talvez o esquecimento seja o aspecto mais predominante da memória” (IZQUIERDO, 2010, pp. 16-17).

¹²¹ Maria Raimunda da Silva Oliveira. Morava na ilha de São José desde 1953. Na época da entrevista, abril de 2008, tinha 70 anos.

¹²² Michael Pollak afirma que a memória individual ou coletiva possui dois elementos constitutivos: os acontecimentos *vividos pessoalmente* e os *vividos por tabela*, quer dizer, episódios pelos quais passou a comunidade à qual pertence o indivíduo. Esses episódios foram tão relevantes que criam um processo de

permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, p. 09). Sua autora/transmissora nunca o escreveu. Portanto, a forma como os versos estão encadeados procurou seguir o ritmo que a oralidade de nossa interlocutora deu-lhe quando o recitou. Dispor o poema no papel já é interpretá-lo. A forma como os versos estão encadeados nos indica o jogo dialógico do velar/des-velar da linguagem: “Dei as costas... (a quem ou a quê?), o verso subsequente nos des-vela: “a meu rio”. O poema não tem um “nome” que o preceda o lhe atribua seguridade. A única coisa a seu favor é a percepção plena e totalizante – *Aisthesis* – do ser que emerge do jogo da linguagem com a experiência da fratura, do desterro. É nesse sentido que Heidegger argumenta que “a grandeza de uma obra consiste, na verdade, em que o poema pode negar a pessoa e o nome do poeta” (2008, p. 13) É uma beleza nua, despida de notoriedade, e que se aloja na habitação do ser: a linguagem (HEIDEGGER, 1991).

“dei as costas a meu rio”

Dar as costas não é apenas partir, mas romper com o mundo de outrora. É convidar para a ausência, é fraturar o mundo. Fraturar é deixar o mundo para traz, mas leva-lo na memória sob o signo da saudade. O poema toma-nos pela mão para introduzir-nos no mundo da autora, em seguida, nos larga, nos deixar ir, para ver o que fazemos com seus versos, quais possibilidades ontológicas podemos articular e provocar a partir de sua leitura. Sua estrutura fragmentada nos introduz numa fissura aberta pela fratura da realidade. A fratura é um rompimento brusco, traumático e que deixa estilhaços e é neles que reside a memória enquanto experiência de desterro, de partida e de errância constante. Fala-nos de dona Raimunda Marreteira que precisou virar às costas a seu rio a fim de não vê-lo afogar seu lar para gerar “energia para o país”. Raimunda Marreteira rememora para libertar-se do presente angustiante e manter a relação com “seu” rio. Ao denomina-lo de coisa sua, minha

identificação tão maciço que o indivíduo não consegue saber se realmente participou ou não do acontecimento, “a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo” (POLLAK, 1992, p. 2). É como se fosse uma memória herdada, à qual somamos nossa experiência, muito parecida com o *Narrador* benjaminiano que acopla sua experiência à narrativa da mesma forma que o oleiro imprime as marcas de suas mãos nos vasos que produz. Cf. BENJAMIN, 1994a; 1994b. *Crasso modo*, isso define a tradição oral, que se calca na memória, mas seu transmissor não precisa necessariamente ter vivido o acontecimento; ele o comunica enquanto tradição, enquanto re-presentação de um passado com o qual ele se identifica por causa da comunidade à qual pertence.

interlocutora atribui ao rio um movimento de pertença e introdução deste em seu mundo. Os versos propõem um diálogo entre o enunciado e o silêncio, entre o dito e o não-dito¹²³:

“vim seguindo meu país”

“Seguir” é avançar após a abertura de um caminho. É caminhar por uma trilha que foi aberta por outrem, à revelia da vontade da caminhante e da qual ela não pode esquivar-se, pois às suas costas só há um rio que dona Marreteira não escolheu deixar. Deu as costas porque precisou seguir seu país, o progresso do país, seu desenvolvimento configurado na barragem. O verso evoca a ação de alguém que acompanha os rumos de sua pátria, que caminha pelas trilhas abertas por outrem e que não caminha ao lado, mas atrás, seguindo, tomando um norte que não é apontado por sua vontade, “pois assim a sorte quis”. Seguir não implica que o objeto seguido lhe esteja a espera; segue-se porque não se tem mais escolha, segue-se para não ficar para trás, perdido. Aderir aos caminhos do país é, aqui, uma atitude forçosa, é assumir um compromisso que não é seu: seguir o progresso é não ter alternativa a ele. O poema nos pro-voca, com-voca e e-voca. Pro-vocar é chamar para a vizinhança é pôr-se face a face, é a palavra que se apresenta diante de nós e nos convida a não sermos indiferentes a ela; Com-vocar é também um chamado, de outra conotação, todavia: é um convite a habitar a linguagem, a partilhar o mundo do autor trans-figurado no poema, que já é outro mundo.

O ouvinte-leitor-receptor acolhe esse mundo e oferta-lhe o seu: Não se partilha a dor do autor do poema, mas a dor do leitor que se i-realizou no poema, isto é, o desterro, a sina e a errância de dona Marreteira tornam-se o meu desterro, a minha sina e a minha errância a partir de meu mundo enquanto contexto de sentido e significação. O sentido evocado pelo poema escapa à quadratura histórica e nos convida a partilhar da dor de dona Marreteira pelo prisma de nossa dor; ele diferencia e catalisa a um só tempo, pois “a dor dilacera, corta e diferencia, só que ao fazer isso arrasta tudo para si, reunindo tudo em si” (HEIDEGGER, 2008, p. 21).

A memória se abraça à linguagem que, por sua vez, nos envolve e conduz à temporalidade. Pois, se a memória atualiza o passado, isto é, realiza seu modo de ser enquanto tal, sua vigência, é a linguagem que se nos apresenta como acesso a ele. A “benção do pai” é a tradição oralizada no verso. Esta não é a primeira barragem da qual Dona Maria Marreteira

¹²³ Preferi utilizar-me deste neologismo porque entendo o não-dito como uma categoria explicativa, um conceito, qual seja, o de que o não-dito aponta para aquilo que está lá, mas não é mencionado, é a presença ausente, é aquilo que se esconde por trás do enunciado.

foge. A barragem não é mencionada no poema, mas aloja-se em cada verso: é um rastro, uma ausência que se faz presente no silêncio que se abate sobre ela, “e assim o mundo presente no texto é apontado pelo que se ausenta e o que se ausenta pode ser assinalado por sua presença” (ISER, 1996, p. 17). Mas eis que emerge na migrância, no sair compulsoriamente daquilo que é seu, no “voltar as costas” ao rio e em “seguir o país”:

“eu nunca tive endereço”

Não há, assim, uma relação de pura referencialidade, posto que não é do rio propriamente dito ou da barragem que nos fala dona Maria Marreteira, mas de sua relação com essas categorias. De sua experiência de migrância, da precariedade, da insegurança, da incerteza; da des-territorialização constante, marca dos impactos dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil. É nesse sentido que os versos de Raimunda Marreteira alcançam a força social que lhe outorga a necessária *representatividade* que, pode ser cotejada bem mais no plano oral/textual do que em sua trajetória biográfica¹²⁴. Ou seja, quando minha colocutora teceu diante de mim suas memórias, ela o fez a partir de sua localização no mundo e utilizando como tinta toda a sua experiência de vida, as relações que travou ao longo de sua existência. Portanto, ela não narra do interior de uma individualidade pura, nem de uma coletividade homogeneizadora, mas da mediação social de suas experiências individuais. Assim, todos aqueles que moram no entorno dos rios passam a conviver com a possibilidade da construção de hidrelétricas e de seu conseqüente desterro, mesmo se objetivamente nunca tenham sido acenados projetos desta monta para sua região.

A memória demarca espaços, define estratégias de resistência ajuda a corroborar ou corroer esquemas identitários. Assim como no trato com os documentos, é preciso também escalonar a memória, entender sua tecnologia de formação e identificar as relações de forças que implicam a recordação, levando em consideração que qualquer documento é um ato de memória, tanto no que diz respeito à sua confecção, quanto à sua permanência no lugar. Em outras palavras, o pesquisador precisa estar atento à pergunta que o entrevistado faz, inconscientemente, a si mesmo, qual seja: “que história desejo contar, quando rememoro, diante de alguém, um acontecimento no qual estou diretamente implicado?”. Isto nos sugere que os eventos investigados constituem-se como produtos das fontes, sejam elas orais ou

¹²⁴ Não se quer dizer com isso que estas duas esferas da experiência se excluam mutuamente, ao contrário, estabelecem ressonâncias entre si. Todavia, no momento da análise, uma, no caso de dona Marreteira a esfera textual, acaba sobrepondo-se à outra.

escritas, e não como fenômenos imediatos a elas (HARTOG, 2011). Enfim, o fato enquanto acontecimento é condição necessária à produção das fontes, porque elas são o seu registro. No entanto, é exatamente porque registram os fatos – e sempre a partir da perspectiva e enraizamento social daquele que registra/relata – que as fontes articulam-se como condição de possibilidade desses mesmos fatos, que, cabe reiterar, se nos apresentam filtrados e *narrativizados*. E é justamente nesta estrutura que se encontram as relações de força que nos interessam. A história é sempre a história de quem conta.

Recordar não é um ato neutro; é apropriar-se socialmente das experiências dos fatos no tempo. Mais ainda: é ler o acontecido depois de ter-se banhado nas cálidas águas das experiências transcorridas após o fato recordado. Assim, recordar é estabelecer com o passado, um diálogo conflituoso entremeado por relações de força que acabam por estabelecer o que é conveniente lembrar ou esquecer. A memória é assim, um ato individual, mediado por categorias sociais e culturais. Ora: “A representação sobre o que seja uma “memória” é, portanto, inextricável de seu uso social e a *mnemotecnia* ou as artes de memória constituem uma preciosa via de acesso à interpretação das culturas” (DUARTE, 1983, p. 28). Por esta forma deve-se atentar para duas nuances importantes de enquadramento da memória. De um lado, existe uma dinâmica de esquecimento e subsunção inerente ao ato de rememorar, que de quando em quando, acaba sofrendo rearranjos, junções¹²⁵. Walter Benjamin nos ensina que lembrar é, paradoxalmente, esquecer: o memento e o olvido são o alicerce de nossa experiência. Benjamin no intuito de definir com mais precisão o ato de rememorar utiliza a bela metáfora, às avessas, de Penélope que durante o dia tece sua mortalha para a noite desfiá-la. Assim, no esforço de rememorar “[...] em que a recordação é a trama e o esquecimento a urdidura [...] cada manhã, ao acordarmos [...] seguramos em nossas mãos apenas algumas franjas da tapeçaria da existência vivida, tal como o esquecimento a teceu para nós” (BENJAMIN, 1994a, p. 37).

Por outro lado, aparecem também omissões intencionais, silêncios dispersivos que apontam para intensas relações de poder que circulam no memento e se manifestam no momento em que os sujeitos sociais passam a contar suas experiências de determinado fenômeno, e se dão conta que o movimento duplo de construção/desconstrução da experiência histórica feita pela memória e materializada no discurso, envolve diversas relações de força

¹²⁵ Freud debate esta questão em vários de seus escritos e argumenta que o trabalho da memória não é o de trazer à tona o passado, mas de re-significá-lo, torna-lo “suportável” por conta dos possíveis traumas que a experiência pode ter causado no indivíduo. Em sua acepção: “O material presente em forma de traços de memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um *rearranjo* segundo novas circunstâncias – a uma *re-transcrição*. [...] a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos [...] ela é registrada em diferentes espécies de indicações” (FREUD, 1996, p. 281).

que canalizam suas argumentações para a manutenção de visões de mundo que, mais que verdadeiras, querem-se hegemônicas. Acerca disso, Pere Petit afirma que:

Os discursos que podem ser orais ou escritos, devem ser interpretados como práticas sociais que são dirigidas a um público específico (uma ou mais pessoas), cuja análise, como recurso metodológico, deve obrigatoriamente elucidar o momento histórico no qual uns ou outros discursos foram produzidos (PETIT, 2003, p. 250)

O autor supracitado continua sua argumentação reiterando que atentar para esta característica da relação entre memória e discurso é fundamental para quem escolhe atores sociais diretamente envolvidos no fenômeno estudado como fonte histórica principal. Posto que seus discursos, por vezes conflitantes, formam-se no interior do fenômeno e não de fora e, nesse sentido, são elaborados para sustentar suas visões de mundo e imbuir suas ações de positividade lógica. É por esta perspectiva que podemos entender os discursos como “formas de ação dos indivíduos na sociedade” (PETIT, 2003, p. 251) e que só podem ser entendidos se examinados a partir da conjuntura na qual foram enunciados.

Para melhor organizar o “emaranhado de experiências”, “a urdidura de sensibilidades” com as quais me vi face a face e concatenar de maneira inteligível a aparente dispersão discursiva que se me apresentou durante os depoimentos de meus colocutores, decidi traçar o caminho teórico-metodológico que conduziu-me ao trabalho com a História Oral, entendida como “[...] um gênero de discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma que cada uma fala para a outra sobre o passado” (PARENTE, 2006, p. 300), apontando para articulação entre aquele que narra sua história e aquele que escuta para, posteriormente transformá-la em um texto historiográfico de maior alcance crítico, porquanto “uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão” (THOMPSON, 1992, p. 25).

A utilização de fontes orais permitiu-me vislumbrar o processo de construção e efetivação da Usina Hidrelétrica de Estreito pela ótica dos atingidos. Dessa maneira, a partir de seus depoimentos, tentei entender a magnitude dos impactos sociais, culturais e ambientais da barragem de Estreito no modo de vida dessas populações e quais as ressonâncias de todo o processo na memória dos atingidos, mormente as famílias ribeirinhas; e compreender também como essas populações abstraem seu passado a partir do conflito, da negociação e da superação do trauma causado pelo processo de desterro e realocação. Dessa forma, a utilização da História Oral torna-se salutar por nos possibilitar a exploração de espaços

existenciais importantes, assim como entender a maneira como os indivíduos constroem sua subjetividade em relação constante com os conflitos pelos quais passam.

As narrativas dos ribeirinhos ajudaram-me a observar que o processo de confronto entre eles e CESTE não se deu de forma binária, mas foi tomando corpo a partir do momento em que os moradores da ilha de São José foram se conscientizando não apenas das implicações territoriais do represamento do rio, mas essencialmente dos reflexos econômicos e sociais que a hidrelétrica lhes causaria. Assim, é importante ressaltar que as estratégias de resistência não se manifestam somente em conflitos abertos, mas, e talvez, mormente, nos gestos e ações mais sutis que nosso olhar teima em passar por cima.

3.1.- Os Narradores de José¹²⁶

As entrevistas foram realizadas entre abril de 2008 e fevereiro de 2014, portanto preenchem as diversas fases do processo que vão desde os rumores acerca da construção da barragem e as primeiras abordagens do Consórcio Estreito Energia aos moradores da ilha até a distribuição dos moradores nos reassentamentos. Os seis anos que transcorreram entre elas permitiram confrontar os depoimentos cotejados a fim de detectarmos mudanças e permanências em relação à hidrelétrica, bem como comparar a impressão das moradias atuais nos reassentamentos com a vida que os moradores levavam na Ilha de São José.

No transcurso da pesquisa foram entrevistados diversos moradores de várias idades e gerações. Na cerzidura do texto fui privilegiando ora as vozes dos mais velhos, ora as vozes dos mais novos. A escolha tomou esta direção porque os velhos, além de serem os depositários da memória do lugar, são também os mais impactados, pelo fato de terem residido na terra há mais tempo e estabelecido com ela uma ligação mais profunda, que vai para além do morar simplesmente¹²⁷. Fincaram raízes e construíram relações longevas que com os remanejamentos tornaram-se difíceis de serem mantidas, posto que nem todos foram remanejados para as mesmas localidades e a distância entre os reassentamentos é

¹²⁶ Este subtítulo inspira-se no filme dirigido por Eliane Caffé, “Narradores de Javé” e procura estabelecer ressonâncias oblíquas com ele, posto que esta película conta a história dos moradores de um povoado chamado Javé que foi inundado pelas águas de uma hidrelétrica. Na tentativa de evitar o alagamento os moradores contratam um funcionário dos correios - Antônio Biá – para registrar as memórias dos moradores acerca da fundação do povoado. O filme é assaz interessante porque põe em debate os conflitos e interconexões entre história e tradição orais, a importância do mito de origem na articulação da memória do lugar e, evidentemente, as relações de poder que perpassam a escrita da história, posto que, é o historiador, em última instância que escolhe, seleciona, “truca” e recorta os depoimentos que entende como mais pertinentes e representativos. Cf. NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé, Bandeira Filmes.100 minutos, cor, 2003.

¹²⁷ Vamos nos debruçar sobre este assunto com mais acuro no tópico sobre a Dádiva.

considerável¹²⁸. Os mais novos, seus filhos e netos, foram ouvidos na medida em que foi importante também entender como eles sentiram os impactos, mas acabaram por retomar a vida com mais facilidade, mormente porque estão mais próximos de artifícios da modernidade – celulares, televisão, etc – que a vida no reassentamento acabou por facilitar. Assim, essas memórias possibilitaram-me compreender tanto a forma como eles foram criando estratégias para sobreviver à barragem, no que concerne ao processo de desterritorialização até o recomeço da vida nos reassentamentos. As conversas que tivemos ajudaram-me a compreender que fatos só seriam “objetivos”¹²⁹ se acontecessem “sozinhos”, isolados sem homens para se darem conta deles – portanto, uma impossibilidade; no momento em que entra em foco o olho humano, entram também as experiências e tendências do corpo que acompanha este olho. Portanto, os fatos são multiplicados pelos homens, seja por aqueles que testemunharam, seja por aqueles que ouviram. Ora, a fonte oral “exibe [...] a força de todo um destino pessoal” (VILANOVA, 1994, p. 48). Destarte, os principais atores sociais que me confiaram suas memórias foram os seguintes:

¹²⁸ Do reassentamento Mirindiba, em que esta pesquisa foi feita, que localiza-se a 18 km de Araguaína, no sentido de quem vai a Brasília, ao reassentamento Baichão, que fica na região de Babaçulândia, são aproximadamente 62 km.

¹²⁹ Alessandro Portelli (1996) denomina a tentativa das ciências humanas em tornarem os fenômenos que estudam entidades assépticas e insistirem numa pretensa neutralidade por parte do pesquisador, de “ambígua utopia da objetividade” (PORTELLI, 1996, p. 59), defendendo a importância da subjetividade para quem trabalha com fontes orais, que ao contrário de ser um óbice para um trabalho científico, proporcionaria, na verdade, maiores possibilidades de leituras interessantes da história. Mercedes Villanova (1994), por seu turno, enfatiza a relevância de enfatizar a subjetividade, mas não esquecer o auxílio que nuances objetivas, como as estatísticas, podem proporcionar, mesmo que como contraponto. Ademais, conforme a historiadora espanhola, o recurso às fontes orais torna a historiografia contemporânea mais completa. Do “outro lado do rio” o filósofo Slavoj Žižek também problematiza a pretensão de objetividade argumentando que as regras objetivas que determinam o mundo social são elaboradas pela inteligência humana, que é objetiva, tornando, assim, a objetividade uma invenção da subjetividade. Dessa forma, “[...] as determinações “objetivas” da realidade social são ao mesmo tempo determinações “subjetivas” do pensamento (determinações dos sujeitos presos nessa realidade) e, nesse ponto de indistinção (em que os limites de nosso pensamento, seus impasses e contradições, são ao mesmo tempo os antagonismos da realidade objetiva social em si)” (ŽIZEK, 2012, p. 10). Assim, nossas interpretações “objetivas” dos fenômenos nada mais são do que o resultado de nossas reações subjetivas a estes fenômenos.

3.1.1.- Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha)

Maria dos Anjos Nunes da Silva, mais conhecida como Maria da Ilha, nasceu em Cajueiro no Estado do Tocantins. Tem cinquenta anos e morava na Ilha de São José desde 1985. É casada com José Carlos Alves da Silva que, no entanto atende por Leonardo. Filiou-se ao *Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB* em 2004, quando iniciaram os rumores referentes à construção da barragem de Estreito. Teve papel importantíssimo nas negociações entre uma parte dos moradores da Ilha de São José e o CESTE, mormente no que concerne ao reassentamento Mirindiba em que vive hoje com a família. Pela sua militância política no MAB, os depoimentos de Maria da Ilha são os mais articulados, possuem uma linha ideológica bastante demarcada. No início de 2014 concluiu o Curso de Técnico em Meio Ambiente com ênfase em saúde ambiental das populações do Campo, promovido pelo MAB em parceria com o MST. Como Trabalho de Conclusão de Curso escreveu um pequeno relato sobre a história da Ilha de São José.

Fig. 14 - Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha)



Fonte: Cícero Júnior, 2013.

3.1.2.- José Carlos Alves da Silva (Seu Leonardo)

Nascido e criado na Ilha de São José, seu Leonardo tem 55 anos. Não teve presença ativa durante as negociações acerca dos reassentamentos e mesmo durante as manifestações contra a barragem, limitando-se a ir aos acampamentos de quando em quando. Todavia, suas memórias tornam-se importantes na medida em que presenciou e

Fig. 15 - José Carlos Alves da Silva (Seu Leonardo)



Fonte: Cícero Júnior, 2013.

envolveu-se em pequenos conflitos com os funcionários de CESTE durante a desocupação da ilha.

3.1.3.- Francelina Coelho de Sousa (Dona França).

Francelina Coelho de Sousa, também chamada de dona França. Seu padrasto era vaqueiro e foi um dos primeiros colonizadores do lugar, chegando em 1940. Mudou definitivamente com a família para a ilha em 1948; Nos dias atuais reside numa propriedade próxima ao lugar no qual repousava a Ilha de São José.

Fig. 16. - Francelina Coelho de Sousa, “Dona França”.



Fonte: Cícero Júnior, 2008.

Fig. 17. - Francelina Coelho de Sousa, “Dona França”, atualmente.



Fonte: Cícero Júnior, 2014.

Fig 18 -. Atual residência de Dona França.



Fonte: Cícero Júnior, 2014

3.1.4.- Raimundo Carvalho Pereira e Adelaide Pereira Carvalho

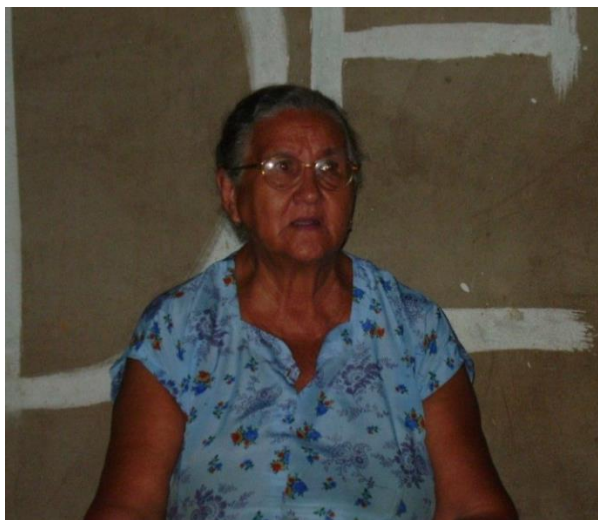
Raimundo Carvalho, chamado também de Raimundo novato, é irmão de dona França. Começou a andar pela Ilha de São José em 1952 com o pai que era vaqueiro. Em 1973 mudou-se definitivamente para a Ilha com a esposa, Adelaide Pereira Carvalho. Atualmente, moram em Marabá, mas tem uma filha que mora no reassentamento Mirindiba. Vai com frequência a Araguaína por ocasião do tratamento médico de dona Adelaide.

Fig. 19 - Raimundo Carvalho Pereira (Raimundo Novato)



Fonte: Cícero Júnior, 2008.

Fig.20 - Adelaide Pereira Carvalho, esposa de Raimundo Novato



Fonte: Cícero Júnior, 2008.

3.1.5 Raimundo Vicente

Fig. 21 - Raimundo Vicente



Fonte: Cícero Júnior, 2005.

Raimundo Vicente morou mais de cinquenta anos na Ilha de São José. Chegou ao lugar com o pai em 1953, a procura de terras mais cultiváveis. Algum tempo depois o pai foi embora e Raimundo ficou, casou e criou filhos e netos às margens do rio Tocantins. Atualmente mora em Mirindiba. Vive das roças de milho e mandioca, do cultivo de frutas e hortaliças e da criação de algumas cabeças de gado. Uma de suas filhas mora no reassentamento com a família. Os dois filhos trabalham e residem em Araguaína.

Os colóquios foram norteados a partir de entrevistas temáticas¹³⁰. Escolhi conduzir a pesquisa por este caminho, por entender que se a biografia dos entrevistados não deixa de ser relevante, porém, interessava-me na medida em que a barragem passa a compor sua tessitura. Dessa forma a Entrevista Temática apresentou-se como tática metodológica mais adequada por proporcionar recortes mais incisivos, que privilegiam eventos pelos quais passou o indivíduo, o que seria mais coerente com trabalho em questão, porquanto, o objetivo central não é a trajetória de vida do entrevistado, mas a experiência que teve do fenômeno estudado (ALBERTI, 2005), isto é, como este fenômeno redirecionou esta trajetória, isto é, o que interessa é entender como o entrevistado viu, presenciou e relacionou-se com as mudanças sociais e ambientais decorrentes da implantação da barragem de Estreito.

É claro que ao enveredar pelo caminho da entrevista temática não dispensei a trajetória de vida do entrevistado: esta ficou em um plano secundário, complementar, pois, no mais das vezes, para entendermos a percepção que o entrevistado possui do fenômeno é fundamental que entendamos de que maneira a sua história estabelece ressonâncias com ele. Ora Thompson (1996, p. 302) corrobora esta assertiva ao lembrar-nos que, “[...] a evidência, em cada história de vida, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo”. Em outras palavras, a experiência social não se dissocia da vida individual, por isso, haverá sempre fragmentos da experiência individual do narrador, quando ele nos relata um fato. Ora, em boa parte dos relatos o rio está sempre presente, como parte da vida dos moradores. Por outro lado, quando ele nos conta sua vida, esta será inevitavelmente arranhada pelos acontecimentos que lhe são coetâneos. A análise dos versos de dona Raimunda Marreteira, empreendida acima, serve para reforçar este postulado. Seus versos, cotejados da tradição oral, expressaram a apropriação de um acontecimento que marcou não só a ela, mas toda uma comunidade. Assim, não obstante termos como foco os impactos da UHE de Estreito na memória dos ribeirinhos, lançarei mão, se parecer oportuno, de recortes de suas histórias de vida que necessariamente não têm a ver com o empreendimento em si, mas que tornam possível sua inteligibilidade, posto que:

¹³⁰ É importante levar isso em conta porque há algumas distinções entre as *Entrevistas Temáticas* e as de *História de vida*. As primeiras concentram-se na relação entre o entrevistado e o tema escolhido, no caso aqui, de que forma a hidrelétrica de Estreito interviu na experiência dos ribeirinhos e como eles lidaram com o processo de sua construção e os impactos decorridos desta. A entrevista temática é um recorte na vida do entrevistado. A *História de Vida*, por seu turno, se debruça sobre “o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando por diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou” (ALBERTI, 2005, pp. 37-38). As duas abordagens, no entanto, não são excludentes, mas complementares, pois no interim das entrevistas é muito comum adentrarmos na trajetória de vida de nossos colocutores, assim como durante uma entrevista de cunho biográfico é comum serem-nos apresentados diversos eixos temáticos.

Apesar dessas diferenças, ambos os tipos de entrevista de história oral pressupõem a relação com o método biográfico: seja concentrando-se sobre um tema, seja debruçando-se sobre um indivíduo e os cortes temáticos efetuados em sua trajetória, a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e sua experiência (ALBERTI, 2005, p. 38).

Nesse sentido é fundamental ressaltar que as duas abordagens, a *Temática* e a *Biográfica*, são distintas, mas não excludentes; pelo contrário, podem estabelecer uma relação de complementaridade, porquanto os narradores estão inseridos em contextos sociais, engajados em lutas e negociações cotidianas que marcam claramente a maneira como eles entendem os fenômenos que lhes tocam de alguma maneira. Assim, ambas as abordagens têm como ponto de partida o entrevistado, a distinção é que enquanto uma debruça-se sobre sua trajetória, a outra faz um recorte nesta trajetória a partir de um acontecimento. Sendo assim, se “a história de vida é a expressão, não da individualidade ou da singularidade, mas de uma determinada inserção social” (PARENTE, 2005, p. 301), a entrevista temática procura entender as ressonâncias de um fato preciso nessa inserção social. De qualquer maneira, tanto a distância, quanto as aproximações entre as duas formas de entrevistar nos mostram que nosso passado é sempre visto como possibilidade, no sentido de que ao recordarmos um evento qualquer, um traço de acontecimento, nós o interpretamos a partir de nosso presente, condição na qual estamos essencialmente engajados.

As narrativas dos ribeirinhos, umas mais concatenadas, outras um tanto fragmentárias, ajudaram a entender as implicações éticas e políticas da pesquisa, que se norteiam pela convicção segundo a qual a incumbência do historiador é caracterizada pela pertinácia em, constantemente, relembrar aos outros aquilo que, por quaisquer motivações, eles teimam em esquecer (HOBBSAWM, 2003). A inundação da ilha não deve implicar no afogamento de sua memória. Portanto, o ofício de historiar encontra-se menos no âmbito de conservar e tornar forçosamente coletiva a lembrança de um acontecimento e mais de criar condições de possibilidade para o mapeamento dos rastros deixados pela experiência humana no tempo, sinais que possuam o poder de explicar a tessitura na qual o presente foi enredado. Desse modo, fazer história não é endossar comemorações ou alimentar ressentimentos, mas problematizar nossa relação como o passado enquanto construção social.

Uma das formas de resistência dos moradores é, no momento em que falavam da perspectiva iminente de deixarem a ilha, contar como chegaram lá, as lutas pelas quais passaram para estabelecerem-se na terra e construírem a vida. Recordar a ocupação juntamente com todas as agruras pelas quais passaram para estabelecerem-se no lugar e os problemas que enfrentaram para manterem-se na ilha, mostrou-se como uma maneira de

resistir à inexorabilidade da inundação. Dessa forma, contar a própria história articulada ao lugar em que se vive não é apenas registrar o passado, mas dar-lhe fundamento, legitimidade, sentido. Nas palavras de Halbwachs:

Como uma sociedade [...] poderia existir, subsistir, tomar consciência de si mesma, se não abrangesse com um olhar um conjunto de acontecimentos presentes e passados, se não tivesse a faculdade de retroceder no fluxo do tempo e repassar ininterruptamente os vestígios que deixou de si mesma? (HALBWACHS, 2006, p. 155).

Recordar a ocupação é afirmar o direito de habitar o lugar. Mais que isso, é uma forma de dar sentido à própria existência, enquanto ser que tem mundo, a partir da recordação, que não é tornar ao passado, mas interpretá-lo e a si próprio¹³¹. Ecléa Bosi põe em debate esta via de mão dupla entre passado e presente que subjaz o ato de rememorar considerando que recordar é uma ação impelida por uma necessidade presente, isto é, não se recorda simplesmente para revisitar o passado, mas para transformá-lo, para utilizá-lo como substrato para a experiência contemporânea. Por isso lembramos e por isso esquecemos: por conta de nosso engajamento em nossa experiência do presente. Ora, “não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais” (BOSI, 2004, p. 81), isto é, recordamos para ratificarmos a sensação de uma continuidade no tempo e mantermos a mesma sensação de identidade conosco mesmos por meio dos eventos com os quais nos envolvemos. Henri Rousso ao pensar a relevância das mútuas implicações entre a memória e as investigações relacionadas à História do Tempo Presente, corrobora o argumento acima afirmando que recordar é lapidar o passado com as lâminas do presente. Assim:

Um indivíduo quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência [...] quer seja interrogado por um historiador [...] não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade (ROUSSO, 2006, p. 98).

¹³¹ Martin Heidegger nos ensina que o homem enquanto *pre-sença* (Dasein), para escapar a uma existência inautêntica no mundo, isto é, como um ente misturado aos outros entes, adentra o círculo hermenêutico que mostra que o homem ao interpretar o mundo, interpreta a si próprio, num movimento contínuo. Saindo assim de um estado fático para desdobrar-se como ser de possibilidades. Em suas palavras: “A hermenêutica tem como tarefa tornar acessível o ser-aí mesmo, de comunica-lo, tem como tarefa aclarar essa alienação de si mesmo de que o ser-aí é atingido” (HEIDEGGER, 2012, p. 21)

Eis então um indicativo da dialética individual-social da memória, pois, se como argumenta Halbwachs (2006)¹³², quando recordamos nunca estamos sozinhos, é, no entanto, em meio à solidão última que somos, que escolhemos as lembranças que desejamos por em relevância. O próprio sociólogo francês nas primeiras linhas do capítulo inicial de seu trabalho sobre a memória coletiva leva em consideração que “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (HALBWACHS, 2006, p. 29)¹³³. Esta assertiva corrobora a argumentação de Bosi:

Aturada reflexão pode perceber e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição (BOSI, 2004, p. 81).

A memória não repete; reconstrói. O que nos mostra que o objeto do historiador não é o passado, mas os usos sociais que fazemos dele, isto é, as re-significações e re-visitações que fazemos ao passado quando contamos ou recordamos de algo: em outras palavras, o historiador “se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p. 54). Isto significa que os lavradores de Clio interessam-se essencialmente pelos usos humanos que fazemos do passado.

3.2.- Ocupação, alagamento, reassentamento: histórias, memórias e lugares.

Tal qual uma adaga, a ilha de São José singrava o braço esquerdo do rio Tocantins, encravada entre os lados Maranhense e Tocantinense dessas águas. Noite adentro da frugalidade das casas de barro ou de tábuas ou dos pequenos “portos”, nos quais os ribeirinhos

¹³² As contribuições de Maurice Halbwachs para a compreensão da relação estreita entre Memória e Sociedade são inegáveis. No entanto, afastamo-nos de seu caminho ao discordarmos quanto ao caráter essencialmente coletivo da memória. Partimos do pressuposto de que a memória constrói-se a partir da dialética entre indivíduo e sociedade, no sentido de que a em última instância é o indivíduo que recorda, isto é, seleciona, esquece, oculta, dissimula aquilo que escolhe lembrar. No entanto, o faz a partir de categorias socialmente construídas e do interior de uma quadratura social que estabelece se é ou não lícito lembrar ou por em relevo a lembrança de certa faceta de determinado evento. Dessa forma, por mais que nos apoiemos nas lembranças de outros é sempre a partir de nós, de nossa própria experiência que o fazemos. Sendo assim, a memória não se origina coletivamente, mas pode ser coletivizada por meio de relações de poder e de lugares que se tornam ponto de referência para um passado que se torna comum. Portanto, a questão não está em dizer que a memória articula-se como um fato social, mas procurar entender por quais estratégias ela emerge como tal, isto é, olhar não para a memória em si, mas para a tecnologia de sua produção. Cf. POLLAK, 1989.

¹³³ Alessandro Portelli (2006) “denuncia” um *ato falho* de Halbwachs ao apontar que não obstante o sociólogo francês defender a impossibilidade de uma memória individual, sempre escreve “eu me lembro”. Sem falar que Halbwachs descreve o esquecimento, uma das funções mais importantes da memória, como um ato solitário.

engatavam suas canoas, as crianças banhavam-se e as mulheres lavavam roupas, podia-se ver, do outro lado do rio, o sinal de luz pestanejante a preceder o apito do trem da VALE transportando minério através da Norte/Sul. Quando o dia se fazia soberano, de qualquer ponto próximo à margem do Tocantins era possível vislumbrar as vazantes de milho ou feijão que cresciam ladeando aquelas águas.

Fig. 22: Vazante localizada à beira do rio Tocantins, na Ilha de São José.



Fonte: Cícero Júnior, 2009.

A ilha situava-se a 40 km de Babaçulândia - TO e a aproximadamente 70 km de Estreito – MA. Estendia-se por 10 km de comprimento por 3 km de largura, sendo habitada por setenta e nove famílias, que viviam basicamente do manejo das roças de vazante, da criação de gado bovino e da pesca. Não obstante a localização entre os dois Estados, a ilha era considerada como zona rural de Babaçulândia¹³⁴.

As diárias¹³⁵ e as empreitas¹³⁶ articulavam-se como os regimes de trabalho mais comuns, sem contar o trabalho na própria roça. Porém, era ainda muito comum, os moradores juntarem-se para trabalhar na vazante do vizinho recebendo em troca uma parte do excedente de arroz ou milho na época da colheita. Isso acontecia com frequência entre as famílias,

¹³⁴ Cf. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=170300&search=tocantins|babaculandia>. Acesso em 30/08/2013.

¹³⁵ O valor da diária era geralmente R\$ 25,00. Esta informação nos foi concedida por um dos membros da família em cuja casa hospedei-me e que na época estava trabalhando na roça de um dos moradores do lugar.

¹³⁶ O valor da empreita (*empleita*, como chamam os ex-moradores da ilha) variava de acordo com a negociação estabelecida entre o dono da vazante e o trabalhador.

porquanto, quase todos possuíam certos laços de parentesco¹³⁷. Emprego formal, somente o dos professores que vinham de Filadélfia – TO, passavam a semana e retornavam à cidade no sábado para estarem de volta na segunda ou terça-feira.

Fig: 23 - Roça de feijão, plantada após a saída das águas.



Fonte: Cícero Júnior, 2009.

Outra atividade bastante importante era a dos barqueiros responsáveis pelo transporte dos ribeirinhos até Estreito, Babaçulândia ou Filadélfia, com fins de venderem os gêneros cultivados nas roças, os jovens frequentarem a escola, comprarem mantimentos, remédios ou fazerem consultas médicas. Havia três embarcações que faziam o trajeto para Estreito. Duas saíam regularmente às quintas-feiras com o crepúsculo embarcando os viajantes nos portos, passavam a noite na ponta da ilha e por volta das três horas da manhã, seguiam para Estreito, aonde chegavam por volta das oito horas da manhã e retornavam no sábado pela manhã. Um dos barcos, o “Coração de Mãe” - no qual fui e retornei da ilha – pertencia a um senhor de

¹³⁷ Depois do casamento era bastante comum os filhos construírem suas moradias nas terras dos pais, tornando-se agregados destes e como, no mais das vezes, os moradores casam entre si e o lugar é relativamente pequeno, famílias que não possuíam parentesco consanguíneo acabavam por contrair liames familiares por intermédio dos matrimônios.

nome Moadir, barqueiro desde 1980. O outro era de um senhor chamado de Dionel. O terceiro, cujo nome é “Joanatom”, de propriedade de José Carlos Lima, ia a Estreito apenas uma vez por mês por interesse do próprio barqueiro, com vistas a comprar gêneros para suprir a mercearia que possuía em casa. Ademais, o proprietário do “Joanatom” tinha com a prefeitura de Babaçulândia um contrato para levar e trazer da ilha, todas as sextas feiras, as pessoas que desejassem ir à cidade fazer compras. Existiam ainda outras duas embarcações que faziam linha para Babaçulândia e outras de porte menor que faziam o mesmo percurso. Saíam pela manhã e voltavam à noite do mesmo dia. Com o enchimento do reservatório os barqueiros pararam com a atividade, pois a barragem passou a bloquear o acesso a Estreito.

Fig. 24 - Interior do Barco “Coração de Mãe” de propriedade de seu Moadir.



Fonte: Cícero Júnior, 2008.

Fig. 25 – Atualmente o “Coração de Mãe” jaz abandonado às margens do rio Tocantins, em frente à propriedade de seu Moadir.



Fonte: Cícero Júnior, 2014

Parte considerável do território era cortado por babaçuais, mormente a parte central, inabitada por causa do terreno pantanoso. A singeleza moldava a arquitetura das habitações. A maioria possuía paredes de barro e telhados compostos de palhas secas retiradas das palmeiras de coco babaçu. Havia também algumas construções de alvenaria e outras de madeira, mas o eram em quantidade irrisória. As casas mais confortáveis pertenciam aos barqueiros que faziam linha para Estreito ou Babaçulândia (suas casas eram de tijolos) e os donos de bares (cujas residências, contíguas à venda, eram geralmente de madeira).

Considerando-se o tamanho do lugar, existia uma quantidade bastante razoável de bares (pelo menos seis). De um flanco a outro da ilha eles exerciam a função tanto de botecos propriamente ditos, quanto de armazéns, porquanto nem todos os moradores se davam ao trabalho de ir à cidade fazer compras. Nos finais de semana alguns moradores, geralmente os jovens, entretinham-se com a sinuca, a música e as bebidas vendidas nos estabelecimentos. As festas também não eram raras e até os filhos do lugar que moravam em Estreito costumavam participar. Existia, ademais, uma unidade escolar (feita de tijolos) que atendia às crianças e os jovens até o ensino fundamental. Aqueles que desejassem continuar os estudos precisavam dirigir-se até Babaçulândia, cidade mais próxima.

Fig. 26 – “Ilha” de São José atualmente



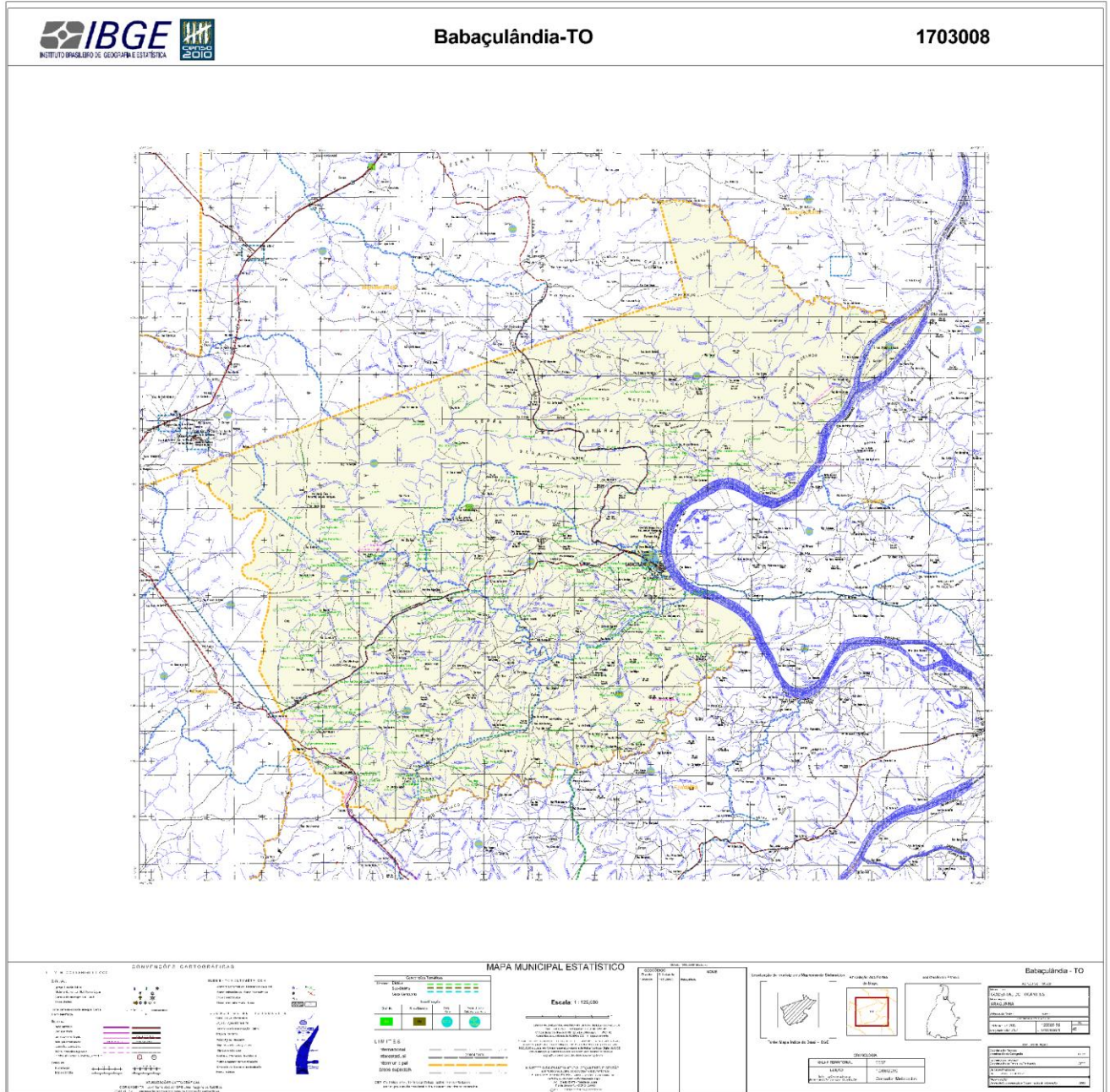
Fonte: Cícero Júnior, 2014.

Fig. 27 – Foto tirada do “centro” de onde ficava a Ilha de São José.



Fonte: Cícero Júnior, 2014.

MAPA 02 – Mapa de Babaçulândia – TO. A Ilha de São José pode ser visualizada ao lado direito superior do mapa.



Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades.tocantins/babaculandia>. Acesso em 30/08/2013.

Fig 28. – Casa de dona Maria da Ilha. A maioria das casas da ilha de São José era de barro.



Fonte: Cícero Júnior, 2008.

Fig. 29 - Os babaçuais, cujos frutos eram importantíssimos para a subsistência de algumas famílias da Ilha de São José.



Fonte: Cícero Júnior, 2008.

Fig. 30 - A unidade escolar só oferecia ensino até a 8ª série do ensino fundamental.



Fonte: Cícero Júnior, 2008.

Conforme o esquadramento¹³⁸ feito acerca da ocupação do local constatou-se que suas primeiras atividades econômicas foram: a criação de gado, de porcos e o cultivo do fumo, acompanhados da coleta e venda do babaçu. Conforme o relato de Raimundo Novato, o local servia inicialmente como pasto e, posteriormente, os vaqueiros começaram a habitá-lo: “meu pai¹³⁹ nunca morou aqui dentro; quer dizer, ele morou um tanto porque foi vaqueiro do velho (pai dele), *aculá* em cima, lá pra onde mora uma irmã minha [...] o velho, pai dele, meu avô, criava gado aqui dentro [...]”¹⁴⁰. E continua:

Meu pai trabalhava dentro dessa ilha bem aqui, isso era... quer dizer, era mais lá pro meio do rio assim [...].Trabalhava aqui de vazante: plantava fumo. Naquela época de trinta e tanto, quarenta, cinquenta, o plantio, o movimento aqui era fumo. [...] depois aquilo tudo acabou. A gente vivia de quebrar coco. Eu mesmo quebrei coco. Ajuntava, botava gente para quebrar. A gente criava aqui muito era porco [sic].¹⁴¹

Além de nos informar acerca das formas de produção da própria existência e subsistência executadas pelos moradores, o relato acima também indica alguns pontos

¹³⁸ Não existem documentos escritos acerca disso, o que foi possível cotejar nos foi transmitido pela memória dos habitantes entrevistados.

¹³⁹ Segundo dona Francelina, irmã de Raimundo Carvalho, a mãe deles também era vaqueira.

¹⁴⁰ Raimundo Carvalho, 68 anos. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

¹⁴¹ Raimundo Carvalho Pereira da Silva, 72 anos, um dos moradores mais antigos da ilha. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

importantes. Primeiramente, como já foi mencionado acima, pode-se inferir que a ocupação do lugar deu-se aos poucos por intermédio da atividade dos vaqueiros que, possivelmente por conta do acesso difícil, resolveram fixar-se no lugar. Com o tempo a agricultura de vazante e o extrativismo, mormente a coleta do coco babaçu, passaram também a assumir papéis importantes não somente na renda familiar, mas, sobretudo, na rotina dos moradores e em suas formas de relacionar-se com a ilha e entre si. Dois sinais na fala de seu Raimundo Novato apontam para uma fissura nas relações de gênero, quando ele diz: “eu mesmo quebrei coco”. Ora, é sabido que nas comunidades rurais maranhenses e do Tocantins a coleta do coco babaçu é uma atividade mais associada às mulheres do que aos homens, assim, esse “eu mesmo” indica que a necessidade acaba supondo a lei, como, por um tempo, não havia outra atividade, os homens acabaram por aderir a ela para aumentar a renda familiar. O outro sinal é a articulação que o narrador faz entre o coletivo e o individual: “a gente vivia de quebrar coco”, “A gente criava...”, “eu mesmo....”.

Acerca da importância do babaçu também fala Raimundo Vicente, morador antigo da ilha, residente no lugar desde 1956. Conforme sua narrativa, “O babaçu que nos ajudava muito, tinha um grande valor, hoje ele tá fraco, mas tinha um grande valor [sic].”¹⁴² O babaçu perdeu sua força porque o quilo da amêndoa tornou-se barato demais ficando sua colheita pouco rentável para os ribeirinhos, visto que o trabalho efetuado na sua colheita e quebra não era compensado pelo preço da venda. É o que nos relata Adelaide Pereira Carvalho:

Babaçu aqui era corrido, o povo corria atrás direto: o outro chegava e roubava o monte do outro (risos), [...] o dono dos cocos chegava, estava sentindo falta ia lá [...] conhecia os cocos, apanhava e voltava. Aqui mesmo aconteceu isso demais. Ai depois foi indo, foi indo [...] todo mundo fechou suas áreas [...], aí ficou mais proibido a pessoa “entrar dentro” do cercado do outro. [...] Agora que ninguém quer mais quebrar coco; dá para os outros quebrar.

[...] Eu comprava o babaçu: o pessoal vinha, juntava, quebrava e eu comprava e vendia pra um rapaz que vendia pra Tobasa¹⁴³ [...].

[...] as mulheres novas, eu escuto dizer: “eu não aguento mais quebrar coco” e nisso foi.... o preço também não compensava: seis reais uma lata de coco! Na época que nós começamos a vida aqui, você quebrava uma lata de coco dava pra comprar o café, o açúcar, o sabão, sal, querosene, meio mundo de coisa, inda sobrava dinheiro [...]. Se você quebrava outra lata já era pra comprar uma carne, uma outra coisa “pr’ali”. O dinheiro dava pra isso tudo. Hoje tu quebras uma lata de coco, que diabo é que você faz? Não dá pra comprar um pacote de café e não sobra mais nada. É pouco [...] aí, ninguém quer ir¹⁴⁴

¹⁴² Raimundo Vicente, 68 anos. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

¹⁴³ Empresa dedicada a produzir gêneros à base do coco babaçu como óleos, sabões e carvão vegetal. Está localizada na cidade de Tocantinópolis - TO

¹⁴⁴ Adelaide Pereira Carvalho, esposa de Raimundo Carvalho Pereira da Silva. Entrevista gravada em 20/04/2008.

A colheita do babaçu aponta, ademais, para outros fatores importantes que não apenas os econômicos e de subsistência, mas também para a construção de laços de convívio, porquanto a colheita acontecia comunitariamente, “o pessoal vinha, juntava, quebrava e eu comprava” e, por vezes, aconteciam também determinadas “dissensões” porque, “o outro chegava e roubava o monte do outro (risos) [...] o dono dos cocos chegava, estava sentindo falta ia lá [...] conhecia os cocos, apanhava e voltava”. Assim, mudança de perspectiva em relação à colheita do coco babaçu ocasionada por seu desgaste econômico contribuíram para dinamizar as relações sociais travadas entre os primeiros habitantes da ilha contribuindo para o aumento de sua complexidade.

Esta construção de laços evidentemente não se deu de maneira desinteressada, posto que o fato de alguém quebrar o coco babaçu para vender a outro morador de poder aquisitivo um pouco mais elevado e que, por sua vez, repassaria a matéria prima para uma empresa demonstra, por um lado, que na dinâmica de todos os grupos e na própria construção da territorialidade existem relações de poder que não são evitadas somente pelo capital simbólico que o próprio intercurso das relações sociais acaba por dar a determinados indivíduos; possui também nuances financeiras. Importa ressaltar também que à espontaneidade inicial da ocupação segue-se a demarcação dos terrenos correspondentes às moradias. Por esta forma, a territorialidade como processo constante, constrói-se não somente a partir da ocupação, mas por meio das relações de poder advindas deste movimento. Ora:

As relações não se desenvolvem no vácuo, mas sim nos territórios. As relações são construídas para transformar os territórios. Portanto, ambos possuem a mesma importância. As relações sociais e os territórios devem ser analisados em suas completividades. Neste sentido, os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento (FERNANDES, 2006, p 29).

Merece menção também o fato de que a venda do babaçu importava na medida em que assegura a sobrevivência e manutenção da existência e não o lucro sobre o trabalho alheio - pelo menos não em primeiro plano -, nem tão pouco a irracional necessidade de acúmulo, marcas indeléveis da mentalidade capitalista¹⁴⁵. A coleta do coco é abandonada, não pela ausência de lucro, mas porque o trabalho empregado no ajuntamento é desvalorizado, pois “não dá pra comprar um pacote de café [...]”. Dessa maneira, a coleta comunitária do coco

¹⁴⁵ Conforme Weber, as práticas capitalistas para se interporem como válidas, precisam ser naturalizadas por intermédio de sua absorção por formalidades comportamentais já existentes. Em suas palavras, “o que nos é aqui pregado não é apenas um meio de fazer a própria vida, mas uma ética particular. A infração de suas regras não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do dever [...]. Não se trata de mera astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de um *ethos*” (WEBER, 2001, p. 46).

assim como a sua quebra que também se dava em conjunto mostram-nos que as relações entre os moradores eram marcadas por uma via de mão dupla na qual cooperação e conflito frequentemente se encontravam.

Os depoimentos também nos informam que o plantio das roças era regido pelos ritmos do rio que periodicamente inundava uma parte da ilha, algumas vezes ela toda, forçando os moradores a abandonarem suas casas e passarem de quinze a vinte dias (às vezes um mês) na outra margem do rio, que não alagava. Porém, quando as águas do Tocantins recuavam, o solo estava pronto para o plantio. Esta relação foi conflituosa e é um dos marcos de dissensão quando os ex-moradores começam a falar sobre a vida na ilha. Eis, sobre isso, um trecho de uma conversa¹⁴⁶ entre duas ex-moradoras da Ilha de São José, Dona Maria Luíza e Dona Pedrina:

PEDRINA: Nós sofremos naquela ilha que só “sovaco de aleijado” ou pior [gargalhou] [...] Mas vou te dizer uma coisa [...]: quando a gente dava fé, a roça de arroz botando [...] já começando a amarelar, aquele arroz, e milho e tudo e quebrava [assovio], sumia tudinho [...] sem ter o que comer! [...] mas moço! Nós sofremos demais ali [...] sem nada, tinha que quebrar coco pra comer, se quisesse.

MARIA LUÍZA: E chegava do outro lado, os de lá também não tinham nada [risos].

PEDRINA: Quando a gente estava com aquele arrozão, aquele milho... cada mandioca! E era preciso arrancar aquela mandioca, cada raiz de mandioca - ainda hoje me lembro - cada raiz de mandioca, daqui a acolá assim [...] (meu Deus do céu!), era preciso arrancar tudo... se não arrancasse comia tudo

CÍCERO JÚNIOR: Quem comia?

PEDRINA: O rio! E nós ficávamos ó... hum. Menino! Sofremos, nós sofremos! Não foi não comadre? Não se lembra disso não? Quando o arroz tava no ponto da gente comer, o rio chegava e tomava de conta¹⁴⁷.

Dona Pedrina nos adverte de que, se por um lado a terra era fértil, por outro os moradores precisavam periodicamente lidar com os “caprichos” do rio e a instabilidade ocasionada por suas cheias. Viver na Ilha era constantemente reconstruir a vida: replantar as roças, levantar novamente as casas, transportar as criações para o outro braço do rio, para tornar a trazê-las quando as águas baixassem. No entanto, se a relação era conflituosa, isto não implicava que fosse de repúdio, primeiro porque dona Pedrina humaniza o rio que “come” ou “toma de conta” das roças. Assim, se plantava e colhia rapidamente porque já se conhecia o ritmo do rio. Esta ambiguidade que caracterizava a relação do rio com os

¹⁴⁶ Esta entrevista, uma das mais ricas e importantes da pesquisa, ironicamente deu-se por acaso, não estava programada. Aconteceu no reassentamento Mirindiba aos 13 de fevereiro de 2014, por ocasião de minha visita de despedida à dona Raimunda Marreteira. Acompanhavam-me Maria da Ilha e dona Pedrina, tia de seu Leonardo, esposo de Maria da Ilha, e minha companheira de viagem de Araguaína a Estreito. Em casa estavam Raimunda Marreteira e sua irmã, dona Maria Luíza. Sentamo-nos na sala. E por entre causos e risadas a conversa foi tomando este rumo.

¹⁴⁷ Dona Pedrina e dona Maria Luíza. Entrevista gravada em 13 de fevereiro de 2014.

moradores marca quase todos os depoimentos e nos ajuda a entender que se o rio é figura comum nas memórias, a forma como ele é abstraído difere bastante. No mesmo relato dona Pedrina acrescenta:

No ano de 80 todo mundo ficou sem nada, mas só que recompensou porque ...aí chegamos dentro, aí e... pode plantar, aí deu como tudo no mundo, não foi? Em 80? Deu muito milho em 80. As casas acabaram tudo (tô te falando!). Sofrimento, Sofrimento, mas na hora que a água saía de lá ...¹⁴⁸.

Assim, se por um lado o rio tirava, por outro, ele retribuía fertilizando as vazantes que ao recuar das águas estavam prontas para o plantio.

Outro depoimento mostra ainda a predominância da representação sobre o fato. Raimundo Vicente também nos fala de sua experiência das enchentes nos dizendo o seguinte: “A cheia veio e esculhambou com tudo e nós ficamos naquele mesmo lugar; o fogo veio, queimou tudo; levantamos no mesmo lugar. [...] Ai não tem como se esquecer rapaz, não esquece não, não esquece não”¹⁴⁹. Repetindo que não pode esquecer, Raimundo Vicente apresenta outra perspectiva sobre as cheias, que ao invés de despertar a vontade de deixar o local, reforçava o sentimento de pertença. Dessa maneira, não é exclusivamente do rio que meus interlocutores falam, mas de suas experiências do rio. No entanto, estas esferas, como já foi mencionado anteriormente, não operam isoladamente, pois os fatos são a condição de possibilidade para as representações e estas, por sua vez, tornam os fatos significativos para o mundo humano, isto é, as representações dos fatos é que os tornam históricos. Assim, “os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem” (PORTELLI, 2006, p. 111)¹⁵⁰.

O feijão e a melancia também eram muito vendidos em Estreito. Conforme o relato de alguns barqueiros¹⁵¹, as embarcações saíam repletas desses víveres da ilharga. A partir de 2005 estas esses gêneros não eram mais mandados para Estreito e as viagens com fins comerciais já não eram muito frequentes, salvo algum morador que desejasse vender no mercado de Estreito a colheita de bananas.

¹⁴⁸ Dona Pedrina e dona Maria Luíza. Entrevista gravada em 13 de fevereiro de 2014.

¹⁴⁹ Raimundo Vicente, 68 anos. Entrevista gravada no dia 16 de agosto de 2013.

¹⁵⁰ Uma breve discussão acerca disso foi ensaiada na nota 129.

¹⁵¹ Informação coletada durante uma conversa com seu Moadir, mas o diálogo não foi gravado, apenas registrado em meu diário de pesquisa.

Os moradores foram obrigados a desocupar o local no início do mês de julho de 2010, sendo que os últimos deixaram a ilha em setembro do mesmo ano. Levaram tudo o que puderam: plantas, animais, árvores frutíferas, até a madeira das casas. Atualmente, as 74 famílias que residiam na Ilha de São José, estão distribuídas em quatro reassentamentos. Vinte e seis famílias ficaram no reassentamento do Baichão a 18km de Babaçulândia, no estado do Tocantins. Doze famílias estabeleceram moradia a 15 km de Babaçulândia, no reassentamento Bela Vista, antiga fazenda Itapuã. Entre nove e dez quilômetros de Babaçulândia, onze famílias estabeleceram-se no reassentamento Santo Estevam. O reassentamento no qual a família de Maria da Ilha e mais 18 famílias alojaram-se se chama Mirindiba, localizado a 20 km de Araguaína, no Tocantins, entrando mais oito quilômetros à margem da Belém-Brasília.

Fig. 31 – Entrada para o reassentamento Mirindiba às margens da rodovia Belém-Brasília.



Fonte: Cícero Júnior, 2013.

Fig. 32 – Estrada de acesso para o reassentamento.



Fonte: Cícero Júnior, 2013.

Nem todas as famílias resolveram ficar em reassentamentos. Alguns optaram por indenizações e escolheram alugar-se em Estreito, no Maranhão; outros decidiram morar em Babaçulândia e alguns rumaram para o sul do Pará. A maioria atores sociais que confiaram suas memórias e discursos para que esta pesquisa se tornasse possível residem no reassentamento Mirindiba.

3.2 Os impactos do empreendimento a re-construção da vida.

Os impactos com os quais os ex-moradores da Ilha de São José estão lidando atualmente referem-se à dificuldade de adaptação às novas moradias, ao terreno dos reassentamentos e à ausência de água corrente. Os reassentamentos não reproduzem o modo de vida que se levava antes na ilha. Nos dois primeiros anos no reassentamento Mirindiba os realocados encontraram diversas dificuldades para o plantio, posto que a terra era pouco apta para a agricultura, sendo que o CESTE teve que providenciar assistência técnica para preparar o solo para o plantio. É o que nos relata a memória oral:

[...] Aqui eu cheguei [...] tinha só o raio do capim, isso aqui era capim de sumir com a gente dentro [...] tocamos um foguinho aqui, depois outro foguinho por ali assim e fomos queimando devagarzinho [...], mas aqui na enxada, você vai fazer uma lavoura grande.... não dá conta não: é preciso ter dinheiro. É preciso aprender a

mexer com veneno, eu não gosto de trabalhar com veneno não, mas esse outro pessoal aí só trabalha com veneno¹⁵².

Este depoimento nos mostra que os moradores precisaram re-colonizar o lugar e reaprender a plantar, porquanto as técnicas empregadas na ilha, cuja adubação da terra dependia somente do rio, não puderam ser utilizadas de todo no solo do reassentamento, que necessitava de intervenção química. O reaprender a viver já começa no manejo da lavoura. Outros depoimentos confirmam isso, como o de Raquel, filha de Maria da Ilha e Seu Leonardo: “quando a gente chegou a terra não produzia (agora tá até começando, né?) . A gente plantava as coisas e não prestava. Aí o pessoal foi falando: “Eh nós vamos embora daqui!”, porque aqui não presta”¹⁵³. Seu Raimundo Vicente também relata isso:

Quando chegamos aqui, no dia 4 de agosto, [...] no primeiro ano de serviço essa terra não deu nada, só abóbora, não prestou pra nada. Ai acontece que, aqui o modo de trabalhar não é o nosso lá não, aqui é diferente: [...] tem que mecanizar a terra, tem que adubar e isto aconteceu¹⁵⁴

Em lugar das águas caudalosas e copiosas do Tocantins, existe um riacho sazonal que passa por trás de algumas casas e que só enche entre os meses de dezembro e abril. Alguns moradores de outros reassentamentos reclamam da qualidade da água. Dessa forma, para resolver o problema da água, foram instalados em todas as propriedades poços artesianos e carros-pipas circulam diariamente os assentamentos a fim de fornecer água para o gado e para a lavoura.

¹⁵² Seu Leonardo. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013.

¹⁵³ Raquel Alves Nunes da Silva, 28 anos. Entrevista realizada em 06 de novembro de 2013.

¹⁵⁴ Raimundo Vicente. Entrevista concedida em 16 de agosto de 2013.

Fig. 33. – Lugar por onde passa o riacho na época das cheias no reassentamento



Fonte: Cícero Júnior, 2013.

Fig. 34 - Aspecto do riacho na época da cheia. Ele permanece assim de Novembro a Junho.



Fonte: Cícero Júnior, 2014

Outro problema é que o CESTE não entregou os reassentamentos completamente finalizados. Os moradores relatam que falta um centro comunitário e um posto de saúde para atender às famílias. As casas novas são de alvenaria. Consistem em três quartos pequenos, uma sala, cozinha, banheiro e uma pequena área de serviço. Todas, ao contrário das moradas da ilha, possuem energia e água encanada. O que agradou aos mais jovens, mas não convenceu os mais velhos das “vantagens” do reassentamento em relação à ilha.

Esta conjuntura nos indica que as negociações e conflitos não terminaram com a realocação das famílias, posto que estas continuam cobrando a assistência do Consórcio Estreito Energia para resolver problemas relativos às condições dos reassentamentos.

Fig. 35 – Casas do reassentamento Mirindíba.



Fonte: Cícero Júnior, 2013

Fig. 36 – Casas do reassentamento Mirindiba. Alguns moradores modificaram as moradias.



Fonte: Cícero Júnior, 2013.

Fig. 37 – Poços instalados para resolver o problema de abastecimento de água.



Fonte: Cícero Júnior, 2013.

Como Araguaína fica relativamente próxima, os jovens que estão no ensino médio podem cursá-lo nas escolas da cidade. As crianças, por seu turno, frequentam a escola de um reassentamento do MST que se localiza do outro lado da estrada. Um ônibus escolar, providenciado pelo CESTE, é responsável pelo traslado diário das crianças e jovens para as respectivas escolas. Alguns jovens trabalham em Araguaína, outros nas propriedades dos pais. A renda da maioria das famílias continua proveniente da terra, mormente da venda da mandioca para comerciantes de Araguaína. No mais, cultivava-se para o próprio consumo. Eventualmente é vendida uma ou duas cabeças de gado.

Desde as primeiras entrevistas, em 2008, algumas posturas dos moradores começaram a indicar algumas nuances que imprimiram complexidade no sistema de forças referente aos moradores e o Consórcio Estreito Energia. O que implica dizer que o processo não se articulou a partir de relações binárias, mas convergiu para um cenário no qual os conflitos ocorreram tanto entre os moradores e o CESTE, quanto entre os moradores entre si. Destarte, esta quadratura abriu um campo de negociação em que todas as estratégias possíveis foram utilizadas.

Nessa perspectiva de análise nos apropriamos do conceito de poder tal qual é articulado por Michel Foucault, que procura pensa-lo menos como um objeto cuja posse implica na dominação de um grupo sobre outro e mais como relação social na qual seu domínio é virtual e relativo e obedece mais a um sistema de táticas em que aquele sobre o qual o poder é exercido nunca é totalmente passivo e procura articular formas de resistência, mesmo que veladas ou imperceptíveis. Conforme o pensador francês, esta perspectiva opta por entender o poder a partir de suas relações mais capilares:

[...] supõe que o poder nela seja exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio (FOUCAULT, 2007, p. 26).

Este encontro de circunstâncias possibilitou-nos uma análise que à equação dominador (ativo) – dominado (passivo), prefere abstrair o processo como um conflito no qual as relações de força articulam-se a partir da mecânica do poder x contra-poder, no qual os atores sociais envolvidos constroem suas estratégias e táticas discursivas tendo em vista a conquista passo a passo de uma situação de dominância ou hegemonia. Situação esta que não é estática. A primeira delas é que, como já foi frisado acima, nem todos os moradores eram

contra a barragem, pelo contrário; receberam a notícia com certa euforia porque vislumbravam uma compensação econômica favorável. As opiniões tomaram o rumo contrário no momento em que os moradores se sentiram lesados pelos representantes do empreendimento. Isto pode ser vislumbrado no depoimento concedido em 2009 por Maria da Ilha, moradora estreitamente envolvida no processo de negociação e resistência à barragem de Estreito:

Foram poucas pessoas que no início não eram a favor da barragem. A maioria era a favor da barragem devido à dominação, como é que se diz, da ilusão. O grupo que sempre debatia com a barragem era menos. Agente não tinha muita força. Além de ter a empresa [...] tinha os políticos¹⁵⁵.

Maria da Ilha tendo por base o embate real de interesses que se aglutinaram em torno da possibilidade de construção da barragem, tanto por parte das famílias que seriam impactadas, quanto das elites econômicas e políticas da região, deixa clara sua ciência da força advinda da relação entre “dominação” e “ilusão”, o jogo de sombras utilizado pela propaganda e pelas propostas de indenização. Nesta fala podemos vislumbrar a força alienatória da possibilidade de melhoria de vida rápida e fácil. O depoimento também pontua fatores importantes na dinâmica dos grupos que se mobilizaram em torno do empreendimento. Mostra-nos que havia forte pressão política relacionada ao projeto da barragem, posto que as elites locais procuraram apropriar-se de sua implementação e propaganda desenvolvimentista. Das empresas da cidade que tinham a intensão de oferecer seus serviços ao consórcio responsável pela construção e dos moradores da ilha que, de início receberam com otimismo as propostas dos representantes do CESTE¹⁵⁶, porquanto envolviam promessas de emprego e indenizações fartas.

Passados cinco anos da realização da entrevista acima, oito anos das primeiras incursões dos representantes do CESTE à ilha de São José e três anos e meio do remanejamento dos moradores, já no reassentamento negociado com o CESTE, podemos vislumbrar dois depoimentos interessantes. O primeiro é de Maria da Ilha e o segundo de seu cunhado, seu Júlio. Ambos nos contam como foi desenhado o ambiente anterior ao empreendimento e as dissenções que ocorreram entre os próprios moradores em torno da construção da hidrelétrica e da possibilidade de alagamento da Ilha de São José. Vejamos o que relata Maria da Ilha:

¹⁵⁵ Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha). Entrevista feita em 17 de maio de 2009.

¹⁵⁶ A empresa forneceu às populações possivelmente atingidas uma cartilha cuja intenção era explicar como se daria o processo de realocação dos moradores por meio de assentamentos ou cartas de crédito.

Teve gente que pensou que nunca mais ia ficar pobre na vida. Foi uma festa. Todo mundo já tinha suas coisas para vender, porque ia ter uma melhora de vida, ia arranjar um emprego, então: “eu vou vender minhas terras, porque eu vou indenizar, vou receber uma indenização, vou comprar um carro, vou comprar uma bicicleta, comprar uma fazenda”.¹⁵⁷

Isto é o que nos diz seu Júlio:

No início, quando começaram a falar da barragem isso lá, pra todos lá era um sonho. Quando esse pessoal mesmo do projeto começou a circular de casa em casa - que eles têm um processo de botar as pessoas para visitarem de casa em casa, né. Falando sobre tudo, sobre a barragem e tal, o projeto que ia acontecer [...] muitos começaram a xingar o pessoal, dia de reunião queriam mesmo, como se diz, tipo partir na bruta, zangado, muito zangado. Bom imagina, quando se falava em projeto de igualdade tinha gente que ficava por aqui, queria se fosse possível, pegar o do outro, não podia dar aquilo pro outro, porque... aquele que não tinha, no caso, o desejo dele era que nunca tivesse [...], mas não! Uns como se diz, sem conhecimento, sem muito entendimento: “ah, mas como é que eu tenho e o fulano não tem, como é que ele vai ter o mesmo que eu tenho? Não!” aí era onde tinha as divergências e eles ficavam às vezes, com raiva do pessoal da empresa¹⁵⁸.

As narrativas acima nos apresentam uma característica importante subjacente tanto aos depoimentos referentes à Ilha, quanto às narrativas acerca do processo que culminou no êxodo dos moradores para os reassentamentos, qual seja, aquilo que podemos chamar de “memória dividida” (PORTELLI, 2006)¹⁵⁹, isto é, memórias que se constroem de forma antagônica, justamente por que aqueles que recordam fizeram experiências diferentes e também perceberam distintamente o mesmo cotidiano. E também nos ajudam a vislumbrar alguns rastros que destoam o individual do coletivo, mesmo que esta distinção seja abstrativa.

As duas narrativas nos informam que a forma de abordagem dos empregados do CESTE causou um clima de confusão e euforia entre os moradores: “foi uma festa”. Se por um lado, alguns vislumbraram nos discursos dos representantes da empresa uma promessa de mudança de vida a partir das indenizações, outros, por outro lado, não receberam a notícia com tanta efusão. De qualquer forma, não obstante suas diferenças, ambos os depoimentos mostram que os impactos dos empreendimentos hidrelétricos, isto é, as intervenções

¹⁵⁷ Maria da Ilha. Depoimento gravado em 16 de agosto de 2013.

¹⁵⁸ Julho Alves da Silva. Entrevista realizada aos 10 de fevereiro de 2014, no reassentamento Mirindiba.

¹⁵⁹ O termo emergiu das pesquisas de Giovanni Contini sobre um massacre executado por soldados alemães em 1944, numa cidade montanhosa da Toscana, chamada Civitella Val Di Chiana, em represália a ações da resistência italiana à ocupação nazista. Alessandro Portelli retoma este termo explicando que este massacre acabou gerando duas memórias contraditórias, uma nacionalista que louvava os atos de coragem dos membros da resistência e outra pautada no luto das famílias dos homens fuzilados e que culpava os membros da resistência pelo massacre. Cf. PORTELLI, 2006.

drásticas no sentido de mudar o modo de vida das comunidades atingidas começam bem antes do início da construção, mas iniciam-se com o anúncio da obra (SIGAUD, 1988).

O discurso de Maria da Ilha possui estrutura mais dicotômica, tanto que procura enfatizar os efeitos ideológicos da propaganda do CESTE, no sentido mesmo de escamotear os efeitos danosos do empreendimento por meio de uma retórica de moldes “messiânicos” que prometia indenizações, possibilidades de compra de casas na cidade, empregos na construção da hidrelétrica para os mais novos e coisas do gênero. Os moradores passariam a tomar consciência das reais proporções e implicações da construção da barragem em suas vidas após outras incursões dos representantes do CESTE na comunidade.

O depoimento de seu Júlio nos apresenta elementos que esmaecem um pouco a imagem dicotômica que nos foi apresentada por Maria da Ilha. Nosso interlocutor aponta que os conflitos iniciaram tão logo começaram as visitas do CESTE. Ademais, o que chama a atenção é que as dissensões desdobraram-se tanto entre os moradores e a empresa, quanto entre os moradores entre si, justamente por conta das indenizações. Em seu depoimento, seu Júlio deixa transparecer que o problema não era a barragem e o realocamento, mas as condições em que o último seria feito, assim como os valores que os proprietários receberiam por suas casas e lavouras. Isto desloca a discussão para outro terreno. Qual seja o de que ambos falam de solos discursivos distintos, seus lugares de enunciação não coincidem: Maria da Ilha mais que ser contra a barragem, era militante do MAB e fazia campanha aberta contra o empreendimento na ilha e articulava manifestações em Estreito; seu Júlio, por seu turno era, não tanto a favor da construção, mas nutria uma forte vontade de deixar a ilha, que para ele já era um entrave à sua prosperidade, por conta dos prejuízos causados pelas cheias periódicas do rio Tocantins. Este “confronto” de memórias ajuda-nos a compreender as relações de poder que tendem a produzir efeitos de verdade quando os indivíduos escolhem o enredo de suas histórias e deixam rastros de intencionalidades. Nesta perspectiva a oralidade dos narradores torna-se significativa, porquanto através das particulares concatenações de suas narrativas “[...] cada narrador dá sua interpretação da realidade e situa-se nela juntamente com os outros” (PARENTE, 2005, p. 300).

Existem outros rastros que alojam-se por entre as vielas da narrativa de seu Júlio que denunciam, sem ele dizer sua empatia com as propostas da empresa. O primeiro deles é que, diferentemente do depoimento de Maria da Ilha, seu Júlio faz questão de mencionar o esforço do CESTE em entrar em contato de forma sistemática com os moradores e promover reuniões para discutir a situação e que a truculência partiu dos ribeirinhos que “queriam partir na bruta” e não dos funcionários da empresa. O outro ponto repousa na seguinte sutileza: Se Maria da

Ilha defende que os funcionários da empresa enganaram os moradores com promessas; seu Júlio argumenta que a desinteligência partiu dos moradores que não compreenderam ou não queriam compreender as propostas dos representantes do consórcio. A riqueza deste depoimento reside no fato de que ele deixa uma brecha, que nos permite enxergar pegadas que traem nosso interlocutor: ao falar que a empresa “têm um processo de botar as pessoas para visitarem de casa em casa, né. Falando sobre tudo, sobre a barragem e tal, o projeto que ia acontecer”, deixa escapar que não havia “propostas” por parte da empresa, mas apresentação de ações mitigatórias, pois as reuniões não visavam discutir a barragem; esta já era um fato que não dependia dos ribeirinhos, mas de ações na justiça, as reuniões com os moradores tinham apenas o intuito de corroborar o caráter inexpugnável da construção, simplesmente conscientizar os moradores de que a barragem ia acontecer e que eles precisavam organizar-se e prepararem-se para deixar o lugar em breve.

Se o depoimento de Maria da Ilha possui tessitura mais linear, a narrativa de seu Júlio é mais esquizo, pois, ao mesmo tempo que afirma o caráter positivo das ações da empresa, deixa à mostra as atitudes discricionárias de seus representantes. Esta característica não compromete em nada seu depoimento, pelo contrário; torna-o mais verossímil, visto que, não interessam aqui os fatos puros – possibilidade epistemologicamente impossível – mas a sua virtualidade, ou seja, a forma como ele é construído e reconstruído pelos narradores apoiados por suas memórias. Em outras palavras, o depoimento interessa-se muito mais pela representação do que pela “realidade”.

Em segundo lugar, mesmo no grupo que se articulava contra a barragem, havia dissensões e conflitos, principalmente por conta da escolha dos reassentamentos. Posto que conforme as notícias acerca da construção da hidrelétrica foram-se espalhando, os moradores passaram a ser muito assediados por fazendeiros que desejavam vender suas terras. Dessa maneira, além da fragmentação de interesses e objetivos desencontrados ocorridos entre os moradores, tanto que cada grupo passou a traçar sua própria estratégia de negociação com o CESTE, aqueles tiveram que negociar com proprietários para encontrarem os lotes mais interessantes possíveis para retomarem a vida. Maria da Ilha recorda este processo desta maneira:

Como eu ando muito, sempre para as bandas de Araguaína, em Babaçulândia tinha um fazendeiro me procurando. Tinha aquele tanto de corretor! Aí todos eles me procuravam, e me levavam para olhar as terras: me levavam pra cá e levava pra cá... aí nessa “olhação” de terra, eu estava me agradando de outra fazenda, mas aí o fazendeiro aqui correu atrás de mim, que era pra ver se eu conseguia comprar a terra dele, que ele me daria uma porcentagem e coisa e tal. E aí eu vim aqui, vim umas

três vezes nesta fazenda, olhava, voltava.... aí consegui trazer o povo né. Levei o pessoal lá pra ver realmente a terra... pra ver com seus próprios olhos, que era para não dizer que era eu... *que só tinha eu!* Desse grupo todinho, era eu sozinha pra dar conta de correr atrás de terra, resolver problema do povo [...]. Então, eu tinha que sair “caçando”. Aí encontrei o fazendeiro e a gente... ele me trouxe aqui, eu vi a fazenda. Então eu disse: “é, agora eu vou buscar o povo pra gente ver”, porque não é uma decisão só minha¹⁶⁰.

Sua formação e militância política, assim como a capacidade de articulação e negociação deram a Maria da Ilha a liderança do grupo e a confiança que lhe outorgou liberdade para escolher a terra para o reassentamento e certa visibilidade diante dos proprietários interessados em negociar suas glebas e dos próprios representantes do CESTE que também a tratavam como figura de referência. O discurso de Maria da Ilha deixa entrevermos determinado senso moral ancorado numa preocupação com o outro, quer dizer, com o dever de dar ao outro uma satisfação das ações que implicam todos, ou como Bauman argumentou defendendo a impossibilidade de não estarmos continuamente imersos em situações que exijam uma atitude moral explicando que constantemente somos “confrontados com o desafio do outro, o desafio da responsabilidade pelo outro, uma condição do *ser-para*” (BAUMAN, 2001, p. 09).

Por duas vezes o discurso da líder do reassentamento indica primeiro a preocupação de não ser vista como manipuladora das vontades dos indivíduos que nela depositaram a confiança: “consegui trazer o povo né. Levei o pessoal lá pra ver realmente a terra... pra ver com seus próprios olhos, que era para não dizer que era eu... *que só tinha eu!*” e, de certa forma, uma crítica ao próprio grupo que, não apenas deixou-a responsável por encontrar o lote mais adequado, mas despiu-se de toda a responsabilidade. E conclui retomando a ideia de coletividade para reiterar que não havia escolhido sozinha o terreno para o reassentamento.

Note-se também que as estratégias de negociação não eram pautadas apenas nas vantagens oferecidas pela terra, porquanto os fazendeiros costumavam oferecer comissões às pessoas responsáveis pelas negociações, situação que aponta para a enorme especulação fundiária que os empreendimentos hidrelétricos acabam gerando¹⁶¹. Além da especulação fundiária, houve também interesses políticos em jogo, pois a saída de um número considerável de famílias do domicílio eleitoral de Babaçulândia implicava na diminuição de possíveis

¹⁶⁰ Maria da Ilha. Depoimento gravado em 16 de agosto de 2013.

¹⁶¹ Em 2008, ano de minha primeira viagem à ilha de São José, apareceram por lá dois proprietários interessados em negociar com os moradores e estavam à procura de Maria da Ilha, mas esta tinha ido a Estreito para resolver problemas de saúde do esposo. Em 2009, Dona Maria levou-me à propriedade de um senhor que costumava comprar terrenos ameaçados por barragens para vendê-los aos consórcios responsáveis por um preço maior que o que pagara anteriormente.

eleitores, conjuntura que exigiu a atenção do prefeito da cidade, na época Argemiro Costa. É seu Leonardo que nos transmite esta informação:

[...] ele fez assim, tipo corretor, comprou essas terras baratinhas e vendeu por um outro preço para o CESTE. Ganhou um dinheiro absurdo. [...]. Esse grupo era grande, mas aí o pessoal foi desistindo. Porque tinha o grupo do prefeito, né. Aí a Maria era contra o prefeito, nós lá. Aí nós formamos um grupo, o prefeito, o grupo dele, era bem maior que o nosso que era o pessoal mais misturado com o prefeito [...]. Ai ficou vai, vai, vai, vai, vai, vai... e a terra aqui nunca saía, aí o grupo foi desistindo um bocado, foram caindo pro lado do prefeito, outros se juntou com esse outro menino [...], aí na última hora mesmo, eu sei que ficou só dezoito famílias que aguentaram junto com a gente, eles firmaram mesmo com a gente e continuamos direto. E a outra parte foi acompanhando pro lado do prefeito¹⁶².

Outro ponto recorrente nas entrevistas foi a falta de diálogo por parte do consórcio responsável pela construção da barragem. Os moradores entrevistados alegam que não foram convidados a fazer parte das negociações que implicariam na implementação da obra, sem falar na quase total ausência de informações acerca da realocação dos impactados e das indenizações referentes às suas propriedades. Segundo os entrevistados, não aconteceu consulta prévia acerca da implantação da barragem; houve a comunicação de que as obras aconteceriam e que eles deveriam mudar-se, mas que não se preocupassem, posto que o CESTE responsabilizar-se-ia pelas realocações e indenizações aos atingidos. Esta postura autoritária por parte do consórcio responsável pela construção da hidrelétrica apresentava-se escamoteada por intermédio de promessas de programas assistencialistas e compensatórios configurados em parcerias com as prefeituras dos municípios atingidos e promessas de moradias novas e melhores que as antigas para os atingidos, que, de início acreditaram nas propostas da empresa.

As recordações de Dona Maria da Ilha nos revelam este contexto. Ela nos diz assim: “O pessoal estava muito ansioso com a barragem porque ela trazia propostas bonitas” e, mostrando como os moradores da ilha rapidamente perceberam que seriam prejudicados pela construção da barragem, continua: “viram que a empresa não era o que eles diziam e muitos começaram a botar os pés na parede”¹⁶³. Esta conjuntura levou os ribeirinhos a abstraírem as atitudes do CESTE como arbitrárias e despidas de seriedade.

Até o momento a gente está um pouco desorientado, porque a gente, a condição que a gente tem é a gente tá aqui, é a propriedade [...]. A gente espera uma indenização desse povo para que a gente possa comprar uma terra para que possa habitar ou que

¹⁶² Seu Leonardo. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013.

¹⁶³ Maria dos Santos (Maria da Ilha). Entrevista feita em 17 de maio de 2009

dê a terra, reassentamento que eles derem... agora ninguém sabe o que vai acontecer, segundo o movimento (que) a gente vê [...] não está tendo solução. Eu acho até que eles estão criticando da gente, estão levando a gente com brincadeira¹⁶⁴.

Percebemos, ademais, que nos folhetos e informativos distribuídos pelo consórcio responsável pelas obras da UHE de Estreito, não aparece a ilha de São José. É como se fosse invisível ou não existisse, simplesmente. O encobrimento/esquecimento utiliza uma estratégia mais sutil e eficaz: ao invés de reprimir a fala e a imagem, ele simplesmente não as menciona. É a força do não-dito que induz ao silenciamento e constrói o esquecimento. Num outro momento uma moradora tece um argumento muito semelhante ao acima exposto. Segundo ela:

Não é de agora que a gente está sem acordo; é que a gente nunca teve mesmo acordo [...]. A gente nunca foi entrevistada¹⁶⁵, a gente nunca foi chamada a conversar para saber se a gente era a favor, ou, senão se a gente achava que tinha vantagem ou se tinha desvantagem [...]. Era coisa que eles deviam ter feito antes de começar a obra.

No mesmo relato a moradora mostra consciência de que é tão somente um obstáculo a ser removido para que o andamento da obra continue avançando. Destarte, os moradores são tratados pelo Consórcio como estatística, ou seja, óbices que devem ser retirados para que a construção seja levada a termo. Conforme o relato:

Mas eles são muito sabidos, eles já sabem que eles tinham que começar pra poder alegar amanhã que não tem mais como [...]; a pessoa é que tem que sair mesmo do lugar, pelo menos sair daqui [...] que nós estamos no meio deles, e nós não vamos nos dar bem fora do rio, porque nós não nos acostumamos sem água. É diminuir os dias de vida [...]¹⁶⁶.

Pode-se denotar também que, mesmo de forma intuitiva, as populações ribeirinhas percebem a estrutura do logro – estratégia máxima do capitalismo – e que não são indiferentes às relações de mútua implicação entre poder e saber, configuradas no discurso da competência, isto é, na crença de que aquele que possui conhecimento técnico e antecipado dos fatos, além da ciência de sua inevitabilidade, possui também vantagem nas estratégias de dominação.

Para entendermos de que maneira os ribeirinhos constroem sua territorialidade e como, a partir desta categoria, o processo de construção da identidade também toma corpo.

¹⁶⁴ Raimundo Vicente, 68 anos. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

¹⁶⁵ Mantive a concordância porque a entrevistada não refere-se apenas a si mesma, mas à comunidade da Ilha de São José.

¹⁶⁶ Luzía, 52 anos, nascida e criada na Ilha de São José. Entrevista gravada no dia 21 de abril de 2008.

Tentaremos estabelecer agenciamentos entre o conceito de território e a vivência dos ribeirinhos. A condição de possibilidade para entendermos mais claramente o que poderia ser um território, são os agenciamentos estabelecidos entre lembrança e linguagem, pois nosso acesso ao passado dá-se pela memória, ou melhor, pelos usos sociais que dela fazemos, porém, a exteriorização dessa experiência do passado, só nos é possível por intermédio da linguagem, que nunca se nos apresenta inócua; vem sempre carregada de significações e relações de poder e jogos semânticos¹⁶⁷.

A construção da territorialidade depende de uma série de fatores que se intercalam e implicam-se mutuamente. Dentre esses fatores podemos destacar as relações de poder que articulam-se como estratégias e negociações que inserem-se da forma capilar no cotidiano, a relação que o ribeirinho constrói com a terra e o rio, assim como a dádiva que articula-se como categoria mediadora entre o homem e o mundo que o circunda. Os ribeirinhos assumem para com o rio uma relação essencialmente axiológica, o rio entra na vida do ribeirinho como elemento valorativo. Não é apenas meio de renda, mas parte essencial da vida do ribeirinho. Faz parte da construção de seu *ethos*.

3.3.- O território em questão

A produção historiográfica contemporânea, mormente a ligada ao estudo do cotidiano, tem dado muita atenção à apropriação humana dos espaços. Tem-se estudado as interpenetrações e confusões entre o espaço público e o privado (PERROT, 1991), a loucura como um espaço construído a partir da percepção social (FOUCAULT, 2009), o feminino como lugar da alteridade (PERROT, 1988), enfim, o espaço como uma questão de construção e percepção sociais. Esta parece ser uma proposta de elaboração de uma arqueologia do espaço, isto é, um exame das condições de possibilidade para a construção dos espaços que habitamos e transformamos em território. Dessa maneira, pensar o espaço é tentar entender, de que maneira, historicamente, fazemos diversas apropriações dessa categoria e quais seus limites e agenciamentos. O espaço é uma relação social e fenomênica porque o homem não

¹⁶⁷ Entendemos, juntamente com Wittgenstein, que aquilo que chamamos de linguagem constitui-se de “jogos de linguagem”. Ou seja, as palavras não possuem significados substancializados e rígidos, mas dependem dos usos cotidianos que a comunidade ou grupo faz da linguagem corrente, nas palavras deste pensador, os *jogos de linguagem* correspondem “ao conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada” (WITTGENSTEIN, 1989, p. 12). Dessa forma, cada comunidade nomeia sua visão-de-mundo (*Weltanschauung*), sua experiência histórica, sua percepção e representação sociais, tendo por suporte as utilizações práticas da linguagem. Dessa forma, a significação de um termo tem haver com a utilização que dele faz o indivíduo.

ocupa espaço apenas; constrói-o, relaciona-se com ele, interage, modifica-o. Um espaço passa a ser território¹⁶⁸ quando dele me aproprio e estabeleço limites baseados em relações epistêmicas e de poder. O espaço é, dessa forma, o lugar onde estamos, mas também o referencial do qual partimos. Nossos enunciados criam espaços discursivos e, a um só tempo, emergem de lugares de enunciação. Por esta forma:

Numa sociedade humana, a noção de espaço está associada à ideia de localização de lugares que são importantes para o grupo social, não apenas por estarem associados às atividades de reprodução social, mas por serem referências importantes para a construção da identidade cultural (ALENCAR, 2007, p. 97).

Dessa maneira, a identidade é marcada pelo lugar, pelo espaço construído socialmente. É este entrecruzamento entre relações sociais e percepção espacial que lançam as bases da noção de território, articulada como categoria culturalmente construída por abranger tanto o espaço habitado, quanto as relações imaginárias que o indivíduo estabelece com este espaço, ou seja, é um lugar que transcende o físico e entra no terreno do simbólico. Assim, a questão da territorialidade transcende a mera aceção do lugar geográfico ou do espaço onde se habita; transcende, mas não prescinde dela, pois o território como categoria política acaba articulando-se como condição de possibilidade para a construção de regiões (PETIT, 1999) e de territórios que se movimentam no interior de outros territórios que estão ligados muito mais a recortes estratégicos do que configurações naturais e geográficas, como no caso da Amazônia Legal que abarca os territórios de vários estados brasileiros. Acerca disso nos alerta Pere Petit que:

[...] pelas inúmeras formas de “construir regiões”, segundo sejam utilizados, por exemplo, critérios geográficos, climáticos, culturais, econômicos, demográficos, étnicos ou a soma das várias dessas classificações. Advertência pertinente, seja para as diferentes regiões inseridas nas fronteiras de cada país, como também para as regiões que superam os limites dos Estados-Nação, por exemplo, a denominada Amazônia continental, na qual se incluem territórios de vários países sul-americanos (PETIT, 1999, p. 07).

Isto significa que esta categoria está relacionada a construções de sentido, pois o território é o lugar no qual o homem põe sua “marca”, espaço no qual esta inscrita sua assinatura. Essa assinatura já é um indício do processo identitário. Nesta mesma perspectiva apontam as reflexões de Weber e Geertz que enfatizam que o homem é um ser essencialmente

¹⁶⁸ O cunho vernáculo do conceito de território está ligado ao latim, *terra* ou *tirou* e significa *terra pertencente a alguém* (Cf. PETIT, 1999, p. 06). Ora, o termo pertença indica senhorio sobre algo, assim, ao território, são inerentes relações de força e negociações.

simbólico e que por isso constrói uma rede de significados da qual ele mesmo não consegue desvencilhar-se¹⁶⁹.

Michel Foucault nos ajuda a pensar essa questão argumentando que o território seria um lugar-movimento, porque seus limites nunca estão claramente traçados, mas encontram-se sujeitos a constantes negociações, pois o limite é sempre o encontro com o outro: a fronteira, não seria o fim, mas o encontro/confronto com o outro. Segundo este pensador:

Não vivemos no interior de um vazio que se encheria de cores com diferentes reflexos, vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irredutíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de serem sobrepostos (FOUCAULT, 2009, p. 414)..

Uma territorialidade não anula outra; elas estabelecem ressonâncias por vezes conflituosas, pois a quadratura do território, tal qual um jogo de xadrez, depende de estratégias para a tomada do espaço de influência do outro, todavia, o avanço das peças nunca é definitivo: o avanço em direção a um espaço pode significar anuir outro não tão estratégico momentaneamente. É a negociação. Assim, o rio pode ser entendido como um território flutuante, fugidio, marcado pelo perigo, mas também pela acolhida e pelo companheirismo. Assim, o rio não apenas compõe a constituição física de um bioma, ele assume um significado para aquele que habita seu entorno: pode ser a mãe que alimenta, que fertiliza a terra; o carrasco que rouba a vida; ou o justiceiro que imprime seu crisol àquele que não respeita sua força.

Dizer que o rio é território do ribeirão é afirmar que este constrói sua identidade, seu *modus vivendi* e sua visão de mundo a partir do rio e com ele. É dizer que o rio não está disposto na paisagem como um copo na prateleira, mas que existe, acima de tudo, uma relação entre rio e indivíduo. Quem olha o rio vê muito mais que um curso de água que se desloca de um nível mais alto para um mais baixo; enxerga nele significados que foram construídos e continuam sendo constantemente reorganizados por sua relação com ele. Assim, o território, mais que um lugar geograficamente situado, define-se como uma relação na qual, distintas visões de mundo se intercalam e interpelam. É o lugar da estratégia, do discurso que se contrapõe ao interdito, portanto essa categoria escapa e transcende a modesta acepção de espaço físico, solo, lugar de moradia; qualquer lugar social, culturalmente construído e eivado de relações de poder pode ser entendido como território: o corpo, por exemplo, que o sistema capitalista sevia e adestra.

¹⁶⁹ Cf. o Primeiro capítulo da obra “A interpretação das Culturas” de Clifford Geertz.

A quadratura do território é eivada por um campo de forças mediado por negociações estratégicas e pela experiência do espaço geográfico traduzida em sua transformação e identificação junto ao homem. Dito de outra maneira, o território é um lugar de enunciação, e de construção da identidade, pois articula-se como “uma categoria através da qual as pessoas se percebem no mundo e se situam numa paisagem em constante transformação” (ALENCAR, 2007, p. 96).

A relação humana com o território é dialógica: o homem fabrica o território, mas este também constrói o homem; o território possui a marca daquele que transita por ele assim como o homem possui no corpo as marcas de seu território. O território é abstraído tendo como prisma o sistema de relações de quem o criou. Em seu âmbito circulam construções epistêmicas que corroboram relações de poder que, por sua vez, sustentam instancias de saber. Ora, todo saber possui um domínio localizado, uma região de hegemonia que não exclui relações de força impulsionadas para mantê-la ou conquista-la. Por isso, o território é antes de tudo uma metáfora espacial cujo eixo central é a geopolítica imaginária desse mesmo espaço. Isso significa que assim como o chão, onde se mora e se planta, o rio pode ser território, pois nele o pescador constrói seu *ethos*, o barqueiro conhece suas “manhas”, seus sinais, sabe por onde ir (ou não ir).

O território envolve também uma disputa por sua hegemonia. Nesse sentido, não importam critérios de veracidade, mas de verossimilhança, isto é, o que está em jogo não é se uma visão de mundo é mais verdadeira que a outra, mas as estratégias utilizadas pelos grupos e atores sociais para tornarem sua representação do real hegemônica e mantê-la como tal.

De todas estas considerações podemos concluir que o que marcará a territorialidade é a experiência daquele que a constrói. Experiência que gera uma representação ligada à percepção que fazemos dos fenômenos sociais que nos rodeiam e dos quais fazemos parte, evidentemente. Nas palavras de Clifford Geertz, “[...] o que o homem é pode estar tão envolvido com onde ele está, quem ele é e no que acredita, que é inseparável deles” (GEERTZ, 1989, p. 26). Assim, com o tempo os reassentados vão re-construindo a vida, transformando o reassentamento em casa e imprimindo nesse terreno lugares que remetem à ilha, à vida anterior. Vão construindo lugares que agem como máquinas de memória.

A família de dona Maria, por exemplo, construiu, no quintal, atrás da casa de alvenaria, outra casinha, muito semelhante à sua na ilha: é lá que a família passa a maior parte do dia, retornando à habitação de tijolos somente para dormir¹⁷⁰. Na casinha ao fundo do quintal, perto do córrego, ladeada por árvores plantadas pelos moradores após a chegada ao reassentamento e cercada também

das roças de arroz e milho, há também um fogão de barro e um jirau. Esta composição espacial age como metáfora da vida na ilha – até as madeiras que sustentam a casa foram trazidas de lá. É uma estratégia para, mais que lembrar, tentar não esquecer: “assim surge uma relação estreita entre as

Fig. 38 - Choupana construída com a madeira trazida da Ilha de São José



Fonte: Cícero Júnior, 2014.

Fig. 39 – Casa de morador ampliada.



Fonte: Cícero Júnior, 2014.

peças e o local geográfico: este determina as formas de vida e as experiências das pessoas, tal como estas impregnam o local com sua tradição e histórias” (ASSMANN, 2011, p. 328). No quintal da casa de seu Júlio há uma “maloquinha” com um

¹⁷⁰ Num trabalho em que discorre sobre a maneira como as mulheres do povoado de Pinheirópolis, no município de Porto Nacional – TO, submerso por ocasião da construção da hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), lidam com o processo de desterritorialização causado por esta barragem, Temis Gomes Parente aponta a importância das estratégias de recordação que marcam sensivelmente a construção da identidade dessas mulheres a partir de uma perspectiva de gênero, assim como determinadas práticas em relação a suas moradias indicam uma espécie de territorialização dentro da desterritorialização configurada no reassentamento. Conforme sua análise, “são as marcas do lugar de origem que essas mulheres reproduzem nas novas moradias: quintais improvisados, criações de animais domésticos como galinhas, porcos, pequenas árvores frutíferas, além de uma pequena cozinha fora da nova casa com um fogão de lenha improvisado para “cozinhar comidas demoradas” (PARENTE, 2007, p. 110)

fogão de barro para assar bolos sobre a brasa do babaçu.

Outra estratégia de rememoração, mais velada, mas que mostra também rastros da vida anterior é a ampliação das casas: aqueles que tiveram condições construíram varandas, fizeram novos cômodos, tornaram-nas mais amplas, como eram suas casas de barro na ilha.

São esses rastros, ora mais evidentes, ora mais sutis que apontam para esses lugares de memória, que se não são sinais de saudade – como alguns negam ter – pelo menos são indícios de uma vontade de não esquecer. A territorialidade é uma migrância¹⁷¹ de mentalidade. Por isso, numa vegetação de serrado, os ribeirinhos da ilha de São José, chamam-na de Sertão, porque o sertão está onde está o sertanejo. Vejamos o depoimento de Raimundo Vicente: “A vida no sertão acho bom por causa disso [...] é um milho, uma coisa, [...] uma espiga de milho, no tempo, a gente tem”¹⁷².

3.4.- Memória e território

A memória, enquanto lugar no qual lembrança e esquecimento articulam-se e estabelecem ressonâncias, também é território porque acaba sendo *locus* das relações de força que instintivamente forçam o esquecimento ou vetam-no. É palco de disputas territoriais. É o tempo concomitantemente territorializado e des-territorializado. Territorializado porque demarca o passado por meio da experiência, mantém-no vivo; des-territorializado porque não possui limites, demarcações, está em constante mobilidade. Acaba “contaminando outras memórias”, isto é, não constrói um quadro puro, impenetrável, pelo contrário, sofre constantes migrações de outras memórias, junte os acontecimentos, seleciona-os, e aliena-os do tempo linear. A memória relativiza o tempo. Porque o tempo da memória não é cronológico; é local, territorial. Ancora-se num acontecimento, numa percepção espacial, “existe uma ligação inseparável entre memória e espaço” (ASSMANN, 2011, p. 170).

Recordar é pôr o passado em um lugar transpassado de relações de poder reproduzidas pela seletividade das lembranças e pelo esquecimento. Por esta forma, “a recordação tornou-se parte essencial da tradição identitária individual e coletiva e oferece palco tanto para o conflito quanto para a identificação” (LAMBEK, 1997, p. 07 apud. ASSMANN, 2011, p. 20). Para justificar a posse da terra e o direito a permanecer nela, os moradores recorrem à memória do povoamento e colonização da ilha, construindo, dessa

¹⁷¹ Utilizamos o neologismo para enfatizar o caráter dinâmico dessa migração de mentalidade, esse deslocamento contínuo dessa diáspora *ad aeternum*.

¹⁷² Raimundo Novato. (20/04/2008)

forma, uma narrativa de origem que ancora sua identificação com o local. Portanto, a memória seria o elo entre o indivíduo e a construção de sua identidade essencialmente alinhavada à territorialidade, pois “tanto o lugar reativa a recordação quanto a recordação reativa o lugar” (ASSMANN, 2011, p. 25). Ora, este entrelaçamento entre memória e processo identitário é o reflexo da articulação linguística humana que desdobra-se não apenas como mera condutora de informação, mas como comunicadora de sentido e experiência. É Walter Benjamin que nos ensina isto ao afirmar que a narração, enquanto evocação do passado:

Não tem a pretensão de transmitir um acontecimento, pura e simplesmente [...]; integra-o à vida do narrador, para passa-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila (BENJAMIN, 1994b, p 107).

Destarte, o discurso acaba apresentando vestígios do passado. Esses vestígios apontam para a experiência de mundo de seu narrador. Assim, narrar o passado é, antes de tudo, comunicar a experiência humana dele.

3.5.- Quando a Dis-topia compõe o cenário.

O conceito de Utopia, termo cunhado por Thomas Mores num trabalho de mesmo nome escrito em 1516, (do Grego *u-tópos*, “lugar nenhum”, “*não-lugar*”) é marcado pela dialética entre idealidade e o real, posto que a proposta de um “*não-lugar*” não é a defesa de uma sociedade inalcançável, mas a negação das mazelas e desigualdades sociais existentes na sociedade em que se vive atualmente, como nos ensina Marilena Chauí quando afirma que “a utopia é uma expressão peculiar da imaginação social, procurando combinar o irrealismo, ou a crença na total transparência social, e o realismo, por meio da apresentação dos mínimos detalhes da nova sociedade” (CHAUÍ, 2011, p. 362). Isto indica que a Utopia seria a proposta de transcendência a partir de um projeto político. Assim sendo, este conceito pode também ser entendido como arquétipo de um horizonte de possibilidades no qual o desenvolvimento das prerrogativas mais humanas e nobres dos homens possui foro privilegiado, pois os projetos utópicos:

Fundam-se na ação do homem como potência para trabalhar a realidade; são laicas, antropocêntricas, pedagógicas e substituem a esfera escatológica por uma vontade humana construtiva e otimista, fundada na ideia de aperfeiçoamento moral e progresso racional (CHAUÍ, 2011, p. 365).

Dessa forma, seu uso possui conotação essencialmente política, posto que as potencialidades humanas só se realizariam no interior de uma sociedade perfeita, na qual o projeto humano poderia materializar-se. Outrossim, a Utopia toma a incompletude humana como incentivo à busca da realização e plenitude do projeto de humanização revelando, além do conteúdo político desta ideia, seu referencial ético pois “[...] o não-lugar é a afirmação do absolutamente outro, o encontro com a alteridade absoluta” (CHAUÍ, 2011, p. 362). Portanto, articula-se como um projeto de ruptura radical com a conjuntura vigente, mas tendo em vista a construção de uma nova ordem político-social que atenda aos anseios humanos. Assim, todo projeto utópico tem seus olhos voltados para o futuro, para a sua construção e, logicamente, para sua transformação em presente, por conseguinte, uma possibilidade em vias de concretização, um desejo de ordem, domínio da natureza e felicidade tendo como linha condutora a racionalidade, pois, “a utopia surge como possibilidade objetiva, inscrita na marcha progressiva da história como ação humana deliberada” (CHAUÍ, 2011, p. 372).

A Dis-topia¹⁷³ pode ser traduzida como o envelhecimento de nossos projetos, como o anacronismo do próprio presente que não se precipita para o futuro enquanto expectativa e possibilidade, mas para uma mesmidade mórbida, portanto, a dis-topia pode ser entendida como a morte do presente enquanto possibilidade. É nesse sentido que ela desenvolve-se como antípoda da Utopia.

Tanto a falência das estruturas do presente causada pela falta de informação, quanto a imponderabilidade do futuro refletida pela iminência do abandono compulsório de suas moradias e terras – aliás, única certeza que os ribeirinhos possuíam – fizeram brotar nos velhos um sentimento de catástrofe sobranceira, como fica patente no relato de dona Luzia, já mencionado acima: “[...] nós não vamos nos dar bem fora do rio, porque nós não nos acostumamos sem água. É diminuir os dias de vida [...]”.

Esse relato expressa uma percepção distópica da realidade. A Distopia, termo que nos permitimos traduzir literalmente por “des-lugar”, articula-se como um espaço

¹⁷³ A palavra Dis-topia entendida como antônimo de Utopia foi utilizada pela primeira vez em 1868 pelo filósofo e político britânico John Stuart Mill por ocasião de um discurso no Parlamento Inglês (CARDOSO, 2006; MILNER, 2009). Toda via, seu emprego é mais corrente migrou da esfera política para a literária e, em seguida, para a cinematográfica - em especial os gêneros de ficção científica ou de conotação política - mormente na análise de obras que apresentam uma sociedade futura na qual as expectativas da humanidade são frustradas por sua corrida pelo progresso e pelo próprio avanço tecnológico que, ao invés de libertarem o gênero humano acabaram por escravizá-lo ou dominá-lo de alguma forma. Por esta forma, entendemos a palavra distopia no sentido em que a emprega, tacitamente, a literatura de George Orwell, maiormente em “1984” e a “Revolução dos bichos”, onde não existe mais lugar para Estados ideais, mas apenas esquemas distorcidos do sonho humano de uma comunidade mais igualitária, traduzidos por sociedades totalitárias e desumanizantes..

desconfigurado, insólito e amorfo, um lugar que, paradoxalmente, não é lugar. É a ausência de sentido, “descreve um mundo intolerável, mas ao transformá-lo em fantasma reduz o intolerável à dimensão da ilusão” (CHAUÍ, 2011, p. 383). É um *lócus*, onde o absurdo é a única lei. É como se começasse a erigir-se sobre os escombros antecipados do mundo dos ribeirinhos, norteado pelo rio, as vazantes, os laços vicinais, o apego à terra, um mundo adverso, sustentado por um sistema de valores, que não lhes são completamente estranhos, mas que não são os seus, não orbitam em seu universo. Ora, o solapamento do sistema simbólico é tão nocivo quanto a destruição do mundo material.

É o medo de perder o rio e de ficar sem a terra dadivosa. Essa estrutura dis-tópica acaba por jugular a configuração simbólica do mundo-da-vida¹⁷⁴ dos habitantes da ilha, no sentido de que todo o seu mundo rural, marcado por uma relação de troca com a terra é agora confrontado com o universo mercadológico da cidade, onde a dádiva é inexistente ou pouco percebida.

Isso é o que eu temo porque, olha, eu estou aqui no interior eu passo uma semana, eu passo um dia, eu passo um mês, eu levo a vida e eu não vejo aqui o que eu gasto né? [...] Aí eu saio daqui, vou para lá para cidade pra passar uma semana. Quando eu chego lá, mas rapaz! Todo dinheiro que a gente ralou ali [...] logo vai se acabando. [...] A vida lá e bem difícil. É mais uma vida sacrificada para gente. Eu não gostaria, mas no caso o que eu vou fazer? [...] É aprender a viver de novo, aprender viver outra vez. Acho muito difícil [...] a gente quando está na cidade, quando amanhece o dia a primeira coisa que a gente faz é gastar dinheiro [...] é gastando direto, o dia todo¹⁷⁵.

No relato acima, Ilha e cidade são postas em terrenos dicotômicos. A negatividade marca este dualismo construído pelos ribeirinhos. Em todas as entrevistas realizadas nenhum dos velhos encarou a mudança para a cidade como algo benéfico. Isto porque a vida urbana apresenta-se como uma antítese da vida rural elaborada durante anos, o tempo, as relações e o espaço são distintos e difíceis de serem assimilados. O “rastros” dessa distância no discurso de Raimundo Vicente é justamente a utilização da partícula “lá” indicando não somente uma distância geográfica, mas axiológica e existencial. Isto pode ser percebido na constante dicotomia expressa no relato: Na ilha, não se gasta dinheiro; na cidade a quantidade é insuficiente. Na ilha leva-se a vida, ela transcorre com mais tranquilidade; na cidade a vida é

¹⁷⁴ Optamos por unir a expressão por *híffens* porque ela se apresenta como a tradução da palavra alemã *lebenswelt*, largamente utilizada por Edmund Husserl no seu método fenomenológico e retomada, na atualidade por Habermas. A expressão aponta genericamente para o campo significativo que envolve a existência dos sujeitos, este campo é estruturado lingüisticamente e, portanto, envolve sempre uma construção contínua de sentidos e significações que envolvem o cotidiano do sujeito.

¹⁷⁵ Raimundo Vicente, 68 anos. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

difícil. O comércio é muito mais acentuado na cidade. A urbe é o espaço da incerteza, da luta, da competição, onde as relações assumem uma lógica mercantil e os laços são mais lânguidos. O tempo escoia de maneira acelerada, num ritmo por demais distinto daquele ao qual o ribeirinho aprendeu a viver. Portanto, essa transição do “sertão” para a cidade implica numa mudança de vida em um “aprender a viver de novo”. A ilha, por seu turno, apresenta-se como o lugar do aconchego, da segurança (ethos)¹⁷⁶, onde as relações são mais familiares, isto é:

Os indivíduos encontram-se mais próximos, as ações e as reações sociais são mais numerosas, mais seguidas, mais contínuas; as ideias são trocadas, os sentimentos se reforçam e avivam-se mutuamente; o grupo sempre ativo, presente sempre à vista de todos, tem mais o sentimento de si mesmo e ocupa também um lugar maior na consciência dos indivíduos (MAUSS, 1974, p. 321).

A perspectiva de mudar para a cidade, um *topos*, não necessariamente desconhecido, mas essencialmente invertido, entroniza nos ribeirinhos a representação dis-tópica do mundo-da-vida, qual seja, o “sentimento de si mesmo” esvai-se e em seu lugar desponta uma clivagem simbólica e material, traduzida na insegurança. Dessa maneira, a dicotomia que aparece no discurso de Seu Raimundo Vicente não aponta essencialmente para a cidade, mas para o que ela significa: a desintegração de uma forma de vida construída ao longo de vários anos a partir da apropriação da terra por meio do trabalho. Dessa maneira, com a inundação e a conseqüente migração forçada, todo esse sistema é jugulado, desfeito, porquanto não havia garantias de que as novas localidades não ofereceriam as mesmas condições de vida. Assim sendo:

Esse processo de desterritorialização é visto como ruptura das estruturas que há muito tempo foram estabelecidas e que assusta, principalmente por mudar o cotidiano, percebido e valorizado, quando se tem a certeza de que será transformado, vindo a gerar, posteriormente, angústia e insegurança à população alocada em outra localidade” (PARENTE, 2007, p. 103)

É patente que os impactos pelos quais os ribeirinhos da Ilha de São José passaram e ainda continuam a sofrer, não são apenas de ordem ambiental, mas também social, cultural, psicológica e econômica. Pode-se assinalar um impacto ambiental como uma ação de caráter

¹⁷⁶ A palavra grega *ethos* é escrita no idioma helênico de duas formas que correspondem a significados distintos. Quando escrita com o *épsilon* (*è psilón*, em grego, E e ε), vogal breve cujo som é |e|, *ethos* significa modo de ser, caráter, índole, ou simplesmente o conjunto de virtudes e vícios que constituem a existência do indivíduo. No entanto, quando, em lugar do *épsilon*, é usada a vogal *eta* (do grego *êta*, H e η), de som mais longo |ei|, a palavra *ethos* denota costume ou casa, habitação. É na segunda acepção que usamos a palavra no texto.

antrópico que possui como resultado direto e flagrante a alteração e descaracterização do bioma envolvido. Noutras palavras, são:

Processos que perturbam, descaracterizam [...] condições ou processos no ambiente natural; ou que causam modificações nos usos instalados, tradicionais, históricos, do solo e nos modos de vida ou na saúde de segmentos da população humana; ou que modifiquem de forma significativa, opções ambientais (FEARO, Apud. LIMA, 2003, p. 07).

Numa outra definição bastante parecida com a anterior, porém mais sucinta, “qualquer alteração no sistema ambiental físico, químico, biológico, cultural e sócio-econômico que possa ser atribuída a atividades humanas relativas às alternativas em estudo para satisfazer as necessidades de um projeto” (CANTER, Apud. LIMA, 2003, p. 07), pode ser entendida como impacto ambiental. Ora, se entendermos o conceito de socioambientalidade (LITTLE, Apud. ALMEIDA, 2007, p. 05) como o resultado da interpenetração dinâmica e interdependente entre o mundo humano eivado de suas estruturas sociais, simbólicas¹⁷⁷ e significativas e o mundo biofísico, composto por seus ciclos naturais e forças que o homem não pode controlar, compreenderemos os impactos ocasionados pelas hidrelétricas, de maneira mais abrangente, sobretudo, porque este referencial teórico permite-nos analisar os efeitos impactantes de maneira mais articulada e interligada.

Assim sendo, o conceito de sócioambientalidade abrange não somente o intercâmbio material entre homem e meio ambiente circundante, mas também as representações que este constrói sobre si mesmo, sobre o mundo-da-vida e, evidentemente, o uso dessas representações. Assim como as relações capilares de poder que são constantemente travadas no seio da comunidade. Destarte, a categoria socioambiental refere-se não somente às relações constituídas numa comunidade que desenvolve-se no interior de um ecossistema, mas também às mútuas implicações entre a comunidade humana e o ambiente que a circunda.

O modo de ser no mundo construído pelo ribeirinho é totalmente imbricado e sobreposto ao rio e à mata. Ele aprendeu a conhecer a regularidade do rio e identificar seus diferentes movimentos. Sabe distinguir sem dificuldades um simples marulho do movimento

¹⁷⁷ Afirmamos com Bourdieu que o mundo social estriba-se em negociações de caráter simbólico, que por sua conta articulam-se como condições necessárias de estratégias de poder bifurcadas em resistências e dominação. Assim, mundo simbólico e mundo biológico entrecruzam-se por intermédio das representações construídas socialmente. Segundo o sociólogo francês, “Os determinismos biológicos e sociais, ou mais exatamente, os determinismos biológicos socialmente reinterpretados e os determinismos sociais propriamente ditos agem sobre as práticas e as representações linguísticas (ou sexuais) por intermédio da estrutura de oposições homólogas que organizam a representação dos sexos e das classes” (BOURDIEU, in ORTIZ, 1989, p. 26).

provocado nas águas por um cardume de peixes graúdos¹⁷⁸. Isso mostra que homem e ambiente acabam por formar um sistema integrado.

É justamente esse metabolismo sicionatural que leva os seres humanos a desenvolverem qualidades e capacidades que são ao mesmo tempo individuais e sociais. Do mesmo modo, a paisagem sicionatural não é externa à atividade social, mas intensamente vivenciada pelos ancestrais e deixada às atuais gerações como a encarnação de sua experiência temporal, com um verdadeiro monumento da continuidade da vida (IORIS, 2008, p. 10).

Um impacto socioambiental materializa-se como a fragmentação violenta dessa inter-relação do elemento humano com o mundo natural socialmente construído. Assim sendo, o matiz social do impacto dá-se porque os possíveis reassentamentos não garantem que a disposição e dinâmica vicinais dos moradores permaneçam tais quais são atualmente¹⁷⁹. A vida econômica é desestabilizada, pelo fato de que, via de regra, as condições propícias à produção, principalmente a fertilidade do solo e a abundância do rio, não são asseguradas, mormente no que concerne ao último elemento. Outras pesquisas (MAGALHÃES, 1994; LIMA, 2003; ARAÚJO, 2003) já observaram este “efeito colateral” dos realocamentos.

Na época da construção da hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, foram compulsoriamente deslocadas de suas terras cerca de seis mil famílias, dentre as quais estavam incluídos camponeses cuja permanência na região remontava às décadas de 20 e 40 do século passado, quando a exploração da castanha do Pará, atividade econômica de maior expressão no Estado até meados dos anos setenta (MAGALHÃES, 1994), encontrava-se no auge. A inundação provocada pelo enchimento do lago¹⁸⁰ submergiu, além dos castanhais, as glebas mais propícias à agricultura. Os camponeses foram realocados em lotes de 50 hectares¹⁸¹ que distavam aproximadamente seis quilômetros da rodovia PA-263. Nesta área os

¹⁷⁸ À boca da noite de 19 de maio de 2009, Isaías - filho mais moço de dona Maria da Ilha, em cuja casa hospedei-me – e eu descemos até o porto da casa para tomarmos banho. Enquanto eu lavava minha roupa na tábua, o jovem mantinha-se de pé à beira do rio relatando alguns causos. De súbito emaranharam as águas do rio ondulações parecidas com as que deixam os barcos quando passam, só que muito menos intensas. Eu mesmo nem me apercebi do que estava acontecendo. O jovem, no entanto, rapidamente deu-se conta de que aquele leve marulho indicava a presença de um cardume de peixes que subia o rio. Num átimo Isaías gritou à sua irmã para que lhe trouxesse uma tarrafa enquanto ele punha o motor na canoa. Quando a moça desceu Isaías já estava a postos no batel. Precipitaram-se os dois um pouco mais adiante no rio e acabaram por pegar dois tambaquis grandes, que viraram nosso jantar.

¹⁷⁹ Segundo as informações obtidas durante as entrevistas, os moradores estão divididos em três assentamentos. Um de nome Marin e outro chamado Itapuã, ambos próximos a Babaçulândia e foram intermediados pelo último prefeito. O outro, proposto pelo MAB, é uma fazenda que fica localizada a 20 km de Araguaína, mas ainda não foi aprovado pelo CESTE.

¹⁸⁰ Foram inundados cerca de 2.800 km².

¹⁸¹ É o loteamento Rural Rio Moju, situado no município de Moju do lado direito do rio Tocantins, ao longo dos km 35 e 60 da rodovia PA-263.

castanhais não existem e a raridade de lagoas e igarapés é tão intensa que a empresa responsável pela obra precisou cavar poços em cada um dos lotes, como está acontecendo nos reassentamentos para os quais os ex-moradores da Ilha de São José foram mandados. Sem falar que a localidade mais próxima do loteamento, Goianésia, ficava entre 15 e 40 quilômetros do loteamento. Assim, a perda do território onde os camponeses construíram suas vidas implicou também na desagregação de seu mundo social, porquanto todas as relações que foram construídas ao longo dos anos acabaram por desintegrar-se aos poucos, visto que grande parte dos assentados além de não terem sido realocados conforme a disposição vicinal anterior, também acabaram por abandonar os lotes em busca de terras mais interessantes¹⁸².

No que tange à Ilha de São José, os primeiros a sofrerem o impacto econômico foram os barqueiros. Primeiro porque o número de passageiros diminuiu sensivelmente¹⁸³, fato agravado pela mudança do porto onde atracavam os barcos. Até meados de 2007 as embarcações aportavam numa enseada que ficava a alguns quarteirões do centro da cidade. Os ribeirinhos arranchavam no próprio barco e os comerciantes da cidade organizavam as mercadorias no interior das embarcações. Atualmente, as barcas atracam num porto construído às pressas pelo CESTE¹⁸⁴, que dista dez quilômetros de Estreito e situa-se a montante do canteiro de obras. Essa realocação tornou as coisas por demais difíceis para os ribeirinhos: em primeiro lugar porque ficou muito distante do centro de Estreito, forçando os moradores da ilha a pagarem hospedagem na cidade - um gasto a mais - ou alojarem-se em casa de parentes ou conhecidos. O porto antigo era circundado de bares; o atual encontra-se no meio do nada. Possui um banheiro químico e um depósito para motores de barco e a já mencionada pista que leva até as embarcações é feita de pedras sobrepostas à argila. Assim, qualquer bâtega é capaz de transformá-la num monte de lama.

A distância também tornou problemático o transporte das mercadorias, visto que o acesso ao porto só é permitido aos veículos contratados pelo consórcio para levar os ribeirinhos à urbe e trazê-los de volta. Dessa maneira, os próprios compradores deveriam por

¹⁸² A ELETRONORTE em 1988 encomendou uma pesquisa que indicou que o índice de abandono dos lotes em todas as áreas de reassentamento chegava a 25%. No Loteamento Rural Rio Moju esta marca alcançou, em 1991, 60%. Cf. MAGALHÃES, 1994, p. 454.

¹⁸³ Isso foi constatado tanto por meio das entrevistas quanto empiricamente. Quando há dois anos (2008), fizemos a primeira visita à ilha, o mesmo “Coração de Mãe” rumou para Estreito abarrotado de pessoas. As redes dispunham-se espremidas no interior da embarcação; na última estadia (2009), tanto na ida quanto na volta da ilha o barco singrou o rio praticamente vazio. Cerca de quinze pessoas na ida para a ilha e o mesmo número no retorno a Estreito.

¹⁸⁴ O consórcio também paga uma van e um carro com carroceria para levar de Estreito para o porto pessoas e mercadorias. Esses carros saem de hora em hora da colônia de pescadores passando por um mercantil onde boa parte dos ribeirinhos faz compras.

as mercadorias nos carros e descarregá-las quando da chegada ao porto. Atividade bastante custosa, dada a precariedade da passarela que conduzia até os barcos. Os veículos estacionavam a cerca de cem metros dos batéis, forçando os moradores a caminharem esta distância com as mercadorias. O porto localizado na cidade não apresentava boas condições, mas possuía a vantagem estratégica de possibilitar aos ribeirinhos a economia de tempo para resolver seus problemas e a comodidade de não pagar hospedagem, visto que, além de almoçarem nas embarcações, os moradores da ilha também passavam a noite nelas. O que se tornou impossível dada a grande distância e isolamento do novo porto.

Fig. 40 - Antigo porto que ficava na Cidade de Estreito. Atualmente utilizado por pequenas embarcações que desejam descer o rio rumo às praias. Ao fundo a hidrelétrica de Estreito.



Fonte: Cícero Júnior, 2012.

Fig. 41 – Porto construído pelo CESTE a montante da barragem de Estreito para que os barcos possam aportar. Localiza-se a aproximadamente dez quilômetros de Estreito. O “Coração de Mãe” é o primeiro barco da esquerda para a direita.



. Fonte: Cícero Júnior, 2008.

Fig. 42 - O mesmo porto em 2012 já com boa parte tomada pelas águas da barragem.



Fonte: Cícero Júnior, 2012

A nuance psicológica visibiliza-se no fato de que rearticular laços de convívio e reconstruir relações é uma atividade mais árdua para o idoso. Os laços afetivos que se desenvolvem na cidade são voláteis, não se firmam ou concretizam-se tão rápido quanto se desmancham, porque é a utilidade que os possibilita. Quando acaba a utilidade, a amizade também termina, porque esta é puro consumo. É Zygmunt Bauman quem nos adverte que, na sociedade de consumo onde as relações são mercantilizadas:

Nada deveria ser abraçado com força por um consumidor, nada deveria exigir um compromisso “até que a morte nos separe” [...]. O que realmente conta é a volatilidade, a temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais que o próprio compromisso, que de qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto de desejo (1999, p. 87).

Outrossim, o ritmo da cidade prescinde da senescência relegando-a à inutilidade. Assim, quando a ilha submergir, é provável que os projetos dos velhos afoguem-se junto com ela. Ora, “durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos” (BOSI, 2004, p. 80). Todavia, em que projetos engajar-se-ão os velhos da ilha de São José?

É fundamental ressaltarmos que todas essas variáveis não podem ser entendidas separadamente, porque implicam-se de forma dialética. Portanto, essa transição do “sertão” para a cidade implica numa mudança de vida num “aprender a viver de novo”. Raimundo Vicente faz uso da sabedoria popular proporcionada pela tradição oral para explicar com mais clareza a sua situação:

O povo tem um dizer que é uma certeza: que o animal que é da cela, com os forreios todos macios, no dia que bota a cangalha nele, ele acha ruim, ele não quer aceitar, pois é como a gente que mora no interior. A gente acostumado na vida do sertão, a gente é dificilmente se acostumar na cidade, com a vida da cidade. A vida na cidade é outra bem diferente [...] mas no caso de não dar certo o que a gente pensa, o quê que há de fazer? Tem que ir pra lá mesmo.¹⁸⁵

Raimundo Vicente por intermédio da metáfora “do animal sem cangalha” ilustra perfeitamente o que significa a vida na cidade para o habitante do campo. Ele constrói um conceito e aplica-o para ilustrar a ausência da liberdade e de identidade, decorrentes da mudança, posto que além de “não aceitar a cangalha” o ribeirinho precisa “aprender a viver de novo”. Ora, reaprender a viver significa reconstruir a vida num outro lugar, num mundo diverso, com valores e relações igualmente distintas das vividas até então. Ademais, as duas

¹⁸⁵ Raimundo Vicente, 68 anos. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

metáforas utilizadas por Raimundo Vicente, tanto a do animal que muda da cela para a cangalha quanto a do reaprender a viver, portanto, re-nascer, traduzem processos traumáticos, mudanças violentas, em que os mais implicados são forçados a adaptarem-se às novas circunstâncias, sejam elas favoráveis ou não.

3.6.- A Dádiva

Conceitos são ferramentas que ora nos ajudam a penetrar nas engrenagens do que chamamos - talvez na ausência de um atributo mais adequado – de realidade, ora nos auxiliam a saltar muros construídos por outros conceitos. De qualquer forma, conceitos não dizem o que é a realidade; traduzem-na. Dessa forma, nossa relação com o real é sempre ambígua, paradoxal, porque é sempre inter-mediada. Por esta forma, na tentativa de tornar-se mais clara, nossa análise flertou com o conceito de Dádiva articulado por Marcel Mauss (1974) e posteriormente desenvolvido por pesquisadores (LANNA, 2000; GODBOUT, 2002; CAILLÉ, 2002; SABOURIN, 2008) como ferramenta conceitual importante para se entender a forma como os homens dão sentido às relações que travam entre si e também como imprimem significado à sua interação com os elementos de seu mundo-circundante (*Umwelt*)¹⁸⁶ emprestando-lhes subjetividade. Uso-o com certa cautela afim de evitar generalizações apressadas, consciente de que a relação de aplicação do conceito, por mais que queiramos, nunca é de semelhança (DELEUZE, Apud. FOUCAULT, 1979), mas de aproximação.

A Dádiva, nesta análise, será entendida como uma relação eivada de moralidade cuja espinha dorsal repousa no vínculo entre os envolvidos. O nó que dá firmeza a este laço repousa na reciprocidade traduzida na responsabilidade em fazer retornar o dom ofertado pelo agente inicial da ação a ele próprio ou a outrem. Esta relação é moral porque sua importância reside menos no objeto ofertado ou gesto efetuado do que no vínculo criado pela comunicação da subjetividade daquele que oferta àquele que recebe e posteriormente repassará a dádiva, posto que a dinâmica das relações pautadas na dádiva tem como núcleo o fortalecimento

¹⁸⁶ O adjetivo *circundante* (*Um*), que também pode ser traduzido por expressões como *em volta de* ou *em redor de* é utilizado por Heidegger para imprimir ao substantivo Mundo (*Welt*), dinamicidade, movimento e articulação dando a entender que o Mundo (*Welt*), longe de ser uma realidade radicalmente apartada do ser humana, desdobrando-se como algo “fora” dele, é, na verdade, o que o homem é em seu próprio ser. Para Heidegger o homem constitui-se como *ser-no-mundo* (HEIDEGGER, 2001, p. 97). Dito de outra forma, o mundo só existe para o homem, porque apenas ele imprime ao mundo sentido e significação vendo nele, não uma massa de objetos dispersos, mas uma teia de sentido. Cf. HEIDEGGER, 2001. Correntemente *Umwelt* é traduzido como *meio-ambiente*. Cf. LANGENSCHIEDT, 2001.

contínuo dos vínculos por intermédio da responsabilidade em corresponder e manter o dom ofertado. A Dádiva é, assim, uma relação de não-separação (HAESLER, 2002). Portanto:

Presentear alguma coisa a alguém é presentear alguma coisa de si [...], nesse sistema de ideias [...] é preciso retribuir a outrem aquilo, que na verdade, é parcela de sua natureza e substância, pois aceitar alguma coisa de alguém é aceitar alguma coisa de sua essência espiritual, de sua alma (MAUSS, 1974, p. 56).

Esta dinâmica de reciprocidade sugerida por Mauss, foi utilizada para entender a relação homem/natureza, traduzida na interação ribeirinho – Ilha, categoria que abrange tanto a terra, lugar do labor e do descanso, quanto o rio, espaço em que acontece o lazer, o deslocamento e a faina. Esta apropriação do conceito de Dádiva tem sua pertinência porque esta categoria deve ser abstraída menos como princípio empírico-concreto e mais como postulado formal-abstrato (LANNA, 2000). Todavia, o esforço por dedicar à Dádiva um caráter mais conceitual é justamente, para dar-lhe maior abrangência, isto é, a capacidade de explicar realidades empíricas. Posto que, experiência e abstração, em lugar de se desenvolverem como realidades antitéticas, devem compor articulações e implicações mútuas¹⁸⁷. Conforme Lévi-Strauss (1974, p. 25), “toda a teoria exige dessa forma a existência de uma estrutura, cuja experiência apenas oferece os fragmentos, os membros esparços, ou, antes, os elementos”. Assim sendo, o constructo teórico teria a pertinência de ajudar-nos a dar certa coesão à dispersão sob a qual a realidade se nos apresenta, como a linha que costura os retalhos para formar a colcha. Dito isto, seguimos argumentando que o *médium* entre a terra e o homem é o trabalho que proporciona o retorno dadivoso em forma de alimento e de sustentação/habitação.

A faina diária na ilha é abstraída pelos moradores por meio da dialética da dádiva, isto é, a ilha é um lugar ‘onde se plantando tudo dá’. Por isso o apego dos velhos. Uma ligação cuja estreiteza remete menos ao fato de serem filhos do lugar (porque pouquíssimos lá nasceram) do que à fertilidade e generosidade das terras. Eis aqui o primeiro sinal da relação dadivosa dos ribeirinhos com a Ilha de São José, que emerge tendo como ponto de sustentação não o nascimento no lugar, mas o fato de terem conquistado a terra pelo trabalho e pela resistência às intempéries periódicas como as enchentes. Trabalhar na terra é a primeira

¹⁸⁷ Lévi-Strauss argumenta que Mauss, que notabilizou-se por ser, entre os etnólogos, o primeiro a empenhar-se em “[...] transcender a observação empírica e alcançar realidades mais profundas” (LEVI-STRAUSS, 1974, p. 21) e nos alerta para importância de não somente passar da descrição à conceptualização, mas de estabelecer um diálogo entre ambas e do esforço de Mauss em utilizar conceitos que agregassem fenômenos fisiológicos e psicológicos como categorias pertencentes a um todo social: “a única garantia que podemos ter de que um fato total corresponde à realidade, em vez de ser a acumulação arbitrária de detalhes mais ou menos verídicos, é que ele seja apreensível de uma experiência concreta” (LEVI-STRAUSS, 1974, p. 15).

oferta do ribeirinho que estabelece o vínculo e espera o retorno por meio da fertilidade, da produção. Vejamos o que nos relata Raimundo Vicente:

Antigamente eu passei, no tempo de minha meninice, eu passei em certos lugares que a gente passava privação do pão. Meu pai era trabalhador, um velho muito trabalhador – lavrador –, mas não dava conta por conta de a terra não produzir; e a gente passava baixo. Aqui não: é bem diferente, e com isso é que eu acho que a gente acostumou com o lugar e faz questão pra não sair, só é que de qualquer maneira agora, queira ou não queira, somos obrigados a sair.¹⁸⁸

O relato nos deixa claro que a afetividade desenvolvida pelos moradores em relação à ilha não era gratuita, mas acontecia por conta do retorno que a terra proporcionava ao camponês que nela trabalhava. Raimundo Vicente nos mostra que quando as relações entre homem e natureza se reduzem a uma ação unilateral, esta mesma ação acaba perdendo o sentido e torna-se insalubre, des-realizada. Os lugares anteriores pelos quais ele passou, no tempo de sua infância, não se tornaram lares, não porque eram inóspitos ou apresentavam dificuldades extremas, posto que a Ilha, mormente nas décadas de 1970 e 1980, também não era um lugar de fácil sobrevivência, mas porque estes lugares não apresentaram possibilidades de estabelecimento de vínculos. Os outros lugares – diferentemente da Ilha de São José – não alimentaram a família de Raimundo Vicente, portanto, não foram dádivosos. Pois, a dádiva alimenta o vínculo¹⁸⁹, mantém-no vivo.

Este intercâmbio entre a terra e o lavrador que se estabelece por intermédio do trabalho, adentra o terreno das relações de Dádiva, porquanto esta desdobrar-se como ação distinta da troca mercantil¹⁹⁰, pois a primeira envolve a construção de liames existenciais, “um vínculo de almas” (MAUSS, 1974, p. 46), posto que a lógica da dádiva não reside no simples intercâmbio de objetos mediatizado por uma mercadoria simbólico-axiológica – a moeda – mas uma troca de subjetividades, no sentido de que ao doar algo aquele que o faz transfere

¹⁸⁸ Raimundo Vicente, 68 anos. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

¹⁸⁹ No início de seu *Ensaio Sobre a Dádiva*, Mauss articula hipótese de que a Dádiva seja subjacente a todas as relações humanas porque seus nomes equivalentes, dentre os quais o *Potlatch*, estão ligados à nutrição, à alimentação: “*Potlatch* quer dizer essencialmente “alimentar”, “consumir”” (MAUSS, 1974, p. 46).

¹⁹⁰ O próprio Mauss é muito claro quando argumenta que a dádiva não é gratuita, mas pressupõe um retorno. Porém difere-se da relação mercantil, porque na dádiva não se oferta apenas um presente. O acordo é tácito: quem dá, espera receber, e quem recebe tem consciência da obrigação de retribuir. Outrossim, temos consciência da advertência do sobrinho de Durkheim de que, não obstante, o sistema de prestações desenvolvido pela dádiva ser diferenciado do mercado, a dádiva ainda assim possui seus germes. Demais Mauss argumenta que o mercado “é um fenômeno humano que [...] não é estranho a nenhuma sociedade conhecida” (MAUSS, 1974, p. 42). Todavia, esta afirmativa paradoxal de Mauss é encarada por vários estudiosos (LANNA, 2000; SABOURIN, 2008) como problemática, mas não insolúvel e, portanto, abriria ensejo para várias possibilidades de interpretação que enriqueceriam o discurso da antropologia. Uma delas é a de que o que vai diferenciar a troca comercial da dádiosa é a impessoalidade residente na primeira, enquanto que a última envolveria a premissa de que “aceitar alguma coisa de alguém é aceitar alguma coisa de sua essência espiritual” (MAUSS, 1974, p. 56).

algo de si impresso no objeto ofertado, gerando assim, a obrigatoriedade da retribuição, por parte de quem recebe, seja para quem ofertou o presente, seja “passando” a dívida à frente.

A troca comercial, por sua vez, é mais mecânica e impessoal generalizando-se quase que totalmente no manuseio da moeda. A responsabilidade traduzida na obrigatoriedade de repassar o Dom recebido não existe; pelo contrário, “nesse modelo cada troca é completa (*clear*). Graças à lei da equivalência, cada relação é pontual; sem futuro ela não nos insere, portanto, num sistema de obrigações” (GODBOUT, 2002, p. 67). Dito de outra forma, nas relações comerciais, o intuito dos sujeitos envolvidos não é o de manter vínculos, mas liquidar a dívida que os liga; nas relações pautadas pela Dívida, a dívida, traduzida como responsabilidade, torna-se o centro agregador. Assim sendo, no comércio a dívida possui conotação econômica; na dívida a dívida aponta para laços morais¹⁹¹: “na relação da dívida, o vínculo é mais importante do que o bem” (CAILLÉ, 2002, p. 192). No comércio, o peso axiológico reside maiormente nos elementos envolvidos na troca e não nos indivíduos que a efetuam, por mais que as relações comerciais envolvam, evidentemente, trocas simbólicas, estas ainda visam prioritariamente o lucro, mesmo que seja na ordem simbólica¹⁹². É por esta ótica que podemos ler a narrativa abaixo:

A vida no sertão, acho bom por causa disso: [...] é um milho, uma coisa, [...] no tempo, a gente tem; uma abóbora, lá a gente tem; uma raiz de macaxeira, tem; uma mandioca pra fazer uma farinha tem; e na cidade ... uma talha de abóbora aí? por dinheiro, uma raizinha de mandioca? Moço! [...] É um maxixe, é um quiabo... tudo é por dinheiro. Tudo, tudo, é muito dinheiro e a gente que não produz dinheiro assim tão tanto.... Não é aqui, que a vida aqui eu considero a vida aqui tão livre nessa

¹⁹¹ Mauss pontua o caráter moral e ao mesmo tempo jurídico da Dívida ao ressaltar que nas tribos de Samoa os presentes trocados estavam relacionados à integridade dos envolvidos, assim como de seu reconhecimento de sua idoneidade perante as outras tribos. Segundo Mauss: “o elemento da honra, do prestígio, de mana que confere a riqueza e o da obrigação absoluta de retribuir essas dívidas sob pena de perder esse mana, essa autoridade, esse talismã e esta fonte de riqueza que é a própria autoridade” (MAUSS, 1974, p. 50). Num outro momento Mauss afirma que “as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais [...]. Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas [...]. Trata-se, antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos [...]” (MAUSS, 1974, p. 45). Outros pesquisadores que procuram desenvolver o conceito articulado por Mauss e aplica-lo de forma mais abrangente também optam por dar à dívida conotação ética, como Alain Caillé, ressaltando que “o paradigma da Dívida insiste sobre a importância positiva e normativa, [...] ética política e filosófica desse tipo de prestação” (CAILLÉ, 2002, p. 192). Caillé (2002) desenvolve suas reflexões a partir do pressuposto de que a dívida, como categoria ética, não coincide com caridade, justamente por não ser gratuita. O sentido da dívida desdobra-se desafiar o outro a ser generoso. Levi-Strauss reforça esta tese ao afirmar a relevância de atentarmos para o fato de que a virtude não reside na materialidade dos objetos envolvidos no intercâmbio, mas no ato da troca. Cf. LEVI-STRAUSS, 1974.

¹⁹² Adorno alerta-nos para o “poder de Midas” do sistema capitalista que possui a capacidade de transfigurar tudo em capital, inclusive as relações sociais que aos poucos vão sendo despidas de seu caráter humano e transformadas em engrenagens produtoras de valores simbólicos ordenados à reprodução de um lucro, qualquer que seja. Ele argumenta que “o cidadão substancial não se qualifique meramente pelo crédito bancário, nem tampouco pelos deveres para com suas organizações; ele deve dar seu sangue, e também o tempo livre que lhe sobra da roubalheira, ao posto de presidente ou tesoureiro de comissões parra as quais tanto é arrastado quanto sucumbe” (ADORNO, 1996, p. 39).

parte. [...]. Tem o peixe, “taí” o rio o camarada vai lá e pega [...] acho muito bom, mas estou vendo que a situação minha através desse problema está crítica, a gente não sabe como vai levar a vida¹⁹³.

O depoimento de Raimundo Vicente é articulado pela dicotomia fartura-carência, na qual a fartura, portanto a segurança e a estabilidade estão simbolizadas na Ilha; a cidade, por sua conta é marcada pela falta e, mais ainda que isso, pela impossibilidade ou maior dificuldade de acesso aos bens, pois “tudo é por dinheiro”. Na ilha, o acesso aos alimentos dava-se pelo trabalho na terra, labor sem remuneração cujo intuito é manter a sobrevivência, alimentar a família; na cidade o acesso é mediado pela moeda, mercadoria que o ribeirinho “não produz assim tão tanto”.

A experiência que o ribeirinho tem do tempo é diferente da proposta pela cidade. Na ilha o tempo escoia mais lento, ao ritmo das cheias do rio e das vazantes. O tempo urbano é cronométrico, medido e efêmero. Passa rápido, porque o ritmo da urbe é acelerado. Na cidade o indivíduo é mais susceptível ao consumo compulsório.

A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel (BAUMAN, 1999, p. 87).

Consome-se por consumir, não existem necessidades reais, mas necessidades fabricadas. Na ilha, os camponeses assistiam à televisão, mas seu dia não orbitava em torno das programações das emissoras. Nem mesmo os poucos que possuíam TV em casa assistiam-na durante o dia¹⁹⁴. Pois estavam ocupados com as vazantes ou os afazeres de casa que consistia no preparo do almoço e no cultivo das pequenas roças plantadas nos quintais. O aparelho televisor era, em certa medida, um vetor de socialização e elo de convivialidade entre vizinhos, pois, à noite vários moradores se reuniam na casa de alguém que possuía o aparelho de TV para assistir à novela. Enquanto no consumo exacerbado o preponderante é a sensação de consumir, ou seja, a satisfação não se dá pela aquisição do objeto desejado, mas pelo puro ato de compra-lo, quer dizer pelo prazer materializado no poder que alguns tem de trocar uma mercadoria qualquer que seja, por dinheiro – outra mercadoria. O que acarreta uma pseudo-satisfação. O consumo não é um meio, mas a própria finalidade do ato de

¹⁹³ Raimundo Vicente, 68 anos. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

¹⁹⁴ São realmente pouquíssimos. Das famílias visitadas somente quatro possuíam televisor. Atualmente, nos reassentamentos os televisores são itens comuns, assim como as antenas parabólicas.

consumir (um eterno retorno do mesmo), em outras palavras, é desejar o próprio desejo, pois “o desejo nunca sobrevive à sua satisfação” (BAUMAN, 1999, p.85).

Na cosmovisão campesina consumir também é importante, mas a satisfação de uma necessidade real prepondera sobre a mecânica da troca. Dito de outra forma, a satisfação encontra-se no usufruto da coisa adquirida, não no ato de sua compra. Esta implicação relacional do camponês com a terra é enfatizada por Eric Sabourin, ao utilizar o conceito de Dádiva para interpretar a relação humana com o meio ambiente. Sua análise aponta para o fato de que:

Essa estrutura de reciprocidade [...] é aquela que reproduz também o sentimento e o valor ético de “responsabilidade” entre gerações. Aplicado aos recursos naturais, é essa mesma responsabilidade que levou as gerações passadas a preservar florestas, rios, lagos e mares (SABOURIN, 2008, p. 136).

Se a terra se me apresenta como refúgio e fonte de manutenção de minha vida, possuo também o dever de repassá-la com suas benesses para aqueles que virão após mim. É esta adequação do conceito de dádiva nos vem a calhar quando confrontamos os discursos dos ribeirinhos e do Consórcio Estreito Energia. Ora, partimos da premissa de que os dois atores sociais em questão desenvolvem visões de mundo e relações com a realidade socioambiental flagrantemente antagônicas.

3.7.- Os campos do conflito ou porque a ABNT não contempla sentimentos

Entendendo o conceito de socioambiental por esta perspectiva, podemos afirmar que não são apenas as representações mentais e imaginárias “soltas” que moldam a visão-de-mundo humana, mas também a maneira como essas representações são articuladas com o mundo objetivo. Para analisarmos com mais acuidade esta questão e entendermos as ressonâncias dos impactos utilizaremos como instrumental teórico o conceito de conflito socioambiental, tal como é entendido por Paul E. Little que o abstrai como o embate entre grupos sociais que possuem relações distintas com seu meio natural, ou seja, o conflito se dá porque os atores sociais possuem visões de mundo divergentes do processo implicado e diferentes experiências do mundo-da-vida.

Dessa forma, o conflito socioambiental é caracterizado como “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, p. 91). Isso significa que esse tipo de embate

evidencia-se no momento em que entram em dissensão grupos sociais, que por questões estratégicas ou culturais, construíram esquemas de territorialidade distintos e que, por conta disso, incorporam atitudes igualmente diferenciadas, e por vezes antagônicas, em relação ao território em questão. Assim, o conflito socioambiental aflora não apenas quando essas visões-de-mundo entram em choque, mas também envolve a construção estratégica de espaços sociais e a mobilidade desses espaços¹⁹⁵. Empreendimentos do porte dos hidrelétricos constituem-se como palco privilegiado para conflitos dessa ordem, porquanto envolvem uma série de atores sociais portadores de intenções variadas, no mais das vezes conflitantes, e acostumados a relações de poder também diferentes¹⁹⁶ (ALMEIDA, 2007, p. 78).

No que concerne ao cenário no qual se articulam as negociações entre os moradores da Ilha de São José e o Consórcio Estreito Energia, o conflito toma maior visibilidade a partir das concepções de territorialidade e de desenvolvimento. Os ribeirinhos elaboraram sua cosmovisão e seu meio de vida baseados no rio e na posse da terra, enquanto lugar do trabalho. Por isso, sua avaliação da propriedade assume um teor mais axiológico do que monetário, quer dizer, os ribeirinhos ao volverem o olhar para suas vazantes, casas e criações olham para a história da construção de tudo aquilo. Para as lutas e dificuldades pelas quais passaram no intuito de transformar um espaço inóspito em habitação:

A ilha aqui é uma terra de primeira e nós não sabemos se vamos ter a mesma qualidade e quantidade que temos aqui. Criamos os filhos e estamos criando os netos.[...] Porque a terra ajuda. Nós temos o rio que é a nossa mãe [...], temos o nosso babaçu que é o nosso custo de vida: dali você tira o sabão, o óleo, você faz o carvão [...] são poucas as pessoas que usam gás. Aqui na ilha nós só compramos aquilo que nós não conseguimos fazer¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Conforme Milton Santos o conceito de Espaço não é monolítico, justamente por estar relacionado ao fator humano, dessa maneira o espaço é estratégico porque constitui-se como a junção articulada entre os objetos e a disposição que o homem lhes dá em seu *locus* constituído. De acordo com o geógrafo brasileiro, esta humanização do espaço se dá porque a geografia possui forte raiz fenomenológica, isto é, para se falar de espaço, de sua construção é necessário ter antes consciência deste espaço. É o próprio Milton Santos que nos diz que “A questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. Uma outra abordagem é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência. Podemos assim acompanhar a maneira como a raça humana se expande e se distribui, acarretando sucessivas mudanças demográficas e sociais em cada continente (mas também em cada país, em cada região e em cada lugar). O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado” (1988 p. 14).

¹⁹⁶ Ligia Sigaud ao analisar o processo de remanejamento da população atingida pela barragem de Sobradinho, explica que, por se tratar de uma desterritorialização, vai sempre envolver dissensões. Conforme sua análise: “O processo de realocação da população [...] é marcado por conflitos de interesses cujo desfecho não da correção desta ou daquela ação específica, mas do embate das forças presentes” (SIGAUD, 1988, p. 106).

¹⁹⁷ Maria dos Santos (Maria da Ilha). Entrevista feita em 17 de maio de 2009.

O depoimento supracitado esboça de maneira diáfana que a organização do mundo simbólico dos moradores da ilha de São José possui como marcos organizativos, o rio – “a nossa mãe” – e a fertilidade da terra que os ajudou a criar os filhos e agora os netos.

O CESTE abstrai o rio apenas como possibilidade de geração e acumulação de capital. O rio é uma parte do empreendimento como qualquer outra. É um instrumento que necessita de controle, possui lugar demarcado e finalidade rigorosamente matematizada. Só possui sentido enquanto for funcional, como está escrito em um dos periódicos expedidos pelo consórcio: “O rio Tocantins vai ganhar 300 quilômetros navegáveis e terá ligação com a ferrovia Norte-Sul, o que possibilitará mais alternativas para o escoamento da produção regional”¹⁹⁸. Assim, o rio tem valor somente econométrico.

Nesse sentido o rio não se diferencia das demais peças da engrenagem do empreendimento, como o canteiro de obras, os trabalhadores e as máquinas que erigem a construção. Essa visão mercadológica é corroborada em outro periódico também emitido pelo CESTE. Nele podemos ler que, “junto com a usina, várias oportunidades de novos negócios foram levadas a termo pelo empresariado local, tendo o consórcio Estreito energia colaborado ao longo desse processo, promovendo a capacitação de mão-de-obra”¹⁹⁹. Os trabalhadores não são encarados como seres humanos, mas como mão-de-obra, como peças que, no íterim do processo, podem ser descartadas. Adorno e Horkheimer já denunciavam esta reificação do elemento humano perpetrada pelo tecnicismo capitalista quando, no exílio, escreveram que:

A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica [...] confere [...] ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos (1985, p. 14).

Esta perspectiva é reiterada por Marshall Berman ao comentar a constituição paradoxal do arquétipo de desenvolvimento cunhado pela sociedade moderna. Conforme o historiador norte-americano este paradigma desenvolvimentista acaba por entretecer homem e produção tornando-o (o homem) indistinto daquilo que ele próprio produz. Segundo Berman:

O ponto crucial é não desperdiçar nada nem ninguém, passar por cima de todas as fronteiras: não só a fronteira entre a terra e o mar, não apenas os limites morais tradicionais na exploração do trabalho, mas também o dualismo humano primário do dia e da noite. Todas as barreiras humanas e naturais caem diante da corrida pela produção e a construção (1984, p. 64).

¹⁹⁸ CESTE. Boletim Informativo. ANO III, Novembro/Dezembro, 2006, p. 04.

¹⁹⁹ CESTE. Usina de Notícias. Ed. 13. Jan. 2009, p. 02.

Essa anulação não se dá apenas no que concerne aos operários que trabalham na obra, mas também, e, sobretudo, em relação àqueles que residem na “área de influência” do empreendimento. É como se no decorrer do processo o consórcio interpretasse os atingidos e impactados como elementos do empreendimento, indistintos de quaisquer outros óbices.

Os ribeirinhos, por sua conta, vêm no rio não apenas um meio de sustentabilidade econômica, mas, sobretudo, existencial e sociológica. As águas do Tocantins não se constituem para os que habitam suas margens somente como parte da paisagem, mas como elemento central de manutenção da vida e dos laços de convivialidade, além de ter sido a condição de possibilidade prioritária para a constituição desses laços. Os ribeirinhos enxergam no rio uma forma de exercer seu modo de vida, por intermédio das atividades produtivas e da cultura que constantemente constrói e re-constrói seu liame cosmológico.

O rio nos fornece o peixe, nos fornece as vazantes [...] aqui também é onde a gente não paga água e nem energia [...]. A mãe de todos aqui é esse rio [...] se nós não tivermos esse rio aqui não teremos sustento: carne [de gado] aqui a gente come duas vezes por mês, de quinze em quinze dias. Temos [...] os nossos filhos que são criados libertos, [...] tomando banho à hora que querem. Esse rio aqui é nossa mãe, a nossa vida.²⁰⁰

Em todos os depoimentos fica bastante claro que a última das preocupações dos moradores era com as casas. O que os tornava mais apreensivos é a incerteza em relação à fertilidade da terra dos futuros assentamentos, o espaço para a criação do gado e a escassez de água, principalmente porque, estando acostumados à abundância do rio, com toda certeza estranharão os riachos e ribeirões que encontrarão nos terrenos das novas moradias. É o depoimento de dona Raimunda Pereira que nos permite corroborar esta acepção da realidade. Ei-lo: “É esse negócio bem aí ó (aponta com o lábio inferior para o rio), é o que eu imagino da gente ir para um lugar e não ter água; aguinha de poço velho, água encanada [...]”²⁰¹.

Aqui podemos corroborar a tese de que a cultura e a ação humanas não se moldam apenas por intermédio de trocas materiais e bióticas, mas eminentemente pelo intercâmbio simbólico que se estabelece com o meio em que vive o homem, isto é, “as pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados — significados que não podem ser determinados a partir de propriedades biológicas ou físicas” (SAHLLINS, 1997, p. 41). O Rio Tocantins, no imaginário dos

²⁰⁰ Maria dos Santos (Maria da Ilha). Entrevista feita em 17 de maio de 2009.

²⁰¹ Raimunda Pereira, 82 anos. Única parteira ainda viva da Ilha de São José. Depoimento gravado em 16 de maio de 2009.

ribeirinhos, não é sinônimo de água apenas, mas de fartura, aconchego, segurança e dádiva – lembremos que o rio é a “mãe” dos ribeirinhos.

Os ribeirinhos encaram os impactos não apenas sob a perspectiva econômica, mas, sobretudo abstraem-no do ponto de vista antropológico, porquanto, sair da ilha é ser também alijado de seu mundo. Nesse sentido, sua maneira de considerar os impactos desenvolve-se de maneira mais abrangente, visto que, existe a preocupação acerca da criação dos filhos, que são criados soltos, “libertos”. Fazia parte do cotidiano da Ilha as crianças descerem em grupos aos portos para tomar banho e transitarem livremente pelos caminhos que levam até as casas sem a companhia dos adultos.

O CESTE, por seu turno parece dar mais importância aos impactos bióticos e físicos. Ademais, consideram como área de impacto somente o território que está diretamente sobre influência da barragem. Os efeitos sociais - tais como desagregação de laços vicinais e familiares, possibilidade de não adaptação dos idosos tanto aos assentamentos quanto à vida na cidade – não obstante serem considerados, são entendidos como de relevância irrisória em relação à amplitude do empreendimento e dos investimentos que estão em jogo:

E é a partir de uma visão empobrecida do social, que se procede a avaliação dos “impactos”, concebidos quase que como um “susto” que as populações [...] deverão levar e um dia dele se recompor graças às medidas “neutralizadoras” consubstanciadas no que o setor denomina de “programas de desenvolvimento regional” (SIGAUD, Apud. ALMEIDA, 2007, p. 75)

Os impactos são encarados como meros “efeitos colaterais” que deverão ser resolvidos ou remediados por meio de medidas mitigatórias e que as populações atingidas deveriam agradecer ao consórcio pela possibilidade de “mudarem de vida” ou, no mínimo, “acostumarem-se” às novas localidades. Tendo em vista que o desenvolvimento do país é mais importante do que o modo de vida de indivíduos que nem sequer contribuem para o desenvolvimento econômico da nação. É sintomática a ênfase na produção, consumo e exportação de energia, como fica claro no discurso do representante do Consórcio:

Daqui a cinco anos o Maranhão vai ser exportador de energia, e essa linha de transmissão é o portal de exportação de energia. O Maranhão vai ser auto-suficiente de energia [...] e Estreito [...] tem 80% da exportação dessa energia. Isso é uma coisa fabulosa [...] Agora vamos fazer uma coisa dentro da lei, vamos fazer uma coisa que deixe a comunidade satisfeita com o que vai acontecer²⁰².

²⁰² Representante do CESTE por ocasião de uma audiência pública realizada na cidade de Estreito no dia 27 de março de 2008.

A retórica que enfatiza as benesses econômicas veladamente minimiza os efeitos colaterais da hidrelétrica, dando a entender que o projeto trará progresso à região em forma de energia e mais uma vez o argumento nacionalista que de o crescimento do país está acima dos interesses e da integridade dos próprios cidadãos. Assim, os custos sociais do empreendimento perdem coloração diante das perspectivas de crescimento econômico propostas pelos representantes do Consórcio Estreito Energia. Esta perspectiva desenvolvimentista é levada ao zênite no discurso de Gerente de Meio Ambiente do CESTE, numa entrevista concedida em 2007. Ele diz o seguinte:

A gente vê o empreendimento mais como uma oportunidade para todas essas comunidades. Quem conhece a realidade social da região que é muito ruim, então a gente vê o empreendimento como uma grande oportunidade de ter cidadania na região. Um empreendimento desse tipo muda a relação entre patrões e empregados, que as pessoas começam a ver que existe carteira assinada, que existe horário a cumprir, que você tem direitos. Tem programas de alfabetização, de capacitação. Então o empreendimento traz para essas pessoas que estão esquecidas do Estado, esses brasileiros que estão esquecidos lá naquele cantinho de Maranhão e Tocantins que existe um país. Existem leis, existem normas a serem seguidas²⁰³.

O discurso acima dá ao empreendimento um caráter soteriológico, isto é, faz com que a construção da hidrelétrica apareça como o fenômeno que proporcionará a “salvação” econômica, social e política da região que é vista como uma terra sem lei. Portanto, o consórcio seria um instrumento civilizador que traria lei e ordem para “essas pessoas que estão esquecidas do Estado”. O depoente parece conhecer a longa conjuntura política do Maranhão e faz menção a ela ao mencionar que o empreendimento, além de tornar a região mais democrática transformará a relação entre empregados e empregadores, que seu discurso sugere serem pautadas num molde coronelista. E reitera que possui autoridade para falar porque conhece a realidade social da região.

Realmente o empreendimento mostrará às populações impactadas que existem leis e normas a serem cumpridas e que estas são muito mais relevantes do que qualquer disposição subjetiva, como nos mostra seu Júlio ao narrar alguns detalhes das negociações concernentes às indenizações:

Vou te dizer: foi um impacto muito grande. Isso aí... eu sei que tinha gente que pensava que a empresa tinha que pagar o valor do terreno, mais aquela emoção da

²⁰³ Gerente de Meio Ambiente do CESTE. Esta entrevista consta no trabalho de Graziela Almeida acerca dos conflitos socioambientais entre o IBAMA, o CESTE, a FUNAI e o CTI, em torno da construção da hidrelétrica de Estreito. Cf. ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental. Dissertação de Mestrado orientada pelo professor Paul Elliot Little apresentada na UnB. Brasília: 2007, p. 40.

peessoa – gostava do lugar e tal – pagar mais o valor por tudo isso. Eles disseram logo: “Oh, minha gente, tudo que se diz é valor, ele é corrigido pela... hum, não sei o quê BNT, ah sim... ABNT!” [...] os valores eram corrigidos todos assim, mas que a emoção da pessoa, nada disso era somado, porque se for pagar isso [riso], não tinha como²⁰⁴.

É interessante notarmos que seu Júlio incorpora o discurso da empresa, mas não é passivo diante disso, pelo contrário, seu Júlio, mais que incorporar apropria-se estrategicamente desse discurso, porque viu na mudança para o reassentamento a possibilidade de melhorar a própria vida. É nesse sentido que Bourdieu afirma que “toda dominação simbólica supõe, por parte daqueles que sofrem seus impactos, uma forma de cumplicidade que não é submissão passiva a uma coerção externa, nem livre adesão a valores” (BOURDIEU, 2008, p. 37). Por este motivo é que o narrador em questão, acaba justificando em sua fala o discurso do Consórcio Estreito Energia.

Outro detalhe importante que o depoimento acima deixa transparecer é que ao emitirem este juízo os representantes do CESTE eximem-se de qualquer efeito moral de suas ações e escondem-se nas normas da ABNT, empreendem uma separação entre subjetividade e objetividade, entre técnica e ética, dando a entender que as esferas subjetiva e axiológicas são intraduzíveis em termos financeiros e mesmo se o fossem, não poderiam ser pagas. É uma apreensão instrumental da realidade em que a terra, o rio, enfim, o mundo da vida construído pelos moradores não contam enquanto esferas axiológicas, mas são abstraídas somente a partir de seu valor econômico. São cálculos e medições cuja finalidade básica é extrair seu equivalente monetário livre de qualquer avaliação axiológica. Nesse ponto há uma inflexão das apropriações simbólicas da Ilha, que antes era lugar de moradia e campo de produção da existência; após as reuniões com o CESTE, os ribeirinhos trans-figuram este valor de uso em valor de troca²⁰⁵, no entanto, não há conciliação entre os valores, pois os moradores cobram um valor-para-eles, enquanto que o CESTE oferece o valor de mercado. Assim, escondendo-se por traz da lei o discurso dos representantes do empreendimento agiu como uma máquina de des-moralizar ou des-axiologizar atos por intermédio de enunciados.

²⁰⁴ Julho Alves da Silva. Entrevista realizada aos 10 de fevereiro de 2014, no reassentamento Mirindiba.

²⁰⁵ As análises marxianas podem nos auxiliar aqui. Conforme Marx, os objetos assumem o status de mercadoria quando são marcados pelo estigma do duplo valor: o de troca e o de uso. Marx aponta que a nevrálgia desse sistema encontra-se no fato de que o valor de uso é preterido em relação ao valor de troca e que o trabalho objetivado na mercadoria que imprimiria nela o valor de troca é substituído pela lógica da oferta e da procura. Cf. MARX, 2005

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Karl Popper certa vez escreveu que as teorias científicas são como redes de pesca: por mais peixes que possamos capturar, alguns sempre escaparão pelos vãos espaçosos de nossas hipóteses e outros, maiores e mais fortes, romperão as tramas que ligam sua tessitura. Assim, não importa o quão forte julgemos que sejam nossas redes conceituais, haverá sempre pontos cegos, costuras frágeis. Dessa forma, concluir um trabalho é um ato que se estende para além de apresentar seus resultados, mas desdobra-se numa oportunidade do pesquisador refletir acerca das condições de possibilidade de seu instrumental teórico-metodológico, assim como de seus limites e também sobre as marcas que a pesquisa lhe imprimiu, isto é, quais as ressonâncias éticas e políticas que o convívio com as famílias atingidas trouxe ao pesquisador. Por isso julgo que qualquer ilação que se possa extrair desta pesquisa é fragmentária, incompleta, porque a própria vida se nos apresenta em pedaços cuja clivagem nos oferece possibilidades infindas de interpretação que são organizadas a partir de nossa capacidade de recordar, dar sentido a esta recordação e encadeá-la numa estrutura narrativa. Assim, é a partir desses fragmentos que podemos rastrear os lastros de ideologias e relações de poder que subjazem a dinâmica de todos os discursos.

Dessa maneira, os conceitos utilizados aqui têm a função de dialogar com os fenômenos estudados e não descrevê-los, portanto procuram apontar os caminhos mais interessantes para entender como os atingidos enfrentaram os impactos e reorganizaram suas vidas. Por esse motivo as fontes utilizadas - depoimentos, jornais, sites, panfletos - foram escolhidas com a intensão de ir clarificando a análise a fim de tornar seus resultados mais diáfanos. Por outro lado, estou cômico de que introdução das fontes implica numa escolha que denuncia as relações de poder nas quais o próprio historiador encontra-se imerso, o que acaba deixando claro seu lugar de enunciação. Todavia, o esforço de dialogar com fontes aparentemente tão heterogêneas e a tentativa de fazê-las estabelecer ressonâncias entre si, no sentido de, por exemplo, um depoimento tornar mais claro um detalhe de evento que uma matéria de jornal silenciou – ou vice-versa – teve o intuito de tornar as conjecturas mais seguras. O que revelou-se bastante prolífico posto que a análise dessas fontes mostrou que o debate em torno da viabilidade da construção da hidrelétrica de estreito, assim como de seus custos humanos, não foi monolítico, pois envolveu ribeirinhos, organizados ou não em torno de movimentos sociais, políticos locais, lideranças econômicas regionais, membros do consórcio, jornais, sites etc. No entanto ele procurou ser direcionado para um ponto somente: o do progresso como salvação econômica para todos. Portanto, o debate foi bastante

heterogêneo, mas a cobertura da mídia impressa e a propaganda veiculada pela própria empresa responsável pelas obras procurou dar-lhe um caráter homogêneo.

Os depoimentos mostraram muito bem esse caráter heterólogo e contraditório do processo, posto que mesmo dentre aqueles diretamente impactados as narrativas emanaram de lugares de poder diferentes, pois entre os moradores da Ilha de São José, havia militantes do MAB, como Maria da Ilha, pequenos agricultores, agregados que não possuíam um título formal de propriedade e criadores de gado um pouco mais abastados. Portanto, não constitui nenhuma surpresa que elas produzam discursos que apresentem singularidades entre si, que podem, inclusive, beirar o conflito. Dessa forma, em seus discursos foi identificada uma espécie de “memória dividida” na qual alguns mantiveram-se a favor do remanejamento entendendo-o como algo bom, enquanto outros guardavam certo ressentimento em relação à forma como o processo se desdobrou. Ambas as acepções são válidas, posto que o escopo das análises não era o de provar a veracidade ou não das reminiscências, mas a condição de possibilidade delas, isto é, a tecnologia de sua formação.

Nesse sentido, o ato de narrar articula-se como uma apreensão hermenêutica do tempo, posto que o indivíduo, seja relatando um testemunho ou contando sua história, não apenas interpreta seu passado, mas constrói um enredo, encadeia os eventos, reconfigura sua sequência. Ademais, é nessa fratura do real que se desencadeia um jogo entre a duração enquanto já acontecido e o sucedendo-se, pois quando o indivíduo pronuncia “no meu tempo” ou “naquele tempo” ele distancia-se do presente e toma posse da existência vivida. Ademais, aponta para o fato de que recordar não é um exercício de saudosismo mas uma maneira de dar sentido ao presente, ajudar a construir a própria existência na história. A ilha tornou-se um lugar de memória no sentido de que os moradores acabaram construindo memoriais da ilha nos reassentamentos, como malocas nos quintais, plantando as mesmas coisas que se planava na ilha, etc.

Dessa maneira, por mais dispersas que possam parecer as reminiscências de meus interlocutores, elas apontam para diversos sintomas que se articulam como “lugares comuns” no tocante ao debate sobre as construções hidrelétricas e os prejuízos de ordem econômica, cultural, ambiental e social que estes empreendimentos causam para as populações que moram próximas às obras, mas que nunca foram seriamente repensados ou discutidos.

O primeiro deles, de âmbito local, é que a relação entre o Consórcio Estreito Energia e os moradores impactados deu-se de forma autoritária, de cima para baixo. Realmente houveram audiências públicas, mas as vozes privilegiadas foram sempre a dos políticos e empresários locais; lideranças indígenas e ribeirinhos foram ouvidos, mas suas demandas

foram pouco contempladas. E esta é uma conjuntura estende-se a todos os empreendimentos hidrelétricos instalados em solo brasileiro. Assim, faz-se mister ouvir a versão dos impactados que muitas vezes é subsumida pela posição favorável dos jornais, pelas pressões políticas e pelo próprio discurso desenvolvimentista das empresas responsáveis pela construção. Ademais, percebe-se que a preocupação do CESTE, não foi a de assegurar um lugar em que as condições de vida anteriores dos ribeirinhos fossem minimamente asseguradas, mas apenas retirá-los da Ilha de São José com vistas a cumprir o prazo para o enchimento do lago. Assim, os moradores impactados são tratados, não como indivíduos que precisaram deixar compulsoriamente suas localidades, moradias, laços vicinais e modo de produzir a existência, mas como estatística, como problema a ser resolvido e, posteriormente, abandonado. Por esta forma, o progresso, que se articula no discurso das empresas como essencialmente dependente da geração de energia, possui uma face perversa; para gerar energia para o desenvolvimento é necessário que muitas vidas sejam desequilibradas, redirecionadas. E as populações atingidas não se sentem participantes desse desenvolvimento, pelo contrário, sentem-se excluídas.

O segundo, que alcança um âmbito regional e nacional, configura-se na triste constatação de que a região amazônica aos poucos começa a tornar-se uma espécie de “colônia energética” destinada a atender as demandas de energia de todo o país, mormente do setor industrial, sem qualquer preocupação séria em torno de questões ambientais e sobre o modo como a vida das pessoas será implicada nesse processo.

Por fim, isso nos leva à reflexão das possibilidades éticas e pedagógicas suscitadas pela história oral por conta do face a face e da oportunidade de ouvir uma versão alternativa da história. Porquanto, se a relação entrevistado-entrevistador envolve relações de força e de estratégia nas quais o entrevistado expõe sua visão da história e o entrevistador procura cotejar no discurso de seu interlocutor “brechas” ou “fissuras” que o levem a uma percepção mais elementar dos fatos; esta mesma relação envolve também o encontro, a disponibilidade e a confiança, pois meus narradores não foram encontrados em arquivos ou salas empoeiradas, mas nas cozinhas de suas casas, nos quintais, sentados à sombra de mangueiras rodeadas de galinhas e patos. Conversamos muitas vezes ao som dos gritos, choros e risadas que emanavam das brincadeiras de seus netos ou filhos – estes inclusive muitas vezes me acompanharam durante as entrevistas. Diversas vezes entrevistei pessoas na roça, em meio à plantação de milho, arroz ou mandioca; ou simplesmente conversamos à beira do rio ou durante um jogo de dominó.

Enfim, espero que esta pesquisa sirva não somente para contribuir para a discussão sobre as ressonâncias dos impactos das grandes hidrelétricas para as populações ribeirinhas

amazônicas, mas também como uma espécie de memória latente, que se não aparece, pelo menos torna-se, de alguma forma presente por meio das histórias de meus colocutores, que me abriram as portas de suas casas, fizeram-me sentar às mesas, passearam comigo por suas roças e confiaram suas memórias a mim.

RELAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

Adelaide Pereira Carvalho.

Esposa de Raimundo “Novato”. Residiu por mais de 52 anos na Ilha de São José. Mora no sul do Pará com o esposo. Sua entrevista foi realizada em 2008.

Francelina Coelho de Sousa.

Também chamada de dona França. Seu padrasto era vaqueiro e foi um dos primeiros colonizadores do lugar, chegando em 1940. Mudou definitivamente com a família para a ilha em 1948. Sua entrevista foi gravada em abril de 2008, na Ilha de São José. Atualmente reside numa localidade que ficada a frente da ilha, próxima à ferrovia norte-sul.

Maria Raimunda da Silva Oliveira.

Tem 75 anos. Mais conhecida por Raimunda “Marreteira”. Era chamada assim por conta da profissão de seu esposo que era mascate e, dentre outras coisas, vendia marretas. Morava na ilha de São José desde 1953. A entrevista foi realizada na Ilha de São José em abril de 2008. Na época da entrevista tinha 70 anos.

Maria dos Anjos Nunes da Silva.

Conhecida como Maria da Ilha. Nasceu em Cajueiro no estado de Tocantins. Tem cinquenta anos e morava na Ilha de São José desde 1985. É militante do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) desde 2004, quando começaram os rumores acerca da construção da hidrelétrica de Estreito. Teve papel importantíssimo nas negociações entre uma parte dos moradores da Ilha de São José e o CESTE. Atualmente mora no reassentamento Mirindiba. As entrevistas realizadas com ela aconteceram em 2008 e 2009, na Ilha de São José e em 2013, já no reassentamento.

Raimundo Carvalho Pereira da Silva

Conhecido por Raimundo “Novato”. Irmão de dona França. Mora atualmente no Sul do Pará. Sua entrevista foi realizada em 2008.

Raimundo Vicente.

Morava na ilha desde 1952. Atualmente mora no reassentamento Mirindiba. Foram feitas com ele duas entrevistas. A primeira em 2008 e outra em 2013.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri; SILVA, Maria das Graças da. “Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia: O caso de Tucuruí”. In. ZHOURI, Andréa. **As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 61-92.

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. “Mensagens numa garrafa”. In. ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp.39–50.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005

ALENCAR, Edna F. “Paisagens da memória: narrativa oral paisagem e memória social no processo de construção da identidade”. **Teoria & Pesquisa**, vol. XVI, nº 2, jul/dez 2007, pp. 95-110.

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. **Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental**. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília: 2007.

ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins, com estudo de caso da região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional, (TO), 1996-2003**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia Civil da Unicamp. Campinas, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996, 408 p.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. ““In-visibilizar” populações e legitimar iniquidades: a apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do setor elétrico”. In. ZHOURI, Andréa. **As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 219-238

ASSMANN, Aleida. **Espaços da reconciliação: formas e transformações da memória cultural**. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

AURÉLIO, Daniel Rodrigues. **A extraordinária História do Brasil: os tempos atuais**, Brasil República. São Paulo: Universo dos Livros, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Vida em Fragmentos**. Sobre a Ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BENJAMIN, Walter. “Magia e técnica, arte e política”. In: **Obras Escolhidas**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a, pp. 22-253.

_____. “Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo”. In: **Obras Escolhidas**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b, pp. 09-268.

_____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

BERMANN, Célio. “Contextos e cenários do setor elétrico brasileiro”. In: MILLIKAN, Brent et al (Orgs). **O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século XXI: Desafios e oportunidades**. Brasília: Rios Internacionais, 2012, pp. 15-22.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

BOURDIEU, Pierre. “A Economia das trocas linguísticas”. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1983, pp. 156-183.

_____. **A economia das trocas linguísticas**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

BRASIL. “Código de Águas (1934)”. In. **Código de Águas: e legislação correlata**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003, pp. 19-59.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Energia Elétrica no Brasil**: Da primeira lâmpada à ELETROBRÁS. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

CAILLÉ, Alain. “Dádiva e Associação”. In. MARTINS, Paulo Henrique (Org). **A Dádiva entre os modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 191-205

CARDOSO, Ciro F. “Ficção Científica, percepção e ontologia: e se o mundo não passasse de algo simulado?” In. **História, Ciências e Saúde**. Manginhos: vol. 13 (suplemento), outubro, 2006, pp. 17-37.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no Plural**. 7. Ed. Campinas: Papirus, 2011.

CHAUI, Marilena. “Breve consideração sobre a utopia e a distopia”. In. SILVA JÚNIOR, Ivo (org.). **Filosofia e Cultura**: festschrift em homenagem a Scarlett Marton. São Paulo: Editora Barcarolla, 2011, pp. 361-386.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. “Grandes Projetos e o crescimento da indústria na Amazônia”. In. SILVEIRA, Isolda Maciel da; D’INCAO, Maria Ângela. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 413-426.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “A modernização autoritária: do golpe militar até a redemocratização 1964/1984” In. LINHARES, Maria Yedda (Org). **História Geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp.351-384.

DELEUZE, Gilles; FOUCAULT, Michel. “Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze”. In. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 69-78.

DE LUCA, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In. PINSKY, Carla Bassaneli (Org.). **Fontes Históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300 – 1800**: Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. In. CARDOSO, Fernando Henrique, et al. **Brasil Republicano**: Estrutura de poder e economia (1889-1930). 8ª ed. (História geral da Civilização Brasileira. Tomo 3, Volume 1). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 249-284.

DUARTE, Luíz Fernando Dias. “A construção social da memória moderna”. In. **Boletim do Museu Nacional**, nº 41, agosto de 1983, pp. 28-54.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Os campos da pesquisa em educação no campo: espaço e território como categorias essenciais”. In. MOLINA, Mônica Castagna (org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2006, pp.27-39.

FERREIRA, Carlos Kawall Leal. “**Privatização do setor elétrico no Brasil**” Disponível em: <http://www.dinheirovivo.com.br/projetobrasil/energia/material/PRIVATIZAÇÃO>.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. 2ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2009.

_____. **A Arqueologia do saber**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: edições Loyola, 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **Ética, Sexualidade, Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

_____. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREUD, Sigmund. “Estratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950 [1892-1899]): Carta 52 (06 de Dezembro de 1896). In. **Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud**. Volume I (1886-1899). Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996, pp. 281-287.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GONÇALVES JÚNIOR, Dorival. **Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas Fontes e o Controle dos Excedentes**. Tese (Doutorado em Energia) – Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOLDENBERG, José; PRADO, Luís Tadeu Siqueira. “Reforma e crise do setor elétrico no governo FHC”. In. **Tempo Social**. USP, nov. 2003, pp. 219-235.

GOBRY, Ivan. **Vocabulário grego da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** (volume 2). 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GODBOUT, Jacques. “Homo donator versus homo oeconomicus”. In. MARTINS, Paulo Henrique (Org). **A Dívida entre os modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 63–98.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HAESLER, Aldo. “A demonstração pela dádiva: abordagens filosóficas e sociológicas”. In. MARTINS, Paulo Henrique (Org). **A Dívida entre os modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 137–160.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. **O eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

HURSSSEL, Edmund. **Investigações Lógicas** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Ser e Tempo**. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Carta sobre o humanismo**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. **Ontologia (Hermenêutica da facticidade)**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

IORIS, Antônio A. R. “Águas que não correm mais pro mar”. In. **Interações**. Campo Grande, v.9, n.1, jan/jun, 2008, pp. 9-17.

IZQUIERDO, Iván. **A arte de esquecer: Cérebro e Memória**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2010.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia/Carajás: Na trilha do saque**. São Paulo: Editora Anita, 1995.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 4 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LAGAZZI, Suzi. **O Desafio de dizer Não**. Campinas: Pontes, 1988.

LANGENSCHIEDT. **Dicionário de bolso Português-Alemão/Alemão-Português**. Berlim: Langenscheidt, 2001.

LANNA, Marcos. “Nota sobre Marcel Mauss e o *Ensaio sobre a dádiva*”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: nº 14, jun. 2000, pp.173-194.

LEVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In. MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Vol. II. São Paulo: EPU, 1974, pp. 01-48.

LIMA, André Luís. **Impactos ambientais associados à usina hidrelétrica de três irmãos: o fenômeno de ação e reação**. Dissertação de Mestrado apresentada á comissão de pós-graduação da faculdade de Engenharia Civil da Unicamp. Campinas, 2003.

LIMA, José Luiz. **Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984)**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995

LITTLE, Paul Elliot. “Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico”. In. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: ano 12, nº 25, jan./jun. 2006, pp. 85-103.

MACHADO, Roberto. “Por uma genealogia do Poder”. In. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. VIII-XXIII.

MACIEL, David. “O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992)”. In. **REVISTA UFG**, ano XII, n. 11. Dez. 2011 pp. 98-108.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. “As grandes hidrelétricas e as populações camponesas” in. SILVEIRA, Isolda Maciel da; D’INCAO, Maria Ângela. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 447-456.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Vol. II. São Paulo: EPU, 1974.

MILNER, Andrew. “Changing the climate: The politics of Dystopia”. In. **Continuum: Journal of media and Cultural studies**. Vol 23, N. 6. Dec. 2009, pp. 827-838.

MILIKAN, Brent et al (Org). **O Setor elétrico brasileiro e a Sustentabilidade no século XXI: Oportunidades e Desafios**. Brasília: Ed. Paula Franco Moreira, 2012.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In. SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das letras, 1998, pp. 367-422.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Escala, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. “A emergência do modo de produção de mercadorias: Uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil”. In. CARDOSO, Fernando Henrique. et al. **Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8 ed. (História Geral da Civilização Brasileira, tomo 3, vol. 1). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 391-414.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999

PARANHOS, Flávio. **Somos produto de um erro colossal**. In. *Filosofia: Ciência e Vida*. Ano VIII, n. 90, jan. 2014, pp. 32-34.

PARENTE, Temis Gomes (et. al.). “Discursos e sujeitos diluídos: uma análise das Cartas do Fórum do Lago”. In. PARENTE, Temis Gomes; NAVAL, Liliana Pena (orgs.). **Processos sociais, econômicos e ambientais de adaptação: o caso do reservatório do Lajeado**. Goiânia: Cãnone editorial, 2010, pp. 73-88.

PARENTE, Temis Gomes. “Sentimento e ressentimentos de Eva, uma mulher de vida livre”. In. ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (orgs.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 295-310.

_____. “Gênero e memória de mulheres desterritorializadas”. *ArtCultura*, v. 9, nº 14, jan/jun. 2007. Uberlândia, pp. 99-111.

PASE, Hemerson Luís; ROCHA, Humberto José da. “O Governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico”. **Revista Debates**, v. 4, nº 2, ju/dez. 2010. Porto Alegre, pp.32-59.

PASE, Hemerson Luís. “Políticas Públicas e infraestrutura: A agenda do setor elétrico brasileiro”. **Revista Debates** (Dossiê Democracia e Políticas Públicas).v. 6, nº 2, maio/agos. 2012. Porto Alegre, pp.107-127.

PERROT, Michelle. (Org). **História da Vida Privada**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. “Imigração”. In. **Brasil Republicano**: Sociedade e Instituições: 1889-1930 (História geral da Civilização Brasileira. Tomo 3, Volume 2). 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 391-414.

PETIT, Pere; CUELLAR, Jaime. “O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências”. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, jan-jun, pp. 169-189, 2012.

PETIT, Pere. “História regional, política, economia e território no estado do Pará”. **Páginas de História**, vol. III, nº 1, 1999.

_____. **Chão de Promessas**: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

_____. “Os governos brasileiros e a ‘ocupação’ e o ‘desenvolvimento’ da Amazônia: 1960-2005. In. ALONSO, José Luís Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **T(r)ópicos de História**: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI). Belém: Ed. Açaí, 2010, pp. 271-283.

PINTO, Lúcio Flávio. **Tucuruí**: A barragem da ditadura. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2011.

PINTO, Lúcio Flávio; KZAM, Áthila Lima. **A Amazônia decifrada**. Belém: Edição dos autores, 2012.

POLLACK, Mikhael. “Memória, esquecimento, silêncio” In: ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. pp. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os fatos: Narração interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. **Tempo**, v.1, nº 2, 1996. Rio de Janeiro: pp. 59-72

_____. “O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 103-130.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSA, Luiz Pinguelli. “Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma”. In: SADER, Emir (org). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo/ Rio de Janeiro. Boitempo/FLACSO Brasil, 2013, pp 173-170. .

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 93-102.

SABOURIN, Eric. “Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 66, fev. 2008, pp. 132-208.

SAHLINS, Marshall. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção” (Parte I). In. **Mana** nº 3, 1997, pp. 41-73.

SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra, et. al. “Privatização e eficiências das Usinas Hidrelétricas brasileiras”. In. **Economia Aplicada**. Jul/set, 2005, pp. 565-480.

SEGER, Sonia. “Marcos constitutivos do setor elétrico brasileiro”. In. MAGALHÃES, Gildo (org.). **História e Energia: Memória, informação e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 105-124.

SEVCENKO, Nicolau. “O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In. SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das letras, 1998, pp. 7-48.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIGAUD, Lygia. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho”. In. SIGAUD, Lygia; ROSA, Luiz Pingelli; MIELLINK, Otávio (coords.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais**. São Paulo: COPPE; Marco Zero; CNPq, 1988, pp. 83-166.

SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930”. In: CARDOSO, Fernando Henrique et. al. **Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia: 1889-1930 (História Geral da Civilização Brasileira, tomo 3, vol. 1)**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a, pp. 345-390.

_____. “Interpretação do Brasil: Uma experiência histórica de desenvolvimento”. In: PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira et. al. **Brasil Republicano: Economia e Cultura: 1930-1964** (História Geral da Civilização Brasileira, tomo 3, vol. 4). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b, pp. 209-246.

THOMPSON, E. Paul. **A voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **História mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. Brasília: FUNAG, 2010, 352 p.

VILANOVA, Mercedes. “Pensar a Subjetividade: estatísticas e fontes orais”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org). **História Oral e Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorin, 1994, pp. 45-74.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WIRTH, John. “Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional 1889-1937”. In: CARDOSO, Fernando Henrique et. al. **Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia: 1889-1930** (História Geral da Civilização Brasileira, tomo 3, vol. 1). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 76-98.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SITES E DOCUMENTOS CONSULTADOS ON-LINE

ANA. **Aproveitamento do Potencial Hidráulico para a Geração de Energia**. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.ana.gov.br>. Acesso em 07/07/2013

BRASIL. Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil (16 de Julho de 1934). Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1558/constituicao_1934_texto.pdf. Acesso em 07/07/2013.

Comissão Mundial de Barragens. **Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões**. Disponível em: http://www.fbms.org.br/old/doc/resumo_barragens.pdf Acesso em 08/09/2013.

www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=170300&search=tocantins|babaculandia . Acesso em 30/08/2013.

www.bndes.gov.br

www.uheestreiro.com.br.

www.brasildefato.com.br

www.conexaoto.com.br

www.brasiloeste.com.br

<http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=14459>

Ações na Justiça ameaçam emperrar obras do PAC. CONEXÃO TOCANTINS. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2007/08/02/acoes-na-justica-ameacam-emperrar-obras-do-pac>. Acesso em 20 de abril de 2014.

www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/TextoHTML. Acessado em 07 de fevereiro de 2014.

Edson Lobão Discurso pronunciado no dia 21 de fevereiro de 2005 no senado federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=351795>. Acesso em 07 de fevereiro de 2015.

<http://www.brasiloeste.com.br/2005/02/sos-rio-tocantins>.

JORNAIS E PERIÓDICOS

Jornal “O Progresso”.

LOBO, Irene. Presidente anuncia a construção de mais 15 hidrelétricas este ano no país. **O Progresso**. Imperatriz, 12 Jan. 2005. Política, Caderno 1, p.02.

Tocantins será o estado mais beneficiado com hidrelétricas. **O Progresso**. Imperatriz, 14 Jan. 2005. Tocantins, Caderno 1, p.06;

Consórcio Estreito espera licença do Ibama para iniciar hidrelétrica. **O Progresso**. Imperatriz, 23 Jan. 2005. Regional, Caderno 1, p.04;

Hidrelétrica de Estreito: Audiências mobilizam a região. **O Progresso**. Imperatriz, 25 Jan. 2005. Cidade, Caderno 1, p.05.

Usina tem apoio da comunidade de Estreito. **O Progresso**. Imperatriz, 1º Fev. 2005. Política, Caderno 1, p.02.

Ildon defende Maranhão do sul no encontro de Estreito. **O Progresso**. Imperatriz, 1º Fev. 2005. Política, Caderno 1, p.03.

Audiência Pública em Babaçulândia começa com clima tenso. **O Progresso**. Imperatriz, 03 Fev. 2005. Política. C1, p.02

O Progresso. Imperatriz, 05 Fev. 2005.

O Progresso. Imperatriz, 22 Fev. 2005.

Centro de Trabalho Indigenista lança Campanha SOS Rio Tocantins. **O Progresso**. Imperatriz, 23 Fev. 2005. Cidade, Caderno 1, p.07.

Hidrelétrica: AL vai garantir assessoramento técnico para prefeituras. **O Progresso**. Imperatriz, 20. Set. 2005, Política, Caderno.

Secretário de Minas e energia se reúne com grupo técnico. **O Progresso**. Imperatriz, 23. Set. 2005, P, Caderno

Contra hidrelétrica, indígenas e ativistas interditam Belém-Brasília: 10 horas de protesto param rodovia no Maranhão e Tocantins. **O Progresso**. Imperatriz, 17. Abr. 2007, Política, Caderno 1, p.03.

Manifestante bloqueiam entrada do canteiro de obras da UHE de Estreito. **O Progresso**. Imperatriz, 12. Março. 2008. Cidade, Caderno 1, p. 07.

Atraso nas obras da UHE de Estreito aumenta o risco de racionamento de energia no País. **O Progresso**. Imperatriz, 13 Mar. 2008. Regional, Caderno 1, p.07.

Procuradorias conseguem cassar liminar que suspendeu as obras da hidrelétrica de Estreito. **O Progresso**. Imperatriz, 24. Jun. 2008. Política, Caderno 1, p.02.

BRASIL DE FATO E CONEXÃO TOCANTINS

<http://conexaoto.com.br/2008/08/04/atingidos-pelas-obras-de-usina-hidreletrica-enfrentam-incertezas>.

<http://conexaoto.com.br/2008/08/04/atingidos-pelas-obras-de-usina-hidreletrica-enfrentam-incertezas>. Acesso em 19.04.2014

<http://conexaoto.com.br/2008/08/04/atingidos-pelas-obras-de-usina-hidreletrica-enfrentam-incertezas>. Acesso em 19.04.2014

Protesto contra a Hidrelétrica de Estreito. BRASIL DE FATO. 24/04/2007 acesso em 20/04/2014.

Protesto contra a Hidrelétrica de Estreito. BRASIL DE FATO. 24/04/2007 acesso em 20/04/2014.

DOCUMENTOS DO CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA (CESTE)

CESTE. Usina de Notícias. Ed. 13. Jan. 2009.

CESTE. Boletim Informativo. ANO III, Novembro/Dezembro, 2006.

Usina da Notícias. Boletim Informativo/Ano V. Edição 12. Set. 2008.

CESTE Notícia. Boletim Informativo. Ano III. Maio/Jun. 2006.

CESTE. **Energia uma nova vida**: plano de remanejamento da população. 2007.